

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS LOCAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O SEU IMPACTO NO PIB DOS  
MUNICÍPIOS SERGIPANOS (2004 – 2012)

SIRLEY MACLAINE DA GRAÇA

São Cristóvão-SE  
02/2015

SIRLEY MACLAINE DA GRAÇA

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O SEU IMPACTO NO PIB DOS  
MUNICÍPIOS SERGIPANOS (2004 – 2012)

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Economia, na área de concentração em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais do Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa em Economia da Universidade Federal de Sergipe.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Tácito Augusto Farias

Co-orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Marco Antônio Jorge

# O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O SEU IMPACTO NO PIB DOS MUNICÍPIOS SERGIPANOS (2004 – 2012)

Dissertação aprovada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Economia do Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa em Economia da Universidade Federal de Sergipe.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Tácito Augusto Farias - Orientador  
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Marco Antonio Jorge  
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Ricardo Lacerda de Melo  
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Napoleão dos Santos Queiroz  
Universidade Federal de Sergipe

Dedico à minha mãe Josefa Elizabete da Graça Melo, razão da minha existência e de estímulo para concretização dos meus sonhos, apesar das dificuldades.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, que todos os dias da minha vida de muitas atribuições e desafios me deu forças para nunca desistir dos meus objetivos.

Ao meu esposo Vanderson Mélo, pela certeza de uma revisão impar e pela maneira indireta em me ajudar e incentivar, entendendo as vezes que é necessário sacrifícios.

A minha querida irmã Audry Melo, pela paciência em escutar minhas angustias e sofrimentos nesse processo, bem como a colaboração no entendimento dos textos em inglês, e a minha sobrinha Mel, que mesmo de longe deixava meus dias mais coloridos e alegres.

Aos meus familiares cuidando da minha saúde afetiva e por entender a minha falta nos dias de confraternização e festas.

Ao Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Sergipe - UFS, pelo apoio institucional à minha participação no mestrado.

Ao meu orientador Dr. Tácito Augusto, pela oportunidade de trabalhar ao seu lado, e por ser um grande incentivador na minha vida acadêmica. Obrigada pela confiança na superação dos meus limites.

Ao professor Dr. Ricardo Lacerda, que na banca de qualificação foi salutar com suas observações para lapidar o material pesquisado.

Ao professor Dr. Marco Antonio, por estar sempre pronto a me ouvir, esclarecer minhas dúvidas angustiantes e colaboração inestimável.

Ao meu eterno professor e amigo Dr. Dilson Barreto, grande incentivador de minha carreira profissional e acadêmica.

Ao casal amigo e companheiro Marcos Diego e Cybelle, pelo apoio com as palavras cristãs todos os dias e ajuda nos trabalhos acadêmicos com relação a disciplina contabilidade tributária .

Aos colegas da turma do mestrado, agradeço nas pessoas de André, Patrícia, Jaci pela solidariedade e amizade compartilhada todo esse tempo.

A minha amiga Patrícia Brito, pela amizade e disponibilidade em sempre ajudar nas tarefas do Tribunal de Justiça.

Ninguém vence sozinho... Obrigada a todos!

Só é possível pensar no significado dos resultados do Programa Bolsa Família se materializados na transformação da vida de cada um de seus beneficiários.

Só é possível, ainda, pensar nestas e em outras mudanças se singularizadas em faces, mãos e mentes dos que atuam por um Brasil mais justo.

CAMPELLO e NERY (2013)

## RESUMO

Esta dissertação aborda sobre o Programa Bolsa Família, enquadrado como política pública de distribuição de renda institucionalizada no ano de 2004, esse tem como objetivo ajudar famílias que tem filhos com idade entre zero e quinze anos ou gestantes que estejam em situação de pobreza ou de extrema pobreza. Considerando que o PBF contribui para a distribuição de renda nas regiões mais pobres do Brasil, a exemplo dos municípios sergipanos, o presente estudo busca responder se há impacto de transferência de renda direta do PBF no PIB (Produto Interno Bruto) dos municípios sergipanos. Tem-se na realização deste estudo a aplicação de um modelo que verifica dentre as variáveis: valores repassados aos municípios com referência ao Programa Bolsa Família - VPBF, receitas com *royalties*, quota parte do ICMS, valor adicionado – agropecuária, indústria, serviços, transferências recebidas referentes aos benefícios pagos pelo INSS (aposentadoria e pensão por morte), número da população e a variável independente (a ser explicada) - PIB de cada município, qual a que mais impacta no PIB dos municípios sergipanos. A análise consiste na utilização da técnica de análise de dados em painel, com combinação de análise transversal com série de tempos, considerando as citadas variáveis. Os resultados obtidos, considerando as variáveis aplicadas demonstram que o PBF não tem impacto significativo no PIB dos municípios estudados. Sugere-se para trabalhos futuros a proposta de realizar um estudo econométrico separado por regiões considerando suas especificidades econômicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Impacto na Economia. Programa Bolsa Família. Produto Interno Bruto dos Municípios Sergipanos.

## **ABSTRACT**

This paper discusses on the Family Grant Program, framed as a public policy of institutionalized income distribution in 2004. Whereas the GMP contributes to the distribution of income in the poorest regions of Brazil, like the municipalities in Sergipe, this study aims answer is no impact of direct income transfer GMP in GDP (Gross Domestic Product) of municipalities in Sergipe. It has been in this study the application of a model that checks among the variables values allocated to municipalities with reference to the Family Grant Program - VPBF, revenues from royalties, share of the ICMS, added value - agriculture, industry, services, transfers received concerning the benefits paid by Social Security (retirement and survivorship), population numbers and the independent variable (to be explained) - GDP of each municipality, which more impact on the GDP of municipalities in Sergipe. The analysis consists in the use of data analysis techniques in panel combination with transverse time series analysis, considering the aforementioned variables. The results, considering the various applied demonstrate that GMP has no impact on GDP of the cities studied. For future work the proposal to hold a regional study considering the economics site.

**KEYWORDS:** Impact on Economy. Family Grant Program. Gross Domestic Product of municipalities in Sergipe.

## LISTA DE SIGLAS

AOD – Assistência Oficial ao Desenvolvimento  
AUHPS – *Asignación Universal por Hijo para Protección Social*  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
BSP – Benefício de Superação da Pobreza na Primeira Infância  
BVJ – Benefício Variável Vinculado ao Adolescente  
CEF – Caixa Econômica Federal  
CGU – Corregedoria-Geral da União  
FPM – Fundo de Participação dos Municípios  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
MEI – Microempreendedor Individual  
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
PBF – Programa Bolsa Família  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PPA – Plano Plurianual  
SENARC – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
VA – Valor Adicionado  
VPBF – Valores do Programa Bolsa Família

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01 – Recursos Para o Programa Bolsa Família Previstos no PPA 2012 - 2015 .....</b>	<b>45</b>
<b>Tabela 02 – Recursos Realizados e Transferidos para o Programa Bolsa Família.....</b>	<b>47</b>
<b>Tabela 03 – Indicadores de Desempenho do Processo de Seleção do PBF e Oportunidades (Brasil e México, 2004).....</b>	<b>55</b>
<b>Tabela 04 – Variação do Índice de Gini – Efeitos do PBF (2004-2009).....</b>	<b>64</b>
<b>Tabela 05 – Impacto do PFB Sobre o Consumo .....</b>	<b>72</b>
<b>Tabela 06 – Bolsa-Família: Valor Total Pago por Município – Sergipe – 2004 a 2013 .....</b>	<b>105</b>
<b>Tabela 07– Bolsa Família X PIB Com e Sem o Efeito Multiplicador – 2012 .....</b>	<b>109</b>
<b>Tabela 08 – Resultado do Teste de Multicolinearidade.....</b>	<b>113</b>
<b>Tabela 09 – Resultado do Teste de Multicolinearidade 2.....</b>	<b>114</b>
<b>Tabela 10 – Resultado do Teste de Multicolinearidade 3.....</b>	<b>115</b>
<b>Tabela 11 – Matriz Padrão de Fatores.....</b>	<b>118</b>
<b>Tabela 12 – Resultado das Estimções do Modelo 3.....</b>	<b>119</b>
<b>Tabela 13 – Resultado das Estimções do Modelo 4.....</b>	<b>120</b>
<b>Tabela 14 – Dados Com as Variáveis Coletadas Com a Media e Desvio – 2004 .....</b>	<b>133</b>
<b>Tabela 15 – Dados Com as Variáveis Coletadas Com a Media e Desvio – 2005 .....</b>	<b>137</b>
<b>Tabela 16 – Dados Com as Variáveis Coletadas Com a Media e Desvio – 2006 .....</b>	<b>140</b>
<b>Tabela 17 – Dados Com as Variáveis Coletadas Com a Media e Desvio – 2007 .....</b>	<b>143</b>

<b>Tabela 18 – Dados Com as Variáveis Coletadas Com a Media e Desvio – 2008</b>	<b>146</b>
<b>Tabela 19 – Dados Com as Variáveis Coletadas Com a Media e Desvio – 2009</b>	<b>149</b>
<b>Tabela 20 – Dados Com as Variáveis Coletadas Com a Media e Desvio – 2010</b>	<b>152</b>
<b>Tabela 21 – Dados Com as Variáveis Coletadas Com a Media e Desvio – 2011</b>	<b>155</b>
<b>Tabela 22 – Dados Com as Variáveis Coletadas Com a Media e Desvio – 2012</b>	<b>158</b>
<b>Tabela 23 – Bolsa Família X PIB Com e Sem o Efeito Multiplicador – 2004</b>	<b>161</b>
<b>Tabela 24 – Bolsa Família X PIB Com e Sem o Efeito Multiplicador – 2005</b>	<b>162</b>
<b>Tabela 25 – Bolsa Família X PIB Com e Sem o Efeito Multiplicador – 2006</b>	<b>164</b>
<b>Tabela 26 – Bolsa Família X PIB Com e Sem o Efeito Multiplicador – 2007</b>	<b>166</b>
<b>Tabela 27 – Bolsa Família X PIB Com e Sem o Efeito Multiplicador – 2008</b>	<b>167</b>
<b>Tabela 28 – Bolsa Família X PIB Com e Sem o Efeito Multiplicador – 2009</b>	<b>169</b>
<b>Tabela 29 – Bolsa Família X PIB Com e Sem o Efeito Multiplicador – 2010</b>	<b>171</b>
<b>Tabela 30 – Bolsa Família X PIB Com e Sem o Efeito Multiplicador – 2011</b>	<b>172</b>

## LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1 – Índice de Gini – Brasil – 1981-2009 .....	33
Gráfico 2 – Extrema Pobreza Com e Sem Bolsa Família – De 2001 a 2012 (Efeito Direto).....	66
Gráfico 3 – Impacto do PBF sobre a Extrema Pobreza (%) Efeito Direto .....	66
Gráfico 4 – Efeito Teórico de Programa de Transferência de Renda Sobre a Oferta de Trabalho dos Beneficiários.....	74
Gráfico 5 – Bolsa-Família: Número de Famílias Beneficiárias por Ano em Sergipe – 2004 a 2013 .....	103
Figura 1 – Matriz de Correlação de Pearson .....	112
Gráfico 6 – Análise de Componentes Principais (ACP) .....	117

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Limites e Pontos Extremos de Sergipe .....	100
Mapa 2 – Território de Planejamento de Sergipe.....	101

## **QUADROS**

<b>Quadro 1 – Retrospectiva do Número de Famílias Beneficiadas pelo PBF .....</b>	<b>35</b>
<b>Quadro 2 – Mudanças no Desenho de Benefícios dos Reajustes do Programa Bolsa Família (2003-2014).....</b>	<b>41</b>
<b>Quadro 3 – Representação das Categorias de Análise.....</b>	<b>93</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1 – ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE FINANÇAS PÚBLICAS .....</b>	<b>23</b>
1.1 Conceitos e Considerações Básicas .....	23
1.2 Políticas Públicas e Transferências de Renda .....	25
1.3 A Institucionalização e os Aspectos Gerais do Programa Bolsa Família.....	31
1.3.1 O Financiamento do Programa Bolsa Família e sua incidência na Despesa Pública.....	42
<b>CAPÍTULO 2 – AVALIAÇÃO E EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....</b>	<b>49</b>
2.1 Avaliação crítica sobre o Programa Bolsa Família: pontos positivos e negativos .....	49
2.2 Efeitos do Programa Bolsa Família no Brasil em termos Macro e Microeconômicos .....	60
2.2.1 Efeitos Macroeconômicos .....	61
2.2.2 Efeitos Microeconômicos.....	69
2.2.2.1 Consumo .....	69
2.2.2.2 Oferta de Trabalho .....	73
2.2.2.3 Educação .....	78
2.2.2.4 Saúde e Nutrição.....	83
<b>CAPÍTULO 3 – MATERIAIS E MÉTODOS .....</b>	<b>87</b>
3.1 Problemática do Estudo .....	87
3.2 População ou Amostra .....	87
3.3 Caracterização da Pesquisa.....	88
3.4 Procedimentos Adotados no Desenvolvimento do Estudo.....	88
3.5 Técnica de Análise dos Dados .....	90
3.6 Categorias de Análise .....	92
<b>CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>100</b>

4.1 Cenário do Estudo: Sergipe .....	100
4.2 Análise Descritiva das Variáveis .....	108
4.3 Análise dos Resultados .....	111
4.3.1 Análise dos Pressupostos Básicos do Modelo .....	112
4.3.1.1 Multicolinearidade, autocorrelação e heterocedasticidade .....	112
4.3.2 Análise dos Dados em Painel.....	118
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>123</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>132</b>
Apêndice A – Tabelas compiladas a partir dos dados coletados durante a pesquisa referente ao período de 2004 a 2012, relacionados às variáveis coletadas com a média e desvio padrão .....	133
Apêndice B – Continuação das Tabelas Bolsa Família X PIB Com Efeito Multiplicador – 2004 a 2011 .....	161

## INTRODUÇÃO

A desigualdade e a redistribuição de renda são questões discutidas em todo o mundo e de diferentes posicionamentos, mas com um mesmo objetivo, diminuir as diferenças entre pobres e ricos na sociedade, além disso, melhorar as condições de vida das pessoas menos favorecidas. Para isso, o governo de acordo com sua função distributiva, deverá escolher o mais adequado instrumento de redistribuição de renda e de serviços prestados para a população.

As ações governamentais no que se refere às políticas sociais, vêm sendo desenvolvidas no sentido de erradicar e reduzir a pobreza, da qual a insuficiência de renda constitui fator central. Mas, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, Brasil (2013, p.06):

A insuficiência de renda é um relevante indicador de privações, mas não é o único. Fatores sociais, geográficos e biológicos multiplicam ou reduzem o impacto exercido pelos rendimentos sobre cada indivíduo. Entre os mais desfavorecidos faltam instrução, acesso à terra e insumos para produção, saúde, moradia, justiça, apoio familiar, crédito e acesso a oportunidades.”

Para Rocha, (2003, p.09), “pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. A partir deste conceito, percebe-se que a pobreza deve ser analisada sob diferentes critérios: renda, necessidade básicas, exclusão social, ou seja, em diversos contextos.

Conforme observa Sachs (2005), a pobreza se apresenta quando se tem um nível muito baixo de capital por pessoa. Isso é reflexo da falta de capital circulante na economia. Diz-se do fenômeno que se manifesta mediante a presença do crescimento populacional sem que a renda familiar acompanhe esse crescimento. Sempre que o número de pessoas de uma família na linha da pobreza aumenta, menor o valor da renda por pessoa dessa família.

Ainda considerando Sachs (2005), a proporção de capital por pessoa reduz de geração para geração, onde passa a vigorar uma situação que os pobres tornam-se mais pobres e famílias crescem sem que haja aumento na renda *per capita* familiar e sem que haja acumulação de capital.

Entende-se por acumulação de capital, a situação representada pela existência de um equilíbrio de forças positivas e negativas. Positivas quando a renda da família é suficiente para o consumo, para impostos e existem as sobras que são economizadas em forma de poupança, cujos recursos o governo faz uso para financiar investimentos. São forças negativas o crescimento da população e da depreciação que vão atuar de forma negativa no acúmulo de capital.

A verdade é que sem que haja acúmulo de capital tem-se uma queda do capital por pessoa e, conseqüentemente, um crescimento negativo da renda *per capita*, situação essa geradora de empobrecimento das famílias e queda do Produto Interno Bruto (PIB). É preciso dar condições para que as famílias pobres aumentem suas rendas de forma a permitir o aumento da poupança familiar e que os investimentos sejam iguais ou maiores que a depreciação, para que haja crescimento do PIB.

Na família empobrecida, toda renda vira consumo, inexistindo sobra de capital. São famílias que não poupam (valores poupados são aplicados pelo governo) e nem pagam impostos. O aumento populacional e a depreciação são implacáveis para com as famílias pobres. Quanto mais crescem os seus integrantes, esses não têm como se manter, e vai aumentar ainda mais a situação de pobreza da mesma. Tem-se uma situação de renda que termina sendo pouca para tanta gente, daí a conseqüente queda do capital por pessoa e uma taxa de crescimento negativo da renda *per capita*.

Sachs (2005) aponta em seus estudos que para acontecer uma situação de crescimento do PIB, a poupança familiar mais os investimentos têm que aumentar numa proporção igual ou maior que a depreciação. A fórmula ideal é que aconteça o crescimento populacional auto sustentável, ou a acumulação de capital.

A depreciação e o crescimento populacional quando não acompanhados do crescimento da renda, tornam-se implacáveis para uma família, esses são capazes de gerar uma situação de aumento cada vez maior da pobreza. Quanto mais filhos, mais diminui a renda familiar, visto que essa termina sendo pouca para tanta gente. Tem-se uma queda do capital por pessoa e uma taxa de crescimento negativo da renda *per capita*.

Portanto, para que exista situação de melhora da pobreza, é preciso ajuda externa. Ajuda externa que não se caracterize como esmola, “mas sim um investimento que rompe a armadilha da pobreza para sempre” (Sachs: 2005, p.288). A ajuda externa representa uma forma da família pobre conseguir elevar suas rendas acima da subsistência, de tal maneira que se inicie uma possibilidade de acúmulo de poupança por si mesma. Acontecendo o aumento da renda familiar, os subsídios do governo não seriam mais necessários.

Sachs (2005) comenta sobre a ajuda externa na forma de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD), dando início ao processo de acumulação de capital, crescimento econômico e aumento da renda familiar. A proposta é que com a ajuda externa ou AOD as famílias pobres passem a gerar poupança familiar, gastando menos do que ganham. A AOD vai fazer crescer o capital por pessoa, resultando num crescimento econômico e voltando em forma de PIB, ou seja, aumento da renda *per capita* familiar, com a diminuição do crescimento populacional e da depreciação.

Nas experiências internacionais a ajuda externa se apresenta de várias formas, no sentido de elevar a renda da família acima do nível de subsistência. Tem-se um cenário onde as iniciativas são favoráveis à geração de crescimento auto sustentável, com condições para que ocorra a poupança familiar e investimentos públicos assegurados pelas tributações das famílias.

Dentre as medidas para lidar com a pobreza extrema está a proposta de dar condições para que os mais pobres dos pobres apresentem alguma forma de desenvolvimento. No entendimento de Sachs (2005, p.284) para lidar com a pobreza o setor público precisa concentrar esforços em cinco tipos de investimento:

[...] Capital humano (saúde, educação, nutrição), infraestrutura (estradas, energia, água, saneamento, conservação ambiental), capital natural (preservação da biodiversidade e ecossistemas), capital público institucional (uma administração pública bem dirigida, sistema judiciário, força policial) e partes do capital de conhecimento (pesquisa científica para a saúde, energia, agricultura, clima, ecologia).

Para Sachs (2005, p.288) com o aumento da renda familiar o governo aumenta a arrecadação. É uma situação que deixa evidente que a ajuda externa “não é uma esmola, mas um investimento que rompe a armadilha da pobreza para sempre”.

No Brasil, o governo instituiu o Plano Brasil Sem Miséria, que foi elaborado considerando três pilares: transferência de renda; acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. De acordo com Brasil (2013, p.06), o objetivo do plano é “elevar a renda familiar *per capita*, ampliar o acesso aos serviços públicos, às ações de cidadania e de bem estar social, e ampliar o acesso às oportunidades de ocupação e renda através de ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural.” Sinteticamente, o Plano Brasil Sem Miséria é uma ampliação do Programa Bolsa Família. Esse plano se justifica, pois no Brasil, por ser considerado um dos países mais desiguais do mundo, o combate à desigualdade social deve ser a agenda mais importante a ser considerada pelo governo.

A distribuição de renda e a desigualdade social no Brasil são problemas atuais e, a partir disso, o governo prioriza uma política mais justa e igualitária para todos os brasileiros. Segundo Weissheimer apud Pires e Longo (2006, p.23) “as necessidades sociais passaram a fazer parte dos discursos políticos, a partir da década de 30, quando o governo Vargas instituiu leis que protegiam os direitos trabalhistas”. E Rocha (2003, p.10) “considera que o primeiro programa governamental destinado à assistência social surgiu na década de 70, destinado a beneficiar idosos e deficientes sem renda própria”.

Para proteger e sustentar as políticas sociais do país, a Constituição Federal de 1988 instituiu os direitos e garantias fundamentais do cidadão, patrocinados pelo Estado, embora a atuação estatal ainda tenha que avançar na distribuição de renda.

Após a criação do programa social, e segundo Fagnani (2012, p.06), as políticas sociais do governo brasileiro foram reconhecidas no relatório de 26 de outubro de 2011 da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde foi ressaltado que “jamais se viu a pobreza e a desigualdade caírem tão depressa” como no Brasil. Segundo o MDS-Ministério do Desenvolvimento Social, isso se deveu ao Programa Bolsa Família, que é um dos pilares do Plano Brasil Sem Miséria<sup>1</sup>.

O objetivo do programa é reduzir a pobreza das regiões brasileiras e, para isso, a liberação dos recursos é decorrente do cadastro de pessoas de cada região. A idéia é que essa liberação seja a mais criteriosa possível para atender a todas as pessoas em condições de miséria e pobreza. Diante disso, os governos estaduais e municipais precisam garantir o cumprimento desse objetivo para que seu estado e também seus municípios sejam totalmente atendidos e que o Programa Bolsa Família influencie em bons resultados para atender a necessidade de cada região.

Outra forma de combater as desigualdades sociais é a inclusão produtiva. Nesse aspecto, o Governo criou meios de diminuir a informalidade, tornando a abertura de empresas mais acessível. A criação do microempreendedor pelo Governo Federal por meio de alterações promovidas pela Lei Complementar n. 128/2008, que institui o Microempreendedor Individual – MEI, com o objetivo de tirar da informalidade diversos trabalhadores, tornou possível a legalização da pessoa que trabalha por conta própria como pequeno empresário. Além de ajudar a reduzir a informalidade, isso cria oportunidades para a participação desse pequeno empresário em licitações promovidas por órgãos públicos para contratação de pequenos serviços necessários ao funcionamento da administração pública.

No que diz respeito à dinâmica econômica de governo, o caminho para o consumo foi o escolhido pelo governo. Para isso, foi realizado um pacote de desonerações de impostos sobre alimentos, alterações na metodologia de cálculos

---

<sup>1</sup> Programa com foco na elevação da renda e das condições de bem-estar da população. Baseia-se na localização e inclusão de famílias na condição de extrema pobreza nos mais diversos programas sociais do governo, considerando as suas necessidades. (BRASIL, 2013)

dos encargos previdenciários sobre a folha de pagamento e redução do IPI sobre eletrodomésticos, estimulando o consumo no sentido e incentivando a arrecadação indireta de impostos. Além disso, foi implementada uma política de subsídios em alguns setores da economia, com o objetivo de aumentar os investimentos por parte das empresas brasileiras. Com essas ações do governo, o aumento do gasto público era inevitável, gerando, a partir de então, discussões em torno do financiamento público para continuar com a política de transferência direta de renda para a classe menos favorecida e em situação vulnerável de extrema pobreza.

Dessa forma, a realidade econômica e social do Brasil, onde se questionam os objetivos, a estrutura e a própria razão de ser do Estado, impõe mudanças de comportamento da gestão pública. Além disso, a sociedade brasileira está a exigir uma política de benefícios sociais e com mais transparência, obrigando, assim, o Estado a exercer uma ação mais paternalista, preocupado em levar oportunidades de forma igual para todos. Logo, é imprescindível que os governos assumam uma posição coadunada com esse momento e devam ajustar as políticas econômicas e sociais, onde o País precisa de estrutura fiscal para manter uma política social de qualidade, sem interferir nas outras funções de governo. E assim deve utilizar-se das diversas teorias econômicas para responder a essas reivindicações da sociedade.

E para corroborar com o parágrafo acima, Marshall, (1982, p.103) comentou que “ainda que a análise econômica e o raciocínio geral sejam de larga aplicação, contudo cada época e cada país têm seus próprios problemas; e cada mudança nas condições sociais é provável que exija novo desenvolvimento das doutrinas econômicas”.

A razão da escolha em estudar finanças públicas, estritamente a função distributiva do governo, é de verificar que esse assunto está ligado com a função de contribuir para uma sociedade melhor. De acordo com o professor Grubber (2011, p.06) “*the second reason for government intervention is redistribution, the shifting of resources from some groups in society to others*”. Em termos mais simples, a visão de Grubber relata que a segunda razão para

intervenção governamental na economia é a redistribuição, no sentido de haver o deslocamento de recursos de alguns grupos da sociedade para outros.

O tema a ser desenvolvido deve-se à necessidade de demonstrar que o custo do Programa Bolsa Família atende ao propósito em que foi criado e que pouco representa no total do gasto público, em relação aos resultados atingidos pelo programa, contribuindo assim com as regiões mais pobres, a exemplo dos municípios sergipanos. Diante da importância do programa e do seu impacto com custos e benefícios locais proporcionados em relação à distribuição de renda, o presente estudo visa responder à questão seguinte: há impacto de transferência de renda direta do Programa Bolsa Família no PIB (Produto Interno Bruto) dos municípios sergipanos no período 2004-2012?

A resposta a esse questionamento vai depender do efeito multiplicador que, por sua vez, depende do impacto sobre o consumo. Para isso será utilizado como parâmetro, o cálculo do PIB pela ótica do valor adicionado e direcionamento na conclusão do modelo econométrico com o objetivo de responder a pergunta.

Espera-se, com tal propósito, contribuir para demonstrar as ações de políticas públicas, a exemplo do impacto do programa bolsa família nos municípios sergipanos.

Para tanto, esta dissertação encontra-se estruturada em quatro capítulos, além dessa introdução, detalhando os elementos essenciais para a realização da pesquisa e considerações finais. O primeiro capítulo inicia com a fundamentação teórica que contextualiza sobre as políticas de transferência de renda mínima e condicionada e a função distributiva do governo, discute as receitas públicas necessárias ao funcionamento do PBF, e apresenta os aspectos gerais do Programa.

O segundo capítulo trata da literatura empírica, com comentários relacionados aos efeitos do Programa Bolsa Família na economia brasileira, já abordados em trabalhos científicos, seus efeitos macroeconômicos e

microeconômicos, de modo especial os relacionados à oferta do trabalho, à educação, saúde e ao consumo.

O terceiro capítulo evidencia os caminhos adotados para o desenvolvimento do estudo, trata das explicações relacionadas aos recursos utilizados, descrevendo a metodologia e explicando cada variável constante nos resultados do estudo.

O quarto capítulo contempla uma análise descritiva dos dados coletados e de resultados, com as estimativas relacionadas ao impacto do Programa Bolsa Família no PIB em Sergipe com base na técnica de dados em painel sobre a questão da pesquisa.

E as considerações finais sobre o estudo realizado.

## CAPÍTULO 1 – ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE FINANÇAS PÚBLICAS

Neste capítulo tem-se a contextualização de políticas de transferência de renda mínima e condicionada e a função distributiva do governo. Também é discutido receitas públicas necessárias ao funcionamento do PBF e seus aspectos gerais.

### 1.1 Conceitos e Considerações Básicas

Para iniciar o estudo sobre transferência de renda direta, precisa-se primeiramente discorrer sobre finanças públicas, pois o tema está ligado a esse ramo da economia, que se preocupa com as atividades governamentais, sua administração e o desempenho de suas funções.

O autor Musgrave (1972, p.23), destaca que “Finanças Públicas é a terminologia que tem sido tradicionalmente aplicada ao conjunto de problemas que se concentram em torno do processo de receitas-despesas do governo”.

De acordo com o conceito acima, pode-se observar de que forma o governo pode se inserir na economia, e fazer a conexão de política fiscal ao gasto público.

Pereira (1999, p.31), evidencia o objeto de finanças públicas:

“É o estudo da atividade fiscal, ou seja, aquela desempenhada pelos poderes públicos com o propósito de obter e aplicar recursos para o custeio dos serviços públicos. A política fiscal orienta-se na **política tributária**, onde se materializa na captação de recursos, para o atendimento das funções da administração pública, por meio de suas distintas esferas; e **política orçamentária**, que se refere aos gastos, ou seja, os atos e medidas relacionadas com a forma da aplicação de recursos, levando em consideração a dimensão e a natureza das atribuições do poder público, bem como a capacidade e a disposição para seu financiamento pela população”. (grifo nosso)

De acordo com Musgrave (1972 p.25) os principais objetivos da política orçamentária governamental são as três funções básicas de governo: a) ajustamento na alocação de recursos; b) ajustamento na distribuição de renda; e c) assegurar a estabilização econômica.

Observa-se que o governo intervém na economia para implementar as funções de Estado em favor do bem estar social. A pesquisa proposta atenta-se apenas para a função distributiva, que contextualiza o objeto da pesquisa no que se refere às políticas de transferências de renda direta.

Para cumprir a função distributiva, Musgrave (1972) é de entendimento que essa função seja realizada de forma ordenada e que não cause dano ao funcionamento eficiente da economia, utilizando como mecanismo o sistema de tributação e de transferência de renda.

Para Giambiagi (1999, p. 30), a participação do Estado na economia justifica-se pela necessidade de estabelecer o bem estar social, pois o mercado competitivo, juntamente com suas falhas, não conseguiria realocar recursos para satisfação de um indivíduo sem causar prejuízos a outros agentes. Essa situação chama-se de “ótimo de Pareto”, ou seja, equilíbrio geral. Riani (2001, p.23) acrescenta que “[...] o setor público poderia não existir se todos os recursos e bens no mercado fossem alocados perfeitamente”. Isso não acontece por existirem as falhas do sistema de mercado, impossibilitando a obtenção da produção ótima do setor privado por si só.

Dessa forma, a presença do Governo regulador é necessária para minimizar as falhas de mercado existentes, e assim desempenhar as funções econômicas, principalmente a de estabelecer o bem estar da coletividade. O sistema de mercado não leva a uma justa distribuição da renda, sendo necessário que o Estado exerça a função distributiva.

A função distributiva está associada a ajustes na distribuição de renda que permitam ser considerados justos pela sociedade. Trata-se de um dos seus pressupostos, ou seja, bem distribuir os recursos arrecadados através dos tributos e

repartir de forma justa com a sociedade, seja diretamente, através de programas assistenciais, ou indiretamente, através da prestação de serviços públicos para todos.

Quanto mais igualitária a distribuição de renda da sociedade, melhor a prestação dos serviços básicos (saúde e educação), dentre outros. Vale considerar que uma distribuição equânime é aquela em que não exista uma grande disparidade entre os mais ricos e mais pobres, ressaltando que essa baixa disparidade não se associa a uma situação em que todos ganham pouco, mas sim que exista uma alta renda per capita, em que a diferença entre os considerados mais pobres e os mais ricos não seja tão grande.

Para Piketty (2015), é preciso compreender os mecanismos econômicos e sociais que produzem as desigualdades a fim de identificar os instrumentos de redistribuição apropriados. O autor classifica esses instrumentos em redistribuição em pura, e eficiente.

A redistribuição pura é a forma de redistribuir renda por meio de impostos e transferências fiscais, ou seja, prevalece o mercado operar livremente, acreditando que no longo prazo há uma melhora efetiva de renda e condições de vida dos menos favorecidos. Já a redistribuição eficiente não limita-se à cobrança de impostos para financiar as transferências fiscais, mas de uma mudança na estrutura com relação a alocação de recursos, por conta da existência de imperfeições de mercado.

## **1.2 Políticas Públicas e Transferências de Renda**

As teorias distributivas estão relacionadas à forma de como o poder público se comporta no que se refere à distribuição de renda e sua intervenção na economia, com o propósito do equilíbrio das contas e o bem estar social. Para isso, o Governo poderá fazer a distribuição de renda através de desonerações de impostos, transferências de renda direta ou subsídios de caráter continuado.

Entende-se finanças públicas como sendo o estudo do papel do governo na economia, havendo controvérsias sobre o papel adequado do governo. Por essa razão, alguns questionamentos são abordados pelas finanças públicas. Gruber (2011, p.03) estuda a participação do governo considerando a resposta a quatro questionamentos de finanças públicas, que seriam: “[...] quando o governo deve intervir na economia? Como pode o governo intervir? Qual é o efeito dessas intervenções sobre os resultados econômicos? Por que os governos optam por intervir na maneira que eles fazem?”.

Considerando Gruber, verifica-se (2011) que o governo pode intervir na economia sempre que se fizer necessário um equilíbrio, ou seja, um comércio eficiente, quando as duas partes se sentirem beneficiadas. Trata-se de uma situação existente em um regime de concorrência perfeita. E isso não acontece por existirem falhas de mercado, ou seja, problemas que fazem o mercado apresentar um resultado que não maximiza a eficiência na economia. O autor cita o seguro saúde fornecido por um grande número de companhia de seguros que exigiu a demanda de um grande número de famílias. No entanto, no ano de 2007 havia 45 milhões de pessoas sem seguro saúde nos Estados Unidos, indicando que o mercado não funcionava, pois a oferta não é igual à demanda.

Cita ainda que esse resultado não é eficiente para sociedade, uma vez que a parcela da população que não é segurada pode contrair doenças e repassar, por exemplo, a um determinado número de estudantes. Como consequência, o desempenho em sala de aula não será dos melhores, ou seja, haveria um impacto negativo para sociedade. Assim, para evitar a ocorrência de falhas de mercado, cabe ao governo intervir na economia de forma a manter o equilíbrio, e tornar o resultado mais eficiente para o bem comum da sociedade.

Oportuno deixar claro que o equilíbrio competitivo gerado pela intervenção do governo não visa a “maximação da eficiência”, mas tão somente uma intervenção com potencial suficiente para a melhor eficiência da economia. A ideia é o equilíbrio de custos e benefícios.

Espera-se que através das intervenções sobre os resultados econômicos o governo também possa assumir a função distributiva, ou seja, redistribuindo recursos dos grupos sociais que a sociedade tenha considerado "muito bem suficiente" para aqueles grupos que a sociedade tenha considerado "não suficiente".

O governo pode ainda intervir na economia através de impostos ou subsídios para venda privada. Por mecanismos de aumento ou baixa de preços. Outra alternativa, é o governo fornecer o bem diretamente, a fim de potencialmente atingir o nível de consumo que maximiza o bem-estar social.

Ainda considerando os pontos de vista de Gruber (2011), as ações políticas e as implicações de cada decisão são foco das finanças públicas em sua forma empírica, que envolve coleta de dados e desenvolvimento de modelos estatísticos para avaliar como pessoas e empresas se comportam perante intervenções políticas.

Os diversos efeitos diretos e indiretos das intervenções do governo são válidos, porém é preciso entender como os conservadores pensam a respeito, "[...] o nosso sistema é fundamentalmente quebrado e que mais recursos não vai resolver o problema". Isso quer dizer que não vai existir melhora econômica sem que o governo invista em incentivos para aumentar seu desempenho em todos os setores. Como exemplo, não é possível melhorar a educação sem melhores escolas públicas ou privadas (GRUBER 2011, p.).

No que se refere ao cumprimento de sua função distributiva, o governo brasileiro instituiu o Plano Brasil Sem Miséria associado a programas de inclusão produtiva, acesso aos serviços públicos e transferência direta de renda. Isso resultou num aumento pelo lado das despesas e um pacote de desonerações fiscais sobre alguns produtos ofertados pelo mercado, gerando também uma diminuição do lado da receita pública, decisões focadas na expectativa de estimular o mercado e assim obter um efeito multiplicador sobre a renda nacional.

O Programa Bolsa Família, objeto de estudo, é um programa do Governo Federal fundamentado especialmente na função distributiva. Caracteriza-se como uma política de transferência direta de recursos públicos a famílias cadastradas e sujeitas a condicionalidades, que serão detalhadas no capítulo 2 (CASTRO et al 2009; LANDIM JUNIOR 2009; LAVINAS, 2010; SILVA, 2011).

Segundo Bichir (2010, p.116) discussões sobre a importância de alterar o padrão de políticas sociais voltadas para o combate à pobreza é um fato que ocorre não só no Brasil, mas em muitos outros países. Tem-se nos programas de transferências condicionadas de renda postos em prática no Brasil ações originadas no projeto de imposto de renda negativo do senador Eduardo Suplicy apresentado em 1991, projeto esse baseado em políticas de combate à pobreza no plano local.

A proposta que estimulou a discussão sobre a renda mínima de Suplicy suscitou o interesse em transferir renda para famílias pobres com crianças na idade escolar. Registra-se que no status de programas federais de transferências condicionadas de renda o “Bolsa Escola” foi a primeira ação política de combate à pobreza posta em prática no país, em 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso (SUPLICY, 2010).

Segundo Silva (2011, p.46) diferente do PBF, que se baseia nas ações de transferência de renda com condicionalidades, a proposta Renda Básica consiste “[...] num programa que transfere a indivíduos o maior montante possível de renda de forma universal, incondicional e permanente”.

Paulics (2004, p.12) observa que no lançamento da proposta de renda mínima de Suplicy inúmeros conflitos predominavam na época, tanto foi que “[...] precisou reunir afirmações mais antigas que corroborassem sua proposta”. Para dar força a sua proposta, Suplicy utilizou-se de argumentos de pessoas renomadas que também defendiam propostas semelhantes à sua e buscou apoio de outros aliados, além de contar com o apoio de um grupo de assessores, pesquisadores.

Para Suplicy (2003, p.67) cada vez mais economistas do mundo acordam que cada indivíduo, independente de origem, idade, sexo, raça, estado civil

ou condição econômica, tem o direito de receber uma renda modesta, cuja intenção está em garantir maior liberdade e dignidade para todos. Conforme seu entendimento, a proposta da renda garantida representa um mecanismo de conter exploração do trabalhador sem capacitação para o mercado de trabalho, como também para conter sua sujeição ao trabalho escravo e a humilhação, como pode ser constatado nos argumentos desse autor:

Na medida em que tiver uma renda garantida e suficiente para assegurar a sua sobrevivência, o trabalhador terá um maior poder de barganha para decidir se aceita ou não as condições de emprego que lhe estão sendo oferecidas. [...] os trabalhadores no Brasil, em pleno século XXI, ainda são sujeitos à condição de trabalho escravo, e a existência de uma renda garantida lhes permite dizer não a qualquer condição de trabalho escravo que possa significar humilhação, risco à saúde ou desrespeito a sua condição de ser humano (SUPLICY 2006, p.84)

Outro argumento interessante parte do pensamento de Aristóteles, em que expõe que a repartição dos bens e de riquezas não “se faz por meio da quantidade de trabalho de cada um, mas por meio do todo da riqueza social”. Partindo dessa premissa, quem não trabalha também tem direito a uma parte da riqueza social, visto que existe a possibilidade de a pessoa não trabalhar por está sendo impedida. Essa repartição de riqueza também pode ser utilizada para conter a miséria e as desigualdades acentuadas. Suplicy acrescenta que o sistema deve recolher “mais dos que mais têm, a fim de, então, assegurar a todos o suficiente para viver com dignidade”.

Em outras palavras, corroborando com Suplicy, entende-se que naquelas sociedades que se preocupam com a felicidade de todos os seus membros, o bem estar social é maximizado através da redistribuição de recursos de pessoas físicas de alta renda para indivíduos de baixa renda. (GRUBBER, 2011)

Outra corrente que dá subsidio as propostas de renda garantida de Suplicy, baseada no *welfare state*, ou Estado de bem-estar social, onde este pesquisador defende a intervenção do Estado nas atividades econômicas de modo a suprir as carências ou deficiências existentes, uma vez que acredita na integração

do Estado com a sociedade no sentido de produção, distribuição e consumo de bens como medidas capazes de fortificar a economia.

Nos Estados Unidos, as políticas públicas em programas sociais baseados no *welfare state* têm gerado controvérsias. De acordo com Grubber (2011, p. 490), “para alguns conservadores, os efeitos negativos de pagamentos em dinheiro de baixa renda” são as únicas responsáveis por muitos males sociais naquele país. Para ele, estes programas têm sido uma fonte de debate controverso por muitos anos e sem dúvidas, continuará no futuro.

Sobre as políticas públicas de distribuição de renda, postas em prática no Brasil, Silva et al (2007) acrescentam que partiu do sucesso das experiências ditas como pioneiras e pontuais em cidades brasileiras como Campinas, Ribeirão Preto e Santos, além do Distrito Federal onde tais programas tornaram-se o “carro-chefe” da rede de proteção social do país. É preciso deixar claro que foi a partir do sucesso de iniciativas locais, que outras administrações municipais passaram também a instituir em suas regiões programas semelhantes, fundamentados no mesmo princípio de Suplicy.

Observa-se mediante análise na literatura que os programas de transferências de rendas (renda mínima ou básica) condicionados, a exemplo do Programa Bolsa Família, são comumente enquadrados como assistencialistas. Costumam ser criticados, principalmente por erros graves de seleção, visto que existe a possibilidade de possíveis vazamentos ou do uso da discricionariedade no cadastro das famílias pobres e o fato de que seriam ações que incentivam a ociosidade. Também são apontadas como políticas públicas de caráter político-eleitoreiro (ABREU, 2011).

Cacciamali et al (2010) são autores que enfatizam ser reconhecido mundialmente a importância da elevação da renda e da demanda de investimentos como foco na elevação do estoque de seu capital humano (saúde, educação, nutrição).

Apesar de se destacar entre as políticas sociais universais e políticas focalizadas, há divergências em torno da sua eficácia e da necessidade das condicionalidades associadas ao programa. Também há discussões em relação aos seus impactos e sua utilização político - eleitoral, visto que é quase um consenso que os governantes terão um melhor resultado em uma possível reeleição, especialmente quando se evoca a imagem de ações como as promovidas pelo PBF. Também são apontadas dúvidas em relação à sua sustentabilidade política e econômica no longo prazo, associadas à discussão das "portas de saída" para os beneficiários.

Uma situação é certa: há pouco consenso em torno desse programa, seja entre políticos de diversos partidos, seja entre especialistas em economia, políticas sociais e programas de combate à pobreza.

### **1.3 A Institucionalização e os Aspectos Gerais do Programa Bolsa Família**

A implantação de políticas de cunho liberalizante na América Latina, a partir de meados da década de 1980, bem como na década seguinte, não foi capaz de promover o crescimento econômico sustentado na região, trazendo como consequência negativa a piora nos indicadores de distribuição de renda e de vulnerabilidade social.

No que diz respeito às políticas sociais e de transferências de renda direta à sociedade, é na década de 80, a partir dos movimentos sociais organizados, que foi instituído o modelo da seguridade social conforme previsto na Constituição Federal de 1988. Esse modelo contempla a Saúde, no art. 196, a Previdência no art. 201 e a Assistência Social nos artigos 203 e 204, tornando o Estado responsável em instituir políticas públicas voltadas para a Seguridade Social.

Os artigos 203 e 204 da Carta Magna definem os seguintes princípios:

“Art.203 - assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204 - As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”.

A Lei n. 8.742/1993, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social (LOAS), ao regulamentar em seu artigo 1. Integra a assistência social como um instrumento da Política de Seguridade social a cargo do Estado, conforme abaixo se lê:

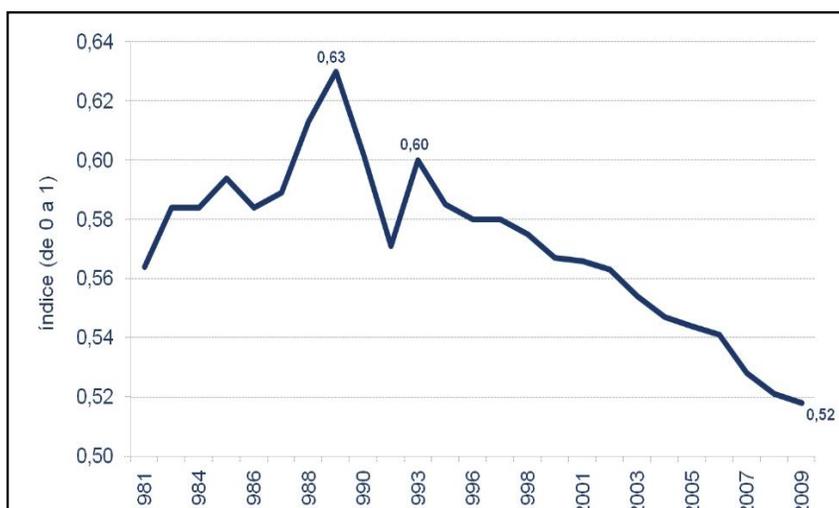
Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, a construção do direito a assistência social vem sendo aprimorada desde 2003 com a criação do Programa Bolsa Família, sendo materializado através das alterações na Organização da Assistência Social, a exemplo da Lei nº 12.435 de julho de 2011 que destaca a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destinado à gestão da assistência social, mediante a integração das ações dos entes públicos. (BRASIL, 2013)

No caso brasileiro, o Índice de Gini, que é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, foi calculado a partir dos

dados da população em idade economicamente ativa reportados na PNAD, abrangendo apenas indivíduos com algum tipo de rendimento, passando de 0,584 em 1981, para 0,636 em 1989, o que mostra um aumento da concentração da renda na década; oscila um pouco e atinge um novo pico de 0,604 em 1993, para manter certa estabilidade até o final da década de 1990.

O gráfico abaixo apresenta a evolução deste indicador para o Brasil no período de 1981 a 2009.



**Gráfico 1 – Índice de Gini – Brasil – 1981-2009**

Fonte: IBGE (2011)

Na década de 1990, começa a ser implantado, em nível nacional, um conjunto de políticas de transferência de renda – condicional e incondicional, dentre as quais pode-se destacar: Bolsa Escola, programa de transferência de renda condicionada à frequência à educação primária; os programas Fome Zero e Bolsa Alimentação, os quais buscavam associar a transferência à segurança alimentar, o primeiro de forma incondicional e o segundo condicionado à realização de revisões periódicas de saúde e vacinação; e o Auxílio Gás, subsídio concedido às famílias pobres para aquisição de gás de cozinha (SOARES ET AL, 2010).

O Programa Bolsa Família (PBF) consiste na integração dos quatro programas, sendo instituído em outubro de 2003 e consolidado através da Lei

10.836 de janeiro de 2004, fazendo parte de um conjunto de ações do governo, e um dos pilares do Plano Brasil Sem Miséria<sup>2</sup>.

Segundo Marques (2013), o PBF integra uma segunda geração de programas assistenciais introduzidos na América Latina para compensar as consequências negativas provocadas pelas políticas macroeconômicas adotadas na região nas décadas de 1980 e 1990, em especial, o aumento do contingente de indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Tais políticas possuem como traço comum: foco em famílias pobres e indigentes, em especial com crianças e adolescentes; estabelecimento de condicionalidades e objetivo de acumulação de capital humano pelos beneficiários no longo prazo.

Como particularidades do Programa Bolsa Família em relação a outros programas de transferência condicionada de renda existentes na América Latina podem-se destacar:

- Renda auto-declarada pelas famílias. Esta renda, porém, é confrontada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com informações de consumo constantes do Cadastro Único. Se o consumo for 20% maior do que a renda declarada, esta informação é observada com mais detalhe;

- Existência de um benefício incondicional (valor fixo) para as famílias em situação de extrema pobreza;

- Descentralização na gestão do programa, onde a inclusão das famílias no Cadastro Único é feita pelos municípios, assim como a atualização das informações do cadastro e a verificação do cumprimento das condicionalidades. A

---

<sup>2</sup> Mediante explicações do MDS (2013), o citado plano disponibiliza ao beneficiário vários benefícios como: acesso a renda, serviços públicos, áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica, e inclusão produtiva. Essa oferta é resultado de ações que envolvem a criação de novos programas e a ampliação de iniciativas que já existiam e funcionavam em parceria com estados, municípios, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil, o Governo Federal voltadas a incluir as famílias mais pobres nas oportunidades geradas graças ao crescimento econômico do país.

cargo do Ministério do Desenvolvimento Social ficam o depósito direto nas contas dos beneficiários e o repasse de recursos aos municípios para a gestão do programa.

Além do Bolsa Família ser o maior programa de transferência condicionada de renda do mundo, trata-se do programa resultante da centralização administrativa de todos os dispositivos de transferência de renda direta do governo federal existentes até 2004, sendo expandido em 2005, atingindo cerca de 7 milhões de famílias. (Duarte et al 2009, p.906)

O quadro 1 traz uma retrospectiva do número de famílias beneficiadas pelo PBF, segundo autores encontrados.

#### **Quadro 1 – Retrospectiva do Número de Famílias Beneficiadas pelo PBF**

<b>ANO</b>	<b>NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PBF</b>	<b>AUTOR</b>
2007	11,1 milhões de famílias ou 46 milhões de pessoas.	Russel (2013)
2011	12,4 milhões de famílias. Considerando que cada família pobre tem em média 4,4 membros, isto implica na cobertura de um contingente de 54,7 milhões de pessoas ou 28,6% da população brasileira.	Marques (2013)
2012	Em 2012, o PBF atendia a cerca de 11 milhões de domicílios, cerca de 45 milhões de indivíduos ou 25% da população brasileira.	Andrade et al (2012)
2013	Ao final do 1º semestre de 2013, informação do site do MDS mostrava que o PBF atendia a 11,87 milhões de famílias.	Brasil (2013)

FONTE: Adaptado dos autores: Andrade et al (2012); Brasil (2013); Marques (2013); Russel (2013).

Em que pesem as diferenças numéricas na cobertura estimada pelos autores retro mencionados no quadro 1, acima, ninguém discorda da importância do programa em termos de abrangência.

De acordo com o art. 4º do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamentou a lei que instituiu o Programa Bolsa Família, a síntese dos objetivos do Programa são:

Art. 4º - Os objetivos básicos do Programa Bolsa Família, em relação aos seus beneficiários, sem prejuízo de outros que venham a ser fixados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, são: I – promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial de saúde, educação e assistência social; II – combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; III – estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; IV – combater a pobreza; e V – promover a intersetorialidade, a complementariedade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

Em maio de 2011 o Programa Bolsa Família foi aperfeiçoado e integrado ao Plano Brasil sem Miséria. Aliás, foram implementadas, nesse plano, diversas ações articuladas do governo com relação aos programas sociais. Assim, o programa, já com nova roupagem, foi incluído no PPA 2012/2015 com o objetivo de “melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação”.

Conforme consta do site do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), o programa articula três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza:

“Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza”.

De acordo com os relatos acima, o Programa Bolsa Família é considerado o principal programa de transferência direta de renda existente no Brasil, sendo o MDS o responsável pelo seu gerenciamento.

Para estimular a eficiência dos governos locais na gestão do PBF, o MDS criou um índice de gestão descentralizada, o qual avalia a performance dos municípios na atualização de seus registros e das informações de atendimento às

condicionalidades. Um bom desempenho no índice garante o aporte de recursos adicionais às localidades.

O órgão responsável pelo PBF é a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) do MDS. Cabe à mesma, além de estabelecer todas as normas para que o programa seja executado, definir os valores que são atribuídos aos benefícios, bem como também atuar junto aos municípios; definir e acompanhar as contrapartidas, estabelecer metas e, conseqüentemente, propor o orçamento anual do programa.

A SENARC também tem a sua responsabilidade, a definição das quotas por município, do estabelecimento de parcerias com estados e com outros órgãos do governo federal, acompanhando todo o andamento do PBF e fazendo avaliações regulares do mesmo. É, portanto, a grande gerente do programa.

Outra grande responsabilidade da SENARC diz respeito à instituição dos critérios sobre quem está habilitado para receber as quotas financeiras, baseado na apuração do questionário que contém as informações que alimentam o Cadastro Único. Da mesma forma, define também os critérios para suspensão e corte dos benefícios, quando sua execução não corresponder aos registros estabelecidos.

Cabe à Caixa Econômica Federal (CEF), como órgão operador e pagador do PBF, receber as informações levantadas pelos municípios, compor o Cadastro Único e de posse das informações coletadas no Cadastro processar as informações, calcular a renda familiar *per capita* de acordo com critérios estabelecidos pela SENARC, definindo então o valor que cada família vai receber. Estabelecido o valor a ser pago a título do benefício, a CEF emite então os cartões magnéticos para cada beneficiário, credenciando-o a receber, mensalmente, o valor que lhe é devido, o que se procede no âmbito da própria CEF.

Soares e Sátyro (2009b) observam que numa comparação entre as atividades desenvolvidas pela CEF, no que se refere à sua participação nos processos do PBF, quando comparado com outros programas de transferência de renda, o papel da CEF é bem mais atuante, isto porque cabe à mesma não ser

apenas o órgão pagador, mas também quem processa as informações. É devido a essa situação que existe limitação nas intervenções de qualquer gestor (federal ou municipal) na seleção efetiva dos beneficiários.

Embora os processos de seleção partam dos critérios estabelecidos pela SENARC é a CEF quem processa as informações, a não ser nos casos dos moradores de rua, remanescentes de quilombo ou indígenas, que não precisam de análise de cadastro. Nesses casos a SENARC enquadra-os no programa de forma prioritária, à frente de outras famílias elegíveis.

Os municípios são os principais gestores do programa, pois são os entes capazes de identificar as famílias necessitadas e se houve mudanças socioeconômicas ao longo do tempo. Além disso, são responsáveis também pela inclusão das famílias no Cadastro Único do Governo Federal, bem como pela atualização dos dados das famílias cadastradas, para que não haja irregularidades no acesso aos benefícios disponibilizados e atenda as necessidades locais.

Para que as famílias sejam atendidas pelo programa, existe a obrigatoriedade do governo em instituir políticas públicas para melhor ofertar os serviços públicos de saúde, educação e assistência social, que formam as diretrizes contempladas pelo Programa Bolsa Família.

Os benefícios do Programa Bolsa Família conforme informações contidas no Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014, são de 04 tipos, pagos de acordo com a renda familiar per capita e a composição familiar que seriam:

Benefício básico, no valor mensal de R\$ 77,00 (setenta e sete reais), destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

Benefício variável, no valor mensal de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais) por família, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição.

Benefício variável vinculado ao adolescente, no valor mensal de R\$ 42,00 (quarenta e dois reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 84,00 (oitenta e quatro reais) por família, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade de dezesseis a dezessete anos matriculados em estabelecimentos de ensino;

Benefício para superação da extrema pobreza, cujo valor será calculado na forma do § 3º, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família que apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III do caput igual ou inferior a R\$ 77,00 (setenta e sete reais) per capita.

A transferência do benefício é condicionada ao cumprimento de uma série de contrapartidas pelas famílias, como a frequência escolar de crianças e adolescentes, carteira de vacinação em dia e acompanhamento pré-natal de gestantes.

Explicações de Soares e Sátyro (2009) expõem que o PBF, no entanto, conta com critérios para a concessão de benefícios e estes critérios não definem apenas uma fila de espera. São critérios públicos que enquadram as famílias em elegíveis ou não, o que gera conceitos como população elegível não coberta. Se alguém tem filhos e vive com renda inferior a R\$ 120,00 per capita, é elegível para receber o PBF e, se não recebe, é um elegível não coberto.

Alguns autores, como Medeiros, Britto e Soares (2008), chegam a caracterizar o benefício do Programa Bolsa Família como um quase-direito. Quase-direito ou não, quando um programa é caracterizado por orçamento definido e custos claros, a definição de metas se torna necessária. Se não existem metas físicas, não há como fazer planejamento orçamentário anual. A criação do PBF em 2003 se deu concomitantemente com a primeira meta, de 11,2 milhões de famílias.

Osorio e Soares (2014) acrescentam que o PBF possui duas linhas de elegibilidade desde que foi criado e que podem ser considerados os parâmetros fundamentais para que uma família venha a ser beneficiada. Considerando a renda das famílias inscritas no Cadastro Único, essas são classificadas extremamente

pobres quando declaram uma renda abaixo da linha de elegibilidade inferior e pobre quando a renda declarada fica entre essa e a linha superior.

Na composição do valor do benefício, quando a família for integrada por crianças de até 15 anos de idade, gestantes e nutrizes, cada família tem direito a até 5 benefícios variáveis para esse grupo no valor de R\$ 35,00 por pessoa; No caso de adolescentes entre 16 e 17 anos de idade o valor por pessoa é de R\$ 42,00 para até dois adolescentes.

Destaca-se que o BSP- Benefício de Superação da Pobreza na primeira Infância foi criado no âmbito da Ação Brasil Carinhoso, que está voltada à erradicação da pobreza na primeira infância. Esta ação compõe o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), lançado em junho de 2011. O BSM surge pela constatação de que, mesmo com todos os avanços promovidos pelo Programa Bolsa Família até 2011, ainda existiam milhões de famílias vivendo em situação de extrema pobreza tanto sob o aspecto monetário quanto no que se refere a outras dimensões relacionadas ao acesso e à qualidade dos serviços e oportunidades.

Considerando os benefícios variáveis permitidos, já comentados, o beneficiado pode receber um valor máximo de R\$ 336,00 pelo programa (famílias de no mínimo sete pessoas). Se, ainda assim, a família permanecer com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 77,00, o Programa transfere benefício extra até que esse patamar mínimo seja alcançado (estratégia recentemente implementada pela Ação Brasil Carinhoso) no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria.

Importante deixar registrado que, mesmo que alguns autores tenham opiniões contrárias, os benefícios do PBF não representam um direito. O direito ao auxílio financeiro está condicionado às possibilidades orçamentárias, em consonância com o dispositivo na lei de sua criação: “[...] o Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes”, Logo, o PBF faz parte de um programa de orçamento definido. Esgotando a verba orçamentária nenhum beneficiário receberá o benefício.

Ao longo da execução do Programa Bolsa Família, foram realizadas diversas atualizações dos valores financeiros das bolsas. O quadro 2 a seguir, discrimina as mudanças ocorridas no programa, acompanhado dos reajustes financeiros concedidos, objetivando corrigir o poder de compra dos benefícios concedidos.

### Quadro 2 – Mudanças no Desenho de Benefícios dos Reajustes do Programa Bolsa Família (2003-2014)

ANO	MUDANÇAS E REAJUSTES	DESENHO BENEFÍCIOS (ao final do ano)
2003	OUTUBRO – Criação do Programa Bolsa Família com duas linhas de elegibilidade referidas, mas não vinculadas, aos valores de ¼ e 1/2 salário mínimo (R\$ 200 no início de 2003) de renda familiar per capita, com um benefício básico somente para as famílias extremamente pobres, e outro variável por criança de 0 a 15 anos, até o limite de 3 crianças.	<b>Pobreza Extrema:</b> renda até R\$ 50 Básico: R\$ 50 Crianças: R\$ 15 a R\$ 45  <b>Pobreza:</b> renda de R\$ 50 a R\$ 100 Crianças: R\$ 15 a R\$ 45
2006	ABRIL – Primeiro reajuste do valor das linhas de elegibilidade, sem mudança no desenho de benefícios.	<b>Pobreza Extrema:</b> renda até R\$ 60 Básico: R\$ 50 Crianças: R\$ 15 a R\$ 45  <b>Pobreza:</b> renda de R\$ 60 a R\$ 120 Crianças: R\$ 15 a R\$ 45
2007	JULHO - Os benefícios são reajustados. DEZEMBRO - Primeira alteração no desenho de benefícios, com a criação do benefício para até 2 jovens de 16 e 17 anos.	<b>Pobreza Extrema:</b> renda até R\$ 60 Básico: R\$ 58 Crianças: R\$ 18 a R\$ 54 Jovens: R\$ 30 a R\$ 60  <b>Pobreza:</b> renda de R\$ 60 a R\$ 120 Crianças: R\$ 18 a R\$ 54 Jovens: R\$ 30 a R\$ 60
2008	JUNHO – Os benefícios são reajustados.	<b>Pobreza Extrema:</b> renda até R\$ 60 Básico: R\$ 62 Crianças: R\$ 20 a R\$ 60 Jovens: R\$ 30 a R\$ 60  <b>Pobreza:</b> renda de R\$ 60 a R\$ 120 Crianças: R\$ 20 a R\$ 60 Jovens: R\$ 30 a R\$ 60
2009	ABRIL – As linhas são reajustadas para R\$ 69 e R\$ 137. JULHO – As linhas de elegibilidade são novamente reajustadas para os valores que vigoram até ao menos o final de 2012. Ainda em julho, os benefícios são reajustados.	<b>Pobreza Extrema:</b> renda até R\$ 70 Básico: R\$ 68 Crianças: R\$ 22 a R\$ 66 Jovens: R\$ 33 a R\$ 66  <b>Pobreza:</b> renda de R\$ 70 a R\$ 140 Crianças: R\$ 22 a R\$ 66 Jovens: R\$ 33 a R\$ 66
2011	MARÇO – Os benefícios são reajustados e ocorre a segunda alteração no desenho de benefícios, com a expansão do limite de 3 para 5 crianças. JUNHO – Ocorre a segunda alteração no desenho de benefícios variáveis, com a expansão do limite de 3 para 5 crianças.	<b>Pobreza Extrema:</b> renda até R\$ 70 Básico: R\$ 70 Crianças: R\$ 32 a R\$ 160 Jovens: R\$ 38 a R\$ 76  <b>Pobreza:</b> renda de R\$ 70 a R\$ 140 Crianças: R\$ 32 a R\$ 160 Jovens: R\$ 38 a R\$ 76
2012	MAIO – É introduzida a transferência per capita na forma do benefício para superação da pobreza extrema, para as famílias com ao menos uma criança de 0 a 6 anos que, após receberem o Bolsa Família, permaneciam extremamente pobres. NOVEMBRO - Anuncia-se a redefinição da faixa etária das crianças para 0 a 15 anos para o recebimento do Benefício para Superação da Extrema Pobreza	COM CRIANÇAS DE 0 a 15 ANOS <b>Pobreza Extrema:</b> renda até R\$ 70 Básico: R\$ 70 Crianças: R\$ 32 a R\$ 160 Jovens: R\$ 38 a R\$ 76 BSP: hiato per capita remanescente  SEM CRIANÇAS DE 0 a 15 ANOS <b>Pobreza Extrema:</b> renda até R\$ 70 Básico: R\$ 70 Jovens: R\$ 38 a R\$ 76

<b>2013</b>	MARÇO – Extensão do Benefício para Superação da Extrema Pobreza para todas as famílias que, após receberem o Bolsa Família, permaneciam extremamente pobres.	<b>Pobreza Extrema:</b> renda até R\$ 70 Básico: R\$ 70 Crianças: R\$ 32 a R\$ 160 Jovens: R\$ 38 a R\$ 76 BSP: hiato per capita remanescente  <b>Pobreza:</b> renda de R\$ 70 a R\$ 140 Crianças: R\$ 32 a R\$ 160 <b>Jovens: R\$ 38 a R\$ 76</b>
<b>2014</b>	JUNHO – Reajuste das linhas de elegibilidade e dos valores dos benefícios.	<b>Pobreza Extrema:</b> renda até R\$ 77 Básico: R\$ 77 Crianças: R\$ 35 a R\$ 175 Jovens: R\$ 42 a R\$ 84 BSP: hiato per capita remanescente  <b>Pobreza:</b> renda de R\$ 77 a R\$ 154 Crianças: R\$ 35 a R\$ 175 Jovens: R\$ 42 a R\$ 84

Fonte: Osorio e Soares (2014, p.749-751).

Oportuno comentar que o objetivo dos reajustes e do novo desenho de benefícios, demonstrado no quadro 1, é ajustar a renda das famílias extremamente pobres contempladas, de forma que elas consigam ficar com a renda acima da que tem declarada, visto que os benefícios do PBF, não são indexados. Destinado para que a lógica da cobertura do hiato apresente os resultados programados, pois é imprescindível que aconteça o crescimento da renda apropriada pelas famílias num patamar superior ao da inflação, de forma a mantê-las na linha de pobreza, e não mais na linha da extrema pobreza.

### 1.3.1 O Financiamento do Programa Bolsa Família e sua incidência na Despesa Pública

Para que o Estado possa cumprir suas funções, é necessária a geração de receitas e, a partir dela, contrair gastos no sentido de estabelecer o bem estar comum e atender aos anseios da sociedade. Assim, alocam-se com qualidade os recursos recebidos, inclusive para a execução das principais políticas de distribuição de renda.

As receitas públicas, em geral, são originadas da cobrança de tributos da sociedade, sendo posteriormente devolvidas em forma de despesas públicas, através do uso de bens e serviços comuns, a fim de estabelecer um Estado igualitário e de oportunidades a todos os cidadãos. Em sentido amplo, são despesas

públicas as aplicações dos recursos arrecadados nas ações que o governo deseja executar.

A literatura de finanças públicas traz vários conceitos a respeito de receita e despesa pública. Para Baleeiro (2004, p. 35), receita pública “é a entrada que, integrando-se no patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo, **vem crescer seu vulto, como elemento novo e positivo**”. (grifo nosso)

Já o autor Franco *apud* Bastos (1997, p.36):

“As receitas públicas podem ser assim genericamente definidas como qualquer recurso obtido durante um dado período financeiro, mediante o qual o sujeito público pode **satisfazer as despesas públicas** que estão a seu cargo” (grifo nosso).

Diante dos conceitos acima citados, nota-se que a receita pública é toda entrada de recursos que venha crescer o patrimônio como um elemento novo, objetivando satisfazer as despesas públicas. Deve-se acrescentar que a receita é capaz de satisfazer as despesas no sentido de manter a máquina administrativa e atender as necessidades públicas, de acordo com suas prioridades, em determinado momento da economia.

As receitas públicas são estimadas de acordo com a capacidade de arrecadação de cada região ou estado. São materializadas nos instrumentos de planejamento (PPA – Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual) de cada ente da federação, conforme disposto no art. 165 da Constituição Federal.

Ainda com relação à receita pública, a Constituição Federal estabeleceu fontes específicas de recursos para financiar alguns gastos sociais importantes, vinculando assim receitas às despesas sociais. As contribuições sociais elencadas no art. 195, a exemplo de Contribuição Social sobre o Lucro e Contribuição para o financiamento da seguridade social - Cofins, são receitas vinculadas ao financiamento do orçamento da seguridade social.

No que se refere à despesa pública, Carvalho, p.380, conceitua despesa como “aplicações de recursos arrecadados pelo Estado com o objetivo de prover os serviços de ordem pública, ou atender o próprio desenvolvimento econômico do Estado”.

Os autores Albuquerque, Feijó e Medeiros (2008, p.231), elencam que os conceitos de despesa pública apresentam características relevantes, sendo a mais importante delas a que deve ser antecedida de previsão orçamentária, conforme citada abaixo:

“(…) O conjunto dos dispêndios do Estado, ou de outra pessoa de direito público, para o funcionamento dos serviços públicos; ou a aplicação de certa quantia, em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente, dentro de uma **autorização legislativa**, para a execução de fim a cargo do governo”. (grifo nosso)

A exigência da previsão orçamentária para que o gasto público ocorra está fundamentada na Constituição Federal, art. 167, na Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 16, e na Lei de Crimes Fiscais art. 359-D. Assim, caso o gestor público queira contrair alguma despesa, esta deverá estar previamente autorizada, conforme os instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA).

No caso do Programa Bolsa Família, os gastos estimados estão demonstrados no PPA (Plano Plurianual) do Governo Federal, conforme discriminado na tabela 1 abaixo:

Tabela 01 – Recursos Para o Programa Bolsa Família Previstos no PPA 2012 - 2015

OBJETIVO	METAS 2012-2015	ESFERA	RECURSOS ESTIMADOS			
			Valores (mil R\$)			
			2012	2013	2014	2015
Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres.	a) Ampliar a articulação do PBF com outras Políticas promotoras de emancipação;	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	21.081.064	24.573.954	25.294.890	25.294.890
		Despesas Correntes	21.072.687	24.569.822	25.289.890	25.289.890
		Despesas de Capital	8.377	4.132	5.000	5.000
		Total	21.081.064	24.573.954	25.294.890	25.294.890
	b) Aumentar o impacto do PBF na erradicação e/ou na diminuição da pobreza e da extrema pobreza;	<b>VALORES GLOBAIS</b>	<b>96.244.797</b>			
	c) Garantir que todas as famílias extremamente pobres já beneficiadas do PBF tenham renda mínima de R\$ 70,00.					
d) Incluir 800 mil famílias em extrema pobreza no PBF.						

Fonte: [www.planejamento.gov.br](http://www.planejamento.gov.br)

1 – Lei n. 10.028, de 19 de outubro de 2000.

E para melhor entendimento sobre a utilização das receitas realizadas e sua aplicação no sentido de custear as despesas do Programa Bolsa Família, a tabela 2 demonstra para o período 2012/2014, as aplicações destes gastos sociais segundo as respectivas regiões.

**Tabela 02 – Recursos Realizados e Transferidos para o Programa Bolsa Família**

ANO	RECEITAS ARRECADADAS	TRANSFERÊNCIAS PARA REGIÕES						%
		Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Sudeste	Total	
2012	1.957.384.033.047,06	2.520.802.220,04	10.404.419.244,27	1.070.765.557,00	1.479.838.209,00	4.813.052.557,02	20.288.877.787,33	1,04
2013	1.893.623.959.403,52	3.228.369.118,00	12.950.565.949,00	1.250.085.375,00	1.673.621.713,00	5.787.464.936,00	24.890.107.091,00	1,31
2014	2.238.439.698.780,23	3.345.676.628,00	12.888.018.187,00	1.238.207.143,00	1.590.965.409,00	5.759.838.705,00	24.822.706.072,00	1,11

Fonte: Elaboração da Autora (2015)

De acordo com a tabela acima, do total de receitas realizadas pelo governo, o valor gasto com o Programa Bolsa Família representa entre 1,04 a 1,31% da receita arrecadada. Nota-se que o percentual é irrelevante em relação aos benefícios que o programa pode gerar para a sociedade, tanto econômico e como socialmente.

Verifica-se ainda, que a Região Nordeste recebeu recursos no montante de R\$ 12.888.018.187,00, representando 51,92% em relação às outras regiões do Brasil, ou seja, pressupõe um número maior de beneficiários no programa.

## **CAPÍTULO 2 – AVALIAÇÃO E EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

O segundo capítulo trata da literatura empírica, com comentários relacionados aos efeitos do Programa Bolsa Família na economia brasileira, já abordados em trabalhos científicos, seus efeitos macroeconômicos e microeconômicos, de modo especial os relacionados à oferta do trabalho, à educação, saúde e ao consumo.

### **2.1 Avaliação crítica sobre o Programa Bolsa Família: pontos positivos e negativos**

Com base na literatura empírica, verifica-se um debate entre pesquisadores sobre alguns pontos críticos e positivos relacionadas ao Programa Bolsa Família.

Giambiagi (2007, p.116) expõe que o fato de o Brasil apresentar índices de pobreza inaceitáveis favoreceu a procura acentuada da proteção do Estado, porém, todas as ações postas em prática até o momento não estimulam a produtividade e a produção. As propostas que priorizam a distribuição e a proteção fazem parte do que Gomes (2000) descreve como sendo a “economia sem produção”, economia essa que apresenta como principal fonte de geração de renda os repasses financeiros do Estado e a implementação de políticas de infraestrutura como o PAC cujo foco está na promoção de garantir a melhora no nível de vida da população, além do PBF.

Para Araújo e Lima (2009), o programa pode ser considerado como agente constitutivo da economia sem produção, pois, afinal, seus beneficiários não contribuem produtivamente para receber o benefício.

São palavras de Giambiagi (2007): “somos pródigos em dar o peixe, mas temos sido um fracasso na arte de ensinar a pescar”, uma vez que não

instituímos programas que criam empregos. É a chamada economia sem produção, onde os valores são pagos sem a exigência de qualquer contrapartida contemporânea de prestação de serviços produtivos.

Outro argumento negativo encontrado nos discursos de Giambiagi (2007, p.117) é a suposta inexistência de uma “porta de saída” do programa, ou seja, de mecanismos capazes de ajustar a condição do beneficiado, quando da sua saída da pobreza extrema e o conseqüente desligamento do programa, ficando, portanto, sem direito a receber os recursos do governo.

Camargo e Reis (2007, p.251) observam que os programas de transferência de renda, quando significativos, podem ter efeitos negativos em longo prazo, pois podem ser fontes de incentivos para que os beneficiários não busquem o mercado de trabalho, favorecendo com isso o aumento da taxa de inatividade. Também existe a possibilidade de criar nos mesmos uma situação de dependência dos valores repassados pelos programas. Ainda considerando esses mesmos autores, os programas de transferências não condicionadas são de maiores conseqüências que os condicionados. Desde que as condicionalidades do Programa Bolsa Família sejam cumpridas será possível obter aumento do investimento em educação e saúde das crianças pobres e a melhora nos níveis de desigualdade e pobreza nas gerações futuras.

Existem autores que criticam a atuação do governo de impor contrapartidas que penalizam as famílias mais vulneráveis. Essas penalidades são aplicadas de forma gradativa, que vão desde advertências até o cancelamento do benefício. Eles interpretam o PBF como uma proteção social. Dessa forma, as contrapartidas para os pobres são difíceis de ser cumpridas, deixando muitas famílias de fora do benefício (SOARES; SÁTYRO, 2009).

Duarte et al (2009, p.905) entendem que a condição de entrada no sistema quase sempre está restrita à remuneração, onde o requerente precisa comprovar, mediante declaração, sua renda real e o seu patrimônio. Nesse caso, existe a possibilidade da fraude e de conseqüentes desvios dos propósitos do programa, onde os realmente necessitados ficam de fora.

Mesquita (2007) argumenta, de forma crítica, que as informações das famílias no Cadastro Único, cujos dados apontam que existem 1,2 milhões de famílias com renda zero, não podem ser consideradas como certas, visto que podem existir erros de preenchimento do formulário. Esse autor afirma também que a mudança gerada no valor do trabalho é muito limitada e improvável, pois a faixa de renda que se propõe a atender exclui aqueles com renda familiar acima de R\$ 60,01 que não tenham filhos. Sobre o patamar estipulado para universalizar o benefício, Mesquita afirma que é muito restrito, ou seja, o corte de renda é tão baixo (34% do salário mínimo atual) que uma parcela da população não poderá participar do programa. Assim, essa parte da população terá que estar disposta a atuar no mercado de trabalho sem questionar ou mesmo sem poder barganhar um serviço melhor.

Diante das críticas apresentadas verifica-se que existe quase uma unanimidade no que se refere às deficiências do PBF. Dentre os argumentos citados anteriormente, como a existência de dificuldades em garantir os limites de qualquer mecanismo de focalização dos programas de transferências condicionadas de renda, é correto sintetizar que predominam dois fatores, a flutuação da renda das famílias e os erros na seleção dos beneficiários.

No que se refere a flutuação, existe o argumento de que essa é resultante de fatores como rotatividade no emprego, choques externos positivos e negativos, sazonalidade da economia, mudanças na composição e organização das famílias e outros vários motivos que justificam a variação da renda *per capita* da família, principalmente as com rendas baseadas no trabalho informal.

Outro argumento que justifica as deficiências do PBF estaria na inexistência, dentre as ações do programa, de um “ciclo permanente de revisão”, o que termina por favorecer a existência de desvios, onde são beneficiadas pelo programa famílias cuja renda está acima dos limites de corte adotados, embora não o estivessem quando foram considerados aptos a se beneficiarem do programa.

Também se encontra no rol das falhas a inclusão de famílias motivadas pela utilização inadequada de ferramentas de identificação (preenchimento errado do formulário) e até mesmo as fraudes deliberadas ou intencionais.

Considerando as falhas do PBF até seria interessante aumentar a fiscalização das famílias cadastradas, porém, conforme observa Mesquita (2007) quanto maior a fiscalização, maiores serão os custos administrativos. Esse fato não quer dizer que não se deve buscar corrigir os erros de seleção, mas recomenda-se que esses esforços sejam acompanhados de uma análise de custo-benefício e que se tente minimizar ao máximo os erros que excluem os beneficiários com direito a fazer parte do programa.

Rocha (2008) também argumenta que não basta apenas a transferência monetária para eliminar a pobreza e a desigualdade de renda, visto que esses são fenômenos de caráter multidimensional. Portanto, as condicionalidades tornam-se cruciais para diminuir a armadilha da pobreza e, por consequência, a pobreza e a alta desigualdade de renda. Sem acompanhamento da eficiência e do impacto de programas sociais como o Bolsa Família, esses fatores não se tornam eficazes.

Oportuno comentar conforme exposto por Medeiros et al (2006) que é possível observar evidências de melhorias nos mecanismos de seleção e controle dos programas de distribuição de renda do tipo do PBF, já que em 2005 foram estabelecidas novas rotinas de verificação da consistência cadastral e a modificação dos formulários de inscrições das pessoas que buscam fazer parte do programa.

A criação de uma rede pública de fiscalização em 2005, envolvendo ministérios públicos, Corregedoria-Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União, também poderá ser uma medida importante no combate a fraudes. Da mesma forma, o aperfeiçoamento de mecanismos de participação e controle social no nível municipal e o estabelecimento de canais de comunicação direta entre beneficiários e potenciais beneficiários com as instancias de gestão do PBF poderá contribuir para difundir informações e minoria de erros de focalização (MEDEIROS et al 2006, p.11)

É preciso deixar registrado neste estudo que o PBF, apesar das críticas já apresentadas, tem se destacado nas políticas públicas brasileiras de distribuição de renda. Muitos são os autores favoráveis às propostas desse programa como sendo bem mais efetivo no combate à pobreza do que o aumento real do salário mínimo, que é entendido como de pouca efetividade, quando aplicados como instrumento para a redução da pobreza extrema. O ideal é que os gastos públicos fiquem focalizados em políticas sociais mais efetivas, como é o caso do PBF.

Com base nos registros iniciais relacionados à mídia internacional, verifica-se que existe reconhecimento externo pela atuação do PBF brasileiro, as citações abaixo comprovam este fato:

“CCTs do an excellent job of getting money to the poor. Children overed by them get more schooling and use health facilities more often than they would otherwise have done. Some fears have proved unfounded: poor people have not responded to cash payments by cutting back on paid work.” (THE ECONOMIST, Feb 12 2009)

“The bottom-up nature of such social programs (Bolsa Família) has helped expand formal and informal employment as well as the Brazilian middle class.” (THE NEW YORK TIMES, July 31 2008)

Prêmio Internacional - 1º prêmio Award for Outstanding Achievement *in Social Security*, em reconhecimento à iniciativa do PBF. [...] O Bolsa Família foi considerado pela ISSA - Associação Internacional de Seguridade Social, como "uma experiência excepcional e pioneira na redução da pobreza e na promoção da seguridade social". (PORTAL BRASIL, 2013)

Oportuno iniciar comentando sobre o pensamento de grande parte das pessoas que ocupam a classe média, de que o pobre brasileiro que recebe o benefício não passa de marginal e de preguiçoso. Tal qual outras críticas já registradas neste estudo, existem aquelas que se apoiam em três estigmas associados aos beneficiários do PBF: o da pobreza em si mesma, o da acomodação, e o fato de quererem mais filhos para receber mais dinheiro sem ter que trabalhar.

Para os autores como Rego e Pinzani (2013, p.147) que rebatem esse comportamento, essa concepção é apenas fruto do preconceito e da cultura do desprezo pelo pobre. Na verdade “[...] a pobreza deve ser vista como privação

das capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda”, é por isso que um dos maiores impactos do PBF sobre a renda da família pobre é que os valores repassados pelo programa representam uma renda fixa para essas famílias, ao contrário dos valores percebidos a título dos chamados “bicos”, que são inconstantes, um dia aparecem outros não. Apesar de se enquadrar como uma renda mínima, os valores repassados não deixam de contribuir para o alívio imediato da pobreza ou mesmo para a possibilidade de auxílio para que se quebre o ciclo vicioso da pobreza nas gerações futuras.

Soares et al (2010) trazem, em matéria publicada na revista *Latin American Research Review*, um estudo com evidências de que o PBF impactou na redução não apenas da pobreza, mas também da desigualdade. Usando dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) 2009 do IBGE, os autores apontam que, a despeito de representar apenas 0,5% da massa de renda familiar no país, o PBF é a segunda maior fonte de renda entre as famílias mais pobres, depois da renda do trabalho, atuando decisivamente na redução da pobreza e desigualdade.

Os citados autores basearam seus estudos, dentre outros objetivos, comparando o PBF com outros programas de transferência de renda na América Latina, como no México, Colômbia, Equador, e Chile, onde ficou demonstrado a eficiência do Bolsa Família em reduzir desigualdade e a pobreza extrema, assim como na melhora dos resultados da educação, sem ter um impacto negativo sobre a participação da força de trabalho. Esse estudo aponta o PBF como sendo “[...] um dos maiores programas de transferência condicionada de renda do mundo”.

Com base nos números encontrados por Soares et al (2010; 2007), expostos na tabela 3 a seguir e relacionados aos problemas apresentados pelos programas de distribuição de renda no que se refere à expansão da cobertura sem que exista vazamento na seleção das famílias beneficiadas, o PBF, apesar dos erros de exclusão e de inclusão, mostrou-se mais eficiente que o programa Mexicano “Oportunidades”, tanto por excluir 59% dos pobres, ao contrário do programa mexicano que deixa de fora 70%, como por ser capaz de incluir 41% do seu público alvo, contra 30% do oportunidades.

**Tabela 03 – Indicadores de Desempenho do Processo de Seleção do PBF e Oportunidades (Brasil e México, 2004)**

PROCESSO DE SELEÇÃO	ERRO DE EXCLUSÃO	ERRO DE INCLUSÃO	INCLUSÃO	EXCLUSÃO
Bolsa Família (PNAD 2004)	59%	49%	41%	92%
Oportunidades (ENIGH 2004)	70%	36%	30%	93%

Fonte: Soares et al (2010, p.176)

Acrescenta-se que o melhor desempenho do PBF também está no fato de que, mesmo com um erro maior de distorção, ou seja, de incluir no programa famílias cuja situação não é de extrema pobreza, esse a mais que separa da extrema pobreza é mínimo, ou seja, são também famílias bem pobres.

Soares et al (2006), adotando uma metodologia que desagrega os componentes da rubrica "juros, dividendos e outros rendimentos", verificaram que os programas de transferência de renda são eficientes no combate à pobreza e foram responsáveis por uma fração importante da queda da desigualdade de renda no Brasil. Ainda considerando esses mesmos autores, não se pode concluir que as mesmas famílias apresentaram melhoras entre os anos de 2004 e 2006, mas com base na média, certamente o PBF foi positivo no quesito de aumentar a renda e elevar a frequência escolar nas famílias do nordeste urbano e rural, no período de 2004 a 2006.

Sem o Programa Bolsa Família a variação da desigualdade aumentaria. O que quer dizer que os indivíduos estão melhores com a transferência de renda, embora essa melhora não seja significativa, visto que os valores repassados são baixos e não possuem a característica de elevar o indivíduo acima da linha de pobreza, fazendo com que não ocorram grandes variações neste indicador. Soares et al (2010; 2007) encerram seus estudos comentando que a transferência de renda é um instrumento útil para a redução da pobreza e desigualdade, todavia, trata-se de uma política que necessita de aperfeiçoamento, de forma a aumentar a cobertura, controlar o vazamento e implementar incentivos aos indivíduos para que os mesmos possam ser reinseridos no setor produtivo gerando maior emprego e renda para economia.

Ainda o estudo de Soares et al (2006) mostrou indícios de que se aumentar tanto o valor do benefício quanto sua cobertura, maior será o impacto na renda e, por consequência, na frequência escolar, sendo este último, o principal fator que justifica o programa, pois, dessa forma, aumenta-se o capital humano e, com isso, quebra-se o ciclo intergeracional de pobreza. No entanto, esses resultados são sentidos apenas em longo prazo, o que justifica uma constante avaliação do PBF.

Mesquita (2007), apesar de apontar falhas no PBF, expõe que mesmo com as deficiências, a relevância das propostas desse programa está no fato de se apresentar como sendo a mais ampla política de transferência direta de renda já posta em prática no Brasil. Entende-se como sendo um conjunto de ações de massa, cujos critérios de participação vão além dos padrões clássicos de implementação de políticas sociais até então vigentes no país.

Estudos realizados por Medeiros et al (2007, p.06) demonstraram que grande parte das críticas ao PBF são de caráter casuístico, sem “[...] evidências empíricas, [...] generalizáveis e sistemáticas”. São críticas baseadas em casos de famílias beneficiárias que possuem renda acima das respectivas linhas de corte, onde todo o funcionamento e eficiência do programa são associados nesses desvios. Verificam-se segundo esses mesmos autores, que casos isolados não servem para avaliar um programa com o porte do PBF, que beneficia milhões de famílias.

Mendes Júnior (2010) centrou seus estudos na análise sobre os impactos das transferências aos beneficiários do PBF realizadas pelo Governo Federal, na área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), sob a ótica da Matriz de Insumo Produto (MIP) do Nordeste. Dentre os resultados obtidos ficou evidenciado que as liberações do PBF resultaram, dentre outros indicadores positivos, num acréscimo de arrecadação de tributos no valor de R\$ 18,4 bilhões em todo o Brasil, ficando na área de atuação do BNB R\$ 10,8 bilhões e para o resto do Brasil, R\$ 7,6 bilhões. A Bahia foi o estado de maior relação arrecadação tributária/benefícios do PBF, ou seja, para cada R\$ 1 bilhão liberado ao PBF gerou R\$ 373 milhões.

Ainda considerando os resultados de Mendes Junior (2010, p.12), em média, os desembolsos do PBF geraram cerca de 770 mil empregos por ano, sendo 606 mil na área de atuação do BNB e 164 mil no restante do Brasil. De tal forma que, para cada “[...] R\$ 1 bilhão transferido pelo PBF, a preço de 2009, foram gerados 147 mil empregos e ocupações”, sendo 116 mil na área de atuação do BNB e o complemento, 31 mil, para o restante do Brasil. Assim, gera-se um emprego ou ocupação a cada R\$ 6,8 mil liberados pelo PBF.

O Estado com maior geração de empregos por bilhão de reais foi a Bahia, com 162,5 mil e o menor foi Sergipe, com 118 mil empregos. No entanto, relativamente, Sergipe foi um dos Estados que apresentou menor vazamento de empregos (19,6%) para o resto do Brasil, gerando 80,4% dos empregos na área de atuação do BNB. O Ceará, por sua vez, apresentou, em termos percentuais, os maiores vazamentos, ou seja, 23,4% dos empregos gerados ocorreram no restante do Brasil (MENDES JUNIOR 2010, p.12).

Finalizando seus estudos, Mendes Junior (2010) deixa evidente a importância que o PBF tem na área social, visto que se mostrou um programa com relevantes resultados obtidos junto à população carente do país, que se encontrava marginalizada em suas necessidades básicas, principalmente no que diz respeito ao acesso à alimentação e produtos de primeira necessidade. O autor reforça os efeitos econômicos do PBF, principalmente na geração anual de 606 mil empregos e ocupações na área de atuação do BNB e 164 mil no restante do Brasil.

Bichir (2010) relaciona em seu trabalho os impactos do PBF e também registra de forma positiva que o referido programa reduziu a pobreza e a desigualdade no Brasil. Dados obtidos por essa mesma autora registram que existem divergências em relação ao peso relativo dos fatores responsáveis por essa dinâmica, mas fica evidente o mérito das políticas distributivas para o crescimento econômico, para a redução da pobreza e da desigualdade social no Brasil nos últimos tempos.

Ainda considerando Bichir (2010) essa autora aponta também mudanças no mercado de trabalho e no dinamismo recente da economia. Dentre as causas para a eficácia do PBF na redução da desigualdade, encontra-se a progressividade dos benefícios, que são bem direcionados para os mais pobres. Por

outro lado, o PBF tem pouco impacto sobre a redução da proporção de pobres devido ao baixo valor dos benefícios transferidos, que ficam abaixo da linha da pobreza.

Mesquita (2007, p.67) também acredita que as críticas ao PBF estão baseadas numa visão sem caráter científico, embora existam os que não desejem mais trabalhar depois do benefício, apesar do valor ser muito baixo e o fato de não existir um tempo determinado de permanência no programa, entendido como sendo um fator de acomodação.

Soares et al (2006) fazem também parte dos autores que identificaram a não existência de provas baseadas em fatos de que os programas de transferência de renda provoquem um efeito universal de preguiça. Estudos realizados por esses mesmos autores concluíram que se o PBF gerasse desestímulo ao trabalho, a taxa de participação de domicílios nos estratos mais pobres da distribuição de renda seria menor entre as pessoas que recebem benefícios do programa. De positivo, Soares et al (2006, p.23) afirmam que “80% da renda do PBF vai para famílias de abaixo da linha da pobreza” ou seja, famílias cuja renda é metade de 1 salário mínimo *per capita* estão sendo contempladas pelos benefícios desse programa.

Além de não ser comprovada a condição de fator de acomodação, conforme Barbosa e Corseuil (2014, p.26), em um nível de confiança de 95% não é possível identificar que os chefes de famílias, beneficiários do PBF, venham a apresentar inclinação a ocuparem “[...] postos formais ou mesmo “[...] informais”.

Medeiros et al (2007, p.10) expõem que a incidência de beneficiários com renda acima dos limites de corte do PBF pode ser grande, mas são desvios que estão só um pouco acima desses limites, ou seja de pequena intensidade. Os de maior intensidade têm uma incidência bem mais baixa. Dados desses mesmos autores apontam que em 2004 os desvios partiam de “[...] famílias com renda *per capita* superior a R\$ 130,00”.

O autor Giambiagi (2007) como estudioso das finanças públicas, apesar das críticas que são apresentadas ao programa, considera o PBF um dos programas mais bem concebidos em termos relativos, e o mais barato quando comparado a outros programas, visto que seu dispêndio financeiro corresponde a 0,4% do PIB. Além de apresentar um custo-benefício baixo do ponto de vista fiscal, é bem localizado, uma vez que atinge as camadas efetivamente mais pobres da população brasileira, ou seja, as pessoas de menor renda.

Afonso et al (2011, p.588) são de opinião favorável que para combater de forma eficiente o problema da extrema pobreza, programas focalizados a exemplo do PBF são bem mais eficazes que os que objetivam elevar o piso previdenciário e o salário mínimo. Conforme esses mesmos autores o aumento desses só teria como consequência “[...] onerar pesadamente as contas do INSS e do Tesouro”.

Não só com essa, mas com as diversas opiniões já elencadas neste estudo, sejam elas positivas ou negativas, reconhece-se que o programa tem sido uma das principais ferramentas na promoção do desenvolvimento humano, combate à pobreza e inclusão social, visto que se mostra como sendo uma iniciativa que eleva a renda das famílias em extrema miséria, iniciativa essa apontada como eficaz para lidar com o fenômeno da pobreza extrema.

É bem verdade que a população de baixa renda é obrigada a ingressar no mercado de trabalho bem cedo, como forma de contribuir na complementação da renda familiar ou até mesmo para garantir a própria sobrevivência. Uma situação bem comum são os filhos de famílias pobres abandonarem os estudos para entrarem no mercado de trabalho informal. Essa situação acaba com a possibilidade de, no futuro, esses jovens venham a ter acesso à possibilidade de desenvolver atividades com melhores perspectivas de renda, perpetuando dessa forma a sua condição de pobreza.

É por essa e outras situações que o combate à pobreza requer que sejam tomadas ações específicas, capazes de romper com o que Cacciamali et al

(2010, p.271) bem acertadamente chamam de “[...] armadilha entre gerações”, que faz com que o ente de família pobre tenha iminência de permanecer na pobreza.

Mediante tudo que foi apresentado, nota-se que não só na literatura nacional como na internacional, o PBF, desde que foi criado, tem contribuído para a queda sistemática da população em situação de pobreza e extrema pobreza. Tem suas deficiências, e é foco de vários estudos voltados a torná-lo mais eficaz, mas, sem sombra de dúvida, tornou melhor a vida de muitas famílias abaixo da linha da pobreza extrema.

## **2.2 Efeitos do Programa Bolsa Família no Brasil em termos Macro e Microeconômicos**

Mensurar os efeitos dos programas de distribuição de renda direta tem sido uma constante nos debates atuais de erradicação da pobreza extrema. É correto afirmar que sem os programas brasileiros de transferência direta de renda, milhares de famílias pobres dificilmente poderiam sair do patamar de pobreza extrema. Como se sabe, a proposta desses programas é em tempo razoável erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais, de tal maneira que se apresentem numa incidência tolerável.

É verdade também que, apesar do pouco tempo de existência e de não contemplar todas as famílias que necessitam e têm direito aos benefícios dos programas de baixa renda, não restam dúvidas que esses programas têm aliviado ou mesmo sanado o estado de pobreza de milhões de famílias brasileiras que se encontravam na linha da pobreza extrema. Os seus efeitos no cotidiano das famílias beneficiadas são inegáveis.

São programas que, seguramente, não foram elaborados para servirem de solução única e permanente para combater ou erradicar totalmente os problemas sociais do Brasil, mas não restam dúvidas que são necessários em qualquer proposta elaborada seriamente para a existência de uma sociedade mais justa.

Como mesmo observam Jorge e Melo (2014), o PBF tem impacto não apenas micro, mas também macroeconômico, e considerando que quanto menor for a “[...] pujança econômica de uma localidade”, mais importantes devem ser tais impactos, em termos relativos, tanto é que esse programa se apresenta como sendo um dos principais fomentadores de renda de municípios sem produção.

Os objetivos pretendidos pelo programa bem como o impacto dos seus recursos na educação, saúde e nutrição em diversas regiões brasileiras têm sido objeto de ampla discussão.

Em nível macro, a pobreza faz parte dos fatores relacionados ao baixo crescimento econômico dos países, a exemplo do Brasil. No que se refere aos impactos ou influências na economia local, os programas de transferência de renda possuem efeitos macroeconômicos, bem como efeitos microeconômicos sobre o comportamento dos beneficiários e sua tomada de decisão. Estes últimos, como já foi discutido, estão relacionados ao teor das condicionalidades.

A seguir, serão enfocados os efeitos macro e microeconômicos do PBF, considerando renda, consumo, trabalho, educação e saúde das famílias beneficiárias.

### 2.2.1 Efeitos Macroeconômicos

Microeconomia e macroeconomia são dois ramos da ciência Economia. Para Pindyck e Rubinfeld (2005, p.04) microeconomia trata do comportamento das unidades econômicas individuais. Essas unidades abrangem consumidores, trabalhadores, investidores, empresas, ou seja, qualquer indivíduo que tenha participação no funcionamento da economia. A microeconomia explica como e por que as unidades (consumidores, trabalhadores etc.) tomam decisões econômicas e como são influenciadas pelas políticas públicas.

A macroeconomia trata das quantidades econômicas agregadas, como taxa de crescimento, o PIB, taxa de juros, desemprego, inflação. E para entender essa parte agregada é necessário compreender o comportamento das unidades tratadas em microeconomia (consumidores, empresas, trabalhadores etc.). Diante disso, grande parte da macroeconomia é uma extensão da microeconomia.

O estudo do impacto macroeconômico do PBF está relacionado com renda, trabalho e consumo, considerando o que os autores comentam sobre os efeitos do PBF na renda dos beneficiados pelo programa, a seguir um registro das citações que tratam da apresentação dos efeitos macroeconômicos do PBF.

Desde o início da implantação do Programa Bolsa Família, diversas pesquisas foram realizadas para avaliar aspectos de seu impacto na economia. O IBGE calculou que um ano antes do início da implantação do referido programa, 12% da população brasileira estava abaixo da linha da pobreza (definido internacionalmente como US\$ PPC 1,25 dia) e que, em 2008, essa taxa havia caído para 4,8%. A pobreza, por sua vez, caiu de 26,1% para 14,1% da população (IPEA, 2010). De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, o programa abrangia cerca de 13,8 milhões de famílias em todo país, atuando no alívio das necessidades materiais imediatas e transferindo renda de acordo com as diferentes características de cada família.

Soares e Sátyro (2009b) conforme dados de 2006, registram que dentre os impactos do PBF está a redução do percentual de pessoas pobres para 1,64 ponto percentual (p.p.), de 21,7% para 20% da população. Essa queda de 1,64 p.p. equivale a 8% de 21,7%. No entanto, o hiato de pobreza reduz-se em 18%, de 9,4% para 7,8% e a severidade da pobreza cai em quase um quarto de 5,9% para 4,6%. Para esses autores, a falta de maiores impactos do PBF sobre a pobreza não se deve a falta de focalização do programa, mas sim ao fato de que os valores repassados aos beneficiados ainda estão baixos. Para que se obtenham maiores impactos é preciso que os valores repassados sejam maiores.

Para Souza e Osório (2013, p.152), os avanços sociais são inegáveis e, no período estudado de 2003 e 2011, a pobreza e extrema pobreza somadas

caíram de 23,9% para 9,6%. O autor resume o perfil da pobreza em quatro pontos gerais: a pobreza se concentra cada vez mais nas regiões norte e nordeste; a expansão do salário entrou numa fase de retornos marginais decrescentes; o tamanho das famílias pobres diminuiu fortemente; e o acesso à infraestrutura avançou em ritmo abaixo do esperado.

Com relação à renda familiar, Hoffman, (2013, p.217) analisou o rendimento domiciliar *per capita* no processo de redução da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, e constatando a importância do programa na participação da renda total.

Segundo entendimento de Cunha e Pinto (2008) o Programa Bolsa Família gera um impacto positivo na economia dos municípios brasileiros, por meio de um aumento real no PIB, *per capita*, tanto é que os municípios mais beneficiados pelo programa apresentaram um crescimento econômico superior, sendo o setor industrial aquele que recebeu o maior impacto, visto que e a partir da produção que se dá, direta ou indiretamente, o maior consumo de energia elétrica, água, esgoto e gás, fatores esses bastante ligados ao consumo de alimentos e necessidades básicas.

Neri et al (2013, p.204-205) analisaram o cálculo dos efeitos multiplicadores de sete transferências sociais sobre cinco agregados macroeconômicos: PIB, consumo final total e das famílias, renda disponível bruta total e das famílias. Dentre as transferências incluíram o PBF. Os resultados demonstraram que as transferências direcionadas às famílias mais pobres têm os maiores efeitos multiplicadores. Conforme esses mesmos autores, o PBF “[...] em particular, apresentou os melhores números entre as sete transferências sociais para todos agregados de interesse”.

O estudo de Neri et al (2013) constatou ainda que, para cada real adicional gasto no PBF, houve um crescimento de R\$ 1,78 no PIB. O maior efeito do PBF foi sobre o consumo final das famílias, com multiplicador de R\$ 2,40. Em comparação com o FGTS foi estimado um crescimento do PIB de apenas R\$ 0,39 para cada real adicional transferido. Fazendo uma síntese dos resultados de Neri et

al, o PBF é importante para a dinâmica macroeconômica do país, isto porque, além de contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade, quanto mais direcionados estejam os recursos para os mais pobres, maior será seu efeito sobre o consumo, visto que esse segmento familiar demonstra alta propensão a consumir, e portanto, um efeito multiplicador substancialmente maior. Aos mais ricos, parte dos valores transferidos convertem-se em poupança e outros vazamentos, e não em consumo.

Marcos et al (2014, p.16) também avaliaram em seus estudos que o impacto maior do PBF está associado a diminuição da desigualdade de renda. Na visão desses mesmos autores caso os valores não fossem repassados ao PBF e sim destinados aos demais gastos de consumo do Governo, a desigualdade seria pelo menos “[...] 0,9% maior em 2004 e 0,7% maior em 2009”. Uma maior redução na desigualdade de renda, está relacionada à melhora na focalização do programa. Nesse caso, a desigualdade poderia ser “[...] 0,5% menor em 2004 e 1% menor em 2009”, como pode ser constatado na análise da tabela 4, a seguir.

**Tabela 04 – Variação do Índice de Gini – Efeitos do PBF (2004-2009)**

Região	2004			2009		
	Sem Bolsa Família	Valores de 2009	Melhora na Focalização	Sem Bolsa Família	Valores de 2004	Melhora na Focalização
Norte	0,7%	-1,9%	0,3%	2,0%	1,5%	-0,7%
Nordeste	1,5%	-2,1%	0,0%	2,7%	1,6%	-0,7%
Centro-Oeste	0,2%	-0,6%	-0,2%	0,6%	0,5%	-0,2%
Sudeste	0,2%	-0,4%	-0,1%	0,5%	0,3%	-0,1%
Sul	0,3%	-0,4%	0,0%	0,5%	0,3%	-0,1%
<b>Brasil</b>	<b>0,5%</b>	<b>-0,9%</b>	<b>-0,1%</b>	<b>1,0%</b>	<b>0,7%</b>	<b>-0,2%</b>

Fonte: Marcos et al (2014, p.16)

Ainda analisando os dados da tabela 4, no que diz respeito aos impactos relevantes do PBF, na redução na desigualdade de renda, esses podem ser mais significativos caso ocorra uma melhora na focalização do programa. Nesse caso, a desigualdade poderia ser 0,1% menor em 2004 e 0,2% menor em 2009.

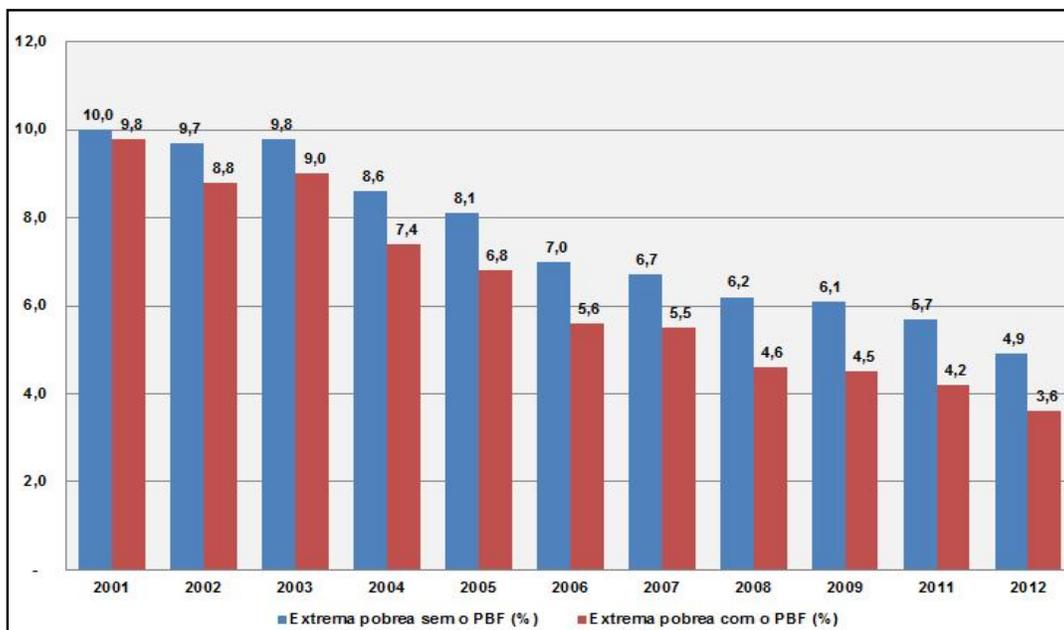
Outro impacto apontado por Rego e Pinzani (2013, p.189), diz respeito à relação do aumento de dinheiro alocado ao PBF e da autonomia individual. Segundo os resultados obtidos por esses mesmos autores o benefício faz com que os valores repassados tornam os beneficiados mais autônomos, isto porque, após cinco longos anos de andanças e entrevistas pelo Brasil afora, esses autores chegaram à conclusão de que “o programa Bolsa Família produz mudanças significativas na vida das pessoas destinatárias dele”, além de representar na maioria dos casos, a primeira experiência de renda fixa para a família.

Segundo Campeiro e Neri (2013) o PBF teve um impacto crucial na redução da extrema pobreza na última década. Conforme um estudo dos efeitos macroeconômicos desse programa, divulgados em Brasília, os dados apresentados registram que entre 2002 e 2012, a proporção de brasileiros vivendo com menos de R\$ 70,00 (a preços de 2011, corrigidos pela inflação ao longo da série) caiu de 8,8% para 3,6%.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2014) estudando os efeitos macroeconômicos do PBF nos últimos dez anos, concluiu que este reduziu as desigualdades 369% a mais quando comparado com os benefícios previdenciários em geral, e 86% maior quando comparado ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é pago a idosos e pessoas com deficiência. Destaca-se que essa situação partiu de um investimento na ordem de R\$ 24 bilhões por ano, que equivalem a apenas 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Ainda considerando os números do IPEA (2014), o PBF, desde que foi criado, já reduziu em 28% a extrema pobreza no Brasil. Dados de 2014 colocam esse programa como sendo o programa de transferência de renda condicionada que consegue o maior resultado em termos de redução da pobreza e de retorno à economia, com o menor custo para o governo, segundo padrões internacionais.

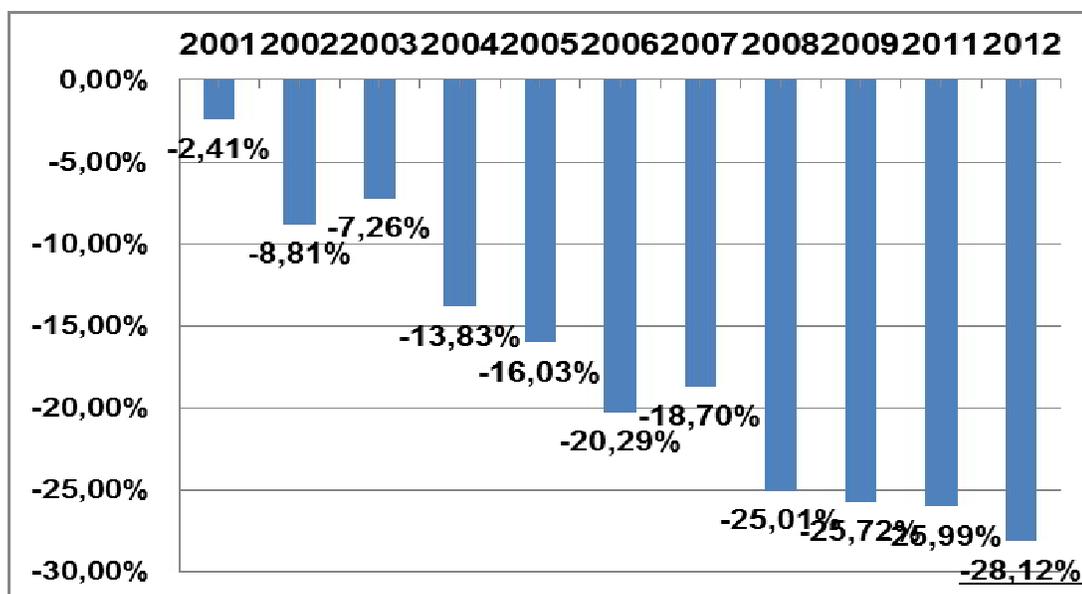
Dados obtidos por Campeiro e Neri (2013) e pelo IPEA, organizados no gráfico 2 a seguir, demonstram que sem a renda do PBF, a taxa de extrema pobreza em 2012 seria de 4,9%, ou seja, 36% maior que a observada após a execução do programa.



**Gráfico 2 – Extrema Pobreza Com e Sem Bolsa Família – De 2001 a 2012 (Efeito Direto)**

Fonte: Campero e Neri (2013) Dados obtidos do IPEA (Microdados do PNAD\IBGE)

De 2001 a 2012, a renda dos 10% mais pobres do país cresceu 120,22%, enquanto, para o décimo mais rico, o ganho foi de 26,4%. O índice de pobreza caiu em 80% dos municípios do país.



**Gráfico 3 – Impacto do PBF sobre a Extrema Pobreza (%) Efeito Direto**

Fonte: Campero e Neri (2013) Dados obtidos do IPEA (Microdados do PNAD\IBGE)

Considerando ainda os números registrados no estudo de Campeiro e Neri (2013), organizados no gráfico 3, verifica-se que o PBF é responsável por 28,12% da queda da extrema pobreza, quatro vezes mais que 10 anos antes quando o programa foi criado. A miséria subiria 36%, se não fosse pela existência do Bolsa Família.

Sob a ótica da demanda agregada da produção econômica e geração de emprego, e levando em conta o efeito multiplicador do Bolsa Família, Campeiro e Neri (2013) encontraram que para cada R\$ 1 real investido no programa ocorre um impacto 2,4 vezes maior em comparação com o seguro desemprego (1,34) ou a previdência social (0,65). Tais valores empíricos serviam muito para testar os impactos positivos do PBF na economia brasileira, principalmente pela redução da pobreza. Daí concluem os autores:

[...] A grande marca do Programa Bolsa Família é o combate direto à pobreza. E é uma tecnologia em constante aprimoramento, com uma série de mudanças que tem sido feitas nos últimos anos. É o principal símbolo da busca por essa equidade em nosso país. O segundo elemento que podemos buscar é o crescimento econômico proporcionado pela prosperidade das pessoas beneficiadas. (NERY 2014, p.728).

Fazendo uma comparação entre o Programa Bolsa Família e o AUHPS (*Asignación Universal por Hijo para Protección Social*) da Argentina, Marques (2013), vê o AUHPS como um benefício emergencial que, após alguns fatores, será superado e assim o governo não enfatiza apenas a transferência de renda, mas também o crescimento econômico do país. Já o programa Bolsa Família não tem prazo para terminar quando for direcionado às famílias em extrema miséria sem exigências de condicionalidades.

Para a autora, o PBF reflete a dependência da população com o governo. O programa deve ser considerado apenas uma etapa inicial e não uma assistência sem prazo. Além disso, o governo precisa dar condições para que as famílias pobres se organizem e se capacitem, a ponto de superarem seus problemas e se desvinculem do programa.

Ações bem aventuradas como os programas de transferências de renda, voltados para as famílias carentes, a exemplo do PBF, são propostas brasileiras voltadas a eliminar e/ou amenizar, a curto prazo, as dificuldades acarretadas pela condição de pobreza da grande maioria de famílias, frutos da imensa desigualdade social que existe no país.

As condicionalidades de frequência escolar e atendimento médico são as mais utilizadas para o acesso às transferências de renda direta, pois estão diretamente associadas com a missão de garantir o mínimo de renda de subsistência às famílias na linha da extrema pobreza, assim como melhorias nas condições de saúde, educação e nutrição dos beneficiários. A obrigatoriedade de acompanhamento da saúde e do estado nutricional das gestantes e dos filhos, a matrícula e 85% de frequência escolar de crianças com idade entre 7 e 15 anos, bem como a participação em programas de educação alimentar é que dão subsídio à proteção e acúmulo de capital humano.

Após dez anos de vigência do programa, priorizando as famílias tradicionalmente mais desassistidas pelo Estado, pode-se afirmar que o PBF produziu mudanças significativas na vida das pessoas contempladas pelo mesmo. Uma dessas mudanças é o início da superação da cultura da resignação, ou seja, a espera resignada da morte por fome e por doenças ligadas a ela, drama este constante neste universo geográfico.

Campelo e Neri (2013) afirmam que as transferências de renda que privilegiam as famílias mais pobres possuem os maiores efeitos multiplicadores e comentam que, dentre estas, o PBF tem o melhor efeito multiplicador: estimam que cada R\$ 1,00 adicionado gasto no PBF estimularia um crescimento de R\$ 1,78 no PIB. Ou seja, o Programa Bolsa Família assume papel importante na dinâmica macroeconômica brasileira, em especial dos pequenos municípios, cuja economia é bastante dependente de transferências governamentais.

Considera-se oportuno deixar registrado os comentários de Rego e Pinzani (2013, p.116), sobre a situação de mudanças que esses estudiosos encontraram numa região de extrema pobreza, ao buscarem conhecer “as vozes do

Bolsa Família”, livro que traz a fala das mulheres integrantes das famílias beneficiadas pelo PBF, possuidoras de baixa escolaridade, que casaram-se cedo e tiveram muitos filhos:

Ao chegarmos, Luísa mostrou-nos, rindo, o nenê que tinha nos braços [...] Sua melhoria de vida era visível: a casa estava pintada, na sala havia três sofás com capas e, claro, a soberana presença da televisão. Podíamos sentar-nos com certo conforto, muito diferentemente da primeira vez que a entrevistamos, quando quase não conseguíamos nos acomodar, deixando-a muito constrangida [...] As crianças vestiam tênis e bermudas [...] Dona Luisa [...] falava com alegria da melhoria que a bolsa trouxera a sua vida: ela e sua família comiam melhor e de fato a vida melhorara bastante (REGO; PINZANI, 2013, p.116)

Tratam-se de mulheres que não conseguem empregos com facilidade e quando conseguem são em atividades considerados humilhantes, como as cavadoras de maçunim, considerado trabalho para “pessoas desesperadas” (REGO e PINZANI, 2013, p. 98). Os maridos das entrevistadas não têm muitas oportunidades de emprego. Quando conseguem trabalhar na roça por um ou dois dias na semana é para ganharem cerca de R\$ 10,00 por oito horas de trabalho duro. Levando em consideração essa realidade apresentada, fica fácil de entender a importância que a renda do PBF tem para essas mulheres.

## **2.2.2 Efeitos Microeconômicos**

A microeconomia busca estudar o comportamento dos consumidores, empresas, trabalhadores etc.. Dessa forma, elencamos a seguir o registro de achado de autores que estudaram o impacto do PBF no consumo, oferta de trabalho e educação.

### **2.2.2.1 Consumo**

No estudo dos impactos do PBF no consumo, ou no gasto das famílias beneficiadas pelo programa, verifica-se uma tendência em comparar o programa aos

estímulos econômicos do tipo keynesiano, baseados na intervenção do Estado nas atividades econômicas, de modo a integrar o mesmo com a sociedade, de maneira tal que aconteça o fortalecimento da economia por meio da distribuição e do consumo de bens.

A proposta do PBF nesse sentido vai além de meras ferramentas compensatórias. Visa reduzir as vulnerabilidades sociais por meio da intervenção do Estado na criação de condições para o desenvolvimento de uma sociedade com maior autonomia, capaz de atuar por meio de variáveis identificadas como necessárias ao desenvolvimento humano e econômico. Como preconizado por Keynes, o incremento da riqueza nacional deve acontecer com gastos realizados com o bem-estar social, seriam então investimentos na forma de capital humano, o que se manifestaria eventualmente através do incremento da riqueza nacional. Tal processo ocorre devido a certos elementos de grande importância apresentados por Keynes, dentre os quais, a demanda agregada e o efeito multiplicador.

De acordo com o que preceitua a teoria de Keynes, mediante os repasses do PBF acontece o incremento nas rendas das famílias, ou demanda agregada, através da distribuição de renda, de forma tal que aquece a economia, criando com isso um círculo virtuoso capaz de beneficiar as economias locais, gerando ainda mais renda, emprego e, por consequência, aumentando a arrecadação dos governos, na forma de tributos (SILVA JUNIOR, 2013).

Vaitsman e Sousa (2007) são autores que identificaram os impactos no consumo com base nos ensinamentos de Keynes, onde entende que gastos públicos, assim como os privados, possuem um efeito multiplicador sobre a renda adicional. Diz-se que há um efeito multiplicador porque todo incremento de renda gera uma elevação do consumo que, por sua vez, aumenta a renda novamente, tornando o aumento final superior ao inicial provocado pela elevação dos gastos governamentais e criando um processo cíclico de aumento de renda e consumo.

Estudos do MDS se preocupam em conhecer como acontece o consumo das famílias beneficiadas. Dados disponibilizados por esse órgão público atestam que, devido ao fato de mais de 90% do recurso do PBF serem pagos às

mulheres, estas gastam o dinheiro na compra de bens de primeira necessidade a exemplo de alimentos, remédio e vestuário. Para os que criticam o programa alegando que os valores repassados servem para manter o que eles chamam de “vagabundagem”, ou seja, ociosidade intencional, esse resultado põe por terra essa ideia.

Estudos realizados por Marques (2013) identificaram que as famílias de baixa renda costumam apresentar elevada propensão marginal ao consumo. Assim, tal qual os resultados do MDS, as transferências de renda recebidas pelos beneficiários do PBF estão sendo gastas com bens de consumo, em especial bens não duráveis, como alimentação ou vestuário. O dispêndio desse recurso acaba, assim, fomentando a economia local, tendo efeito multiplicador significativo, principalmente em municípios de baixa renda.

Santos e Pires (2014) concluíram que a renda do PBF representa para as mães das famílias beneficiadas, importante meio de independência do marido. Também relataram que as mudanças geradas pelo Programa não são apenas individuais, mas também coletivas, na medida em que se estendem para a família. O dinheiro do benefício é largamente usado para a alimentação, que é desfrutada por todos, assim como para a compra de material escolar, calçados e roupas para as crianças. Desta maneira, o PBF tem produzido grande mudança na vida das pessoas beneficiárias, sendo que a maior delas se dá no âmbito alimentar, mediante a diversificação do próprio consumo.

Os estudos realizados da Secretaria de Assuntos Estratégicos (2013), provaram que os valores repassados pelo Bolsa Família movimentam o comércio, impulsionam o consumo de alimentos, roupas e materiais de higiene. Aliado à ampliação da renda, da valorização do salário mínimo e da democratização do crédito, tem-se como resultado uma combinação de boa política macroeconômica com uma política microeconômica.

Em nível microeconômico, Oliveira e Sousa (2009) estimaram o impacto do PBF sobre o consumo total dos beneficiários, bem como sua composição. Os resultados são apresentados na tabela 5, abaixo:

**Tabela 05 – Impacto do PFB Sobre o Consumo**

VARIÁVEL	Pobres	Extremamente Pobres
Consumo total	-	R\$ 458,65
Despesa com alimentos	R\$ 278,12	R\$ 388,22
Despesa com educação	R\$ 31,80	-
Despesa com vestuário infantil	R\$ 16,12	R\$ 31,94

(-) Dado não significativo  
Fonte: Oliveira e Sousa (2009).

A tabela 5 também mostra a diferença anual de gasto entre famílias beneficiárias do PBF e famílias de baixa renda não beneficiárias de programas de transferência de renda. Como os valores são positivos, pode-se observar, como encontrado nos estudos já comentados, que as famílias pobres gastaram mais com alimentos, educação e vestuário infantil em comparação ao grupo de controle. Já famílias em situação de extrema pobreza beneficiárias do PBF gastaram mais em termos de consumo total, despesas com alimentos e vestuário infantil.

Para Oliveira e Sousa (2009), este resultado é interessante, na medida em que o recurso recebido a título de transferência de renda poderia não acarretar um aumento imediato no consumo, isto porque seus beneficiários poderiam utilizar o dinheiro para quitar dívidas ou empreender. Daí a importância da concentração do benefício nas mulheres, cujo consentimento de maternidade e responsabilidade com o lar, favorece sua utilização voltada para os interesses de seus filhos.

Outro estudo que teve resultado semelhante aos demais já apresentados, que analisam o consumo das famílias em situação de extrema pobreza beneficiárias do PBF, foi o de Duarte et al (2009) que utiliza uma amostra da população rural do Nordeste. Dados deste estudo demonstraram que essas famílias consomem mais alimentos que os que não recebem o benefício, destinando uma proporção maior de recursos para esse fim. Na média, as famílias beneficiárias

do Bolsa Família gastam R\$ 246,00 a mais que as não beneficiárias, sendo que 88% desse valor é utilizado para consumo de alimentos.

Baptistella (2011), ao realizar um estudo para avaliação do impacto do PBF no consumo de alimentos das famílias, buscou estabelecer uma relação entre ser beneficiário do programa e ter segurança alimentar, elegendo para tanto, um grupo de controle e outro de tratamento. Mediante análise dos dados encontrados, constatou que existe diferença positiva e significativa entre os grupos estudados. Quando se trata de valor médio das despesas anuais com alimentação para as famílias beneficiárias, este é R\$ 146,74 superior à média dos gastos das famílias que não beneficiárias do programa, revelando assim um impacto positivo do PBF no que se refere ao consumo de alimento por parte das famílias pobres.

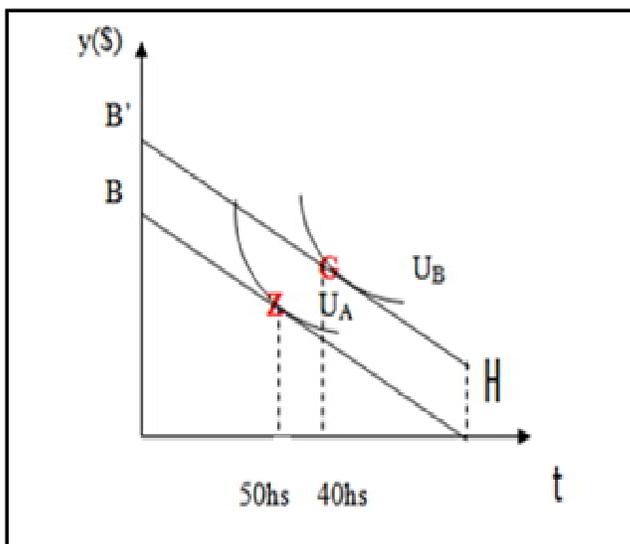
O estudo de Baptistella (2011, p.13) mostrou ainda que as famílias beneficiárias gastam em média, anualmente, R\$ 43,26 a mais com o consumo de grãos e cereais que as famílias não beneficiadas. Já a despesa com a aquisição de aves e ovos aparece em seguida, sendo R\$ 42,46 superior entre os beneficiários. Quanto aos gastos com carnes, panificados, legumes, óleos e bebidas não alcoólicas, a diferença é de R\$ 35,29, R\$ 23,18, R\$ 13,76, R\$ 11,10 e R\$ 9,37 respectivamente. Portanto, pode-se concluir que as famílias atendidas pelo programa apresentaram gastos mais elevados e significativos com o consumo de vários tipos de alimentos, principalmente com aqueles que compõem a cesta básica brasileira.

#### 2.2.2.2 Oferta de Trabalho

Este tópico é de suma importância, visto que os modelos convencionais preveem que uma transferência de renda pode desestimular a oferta de trabalho dos beneficiários e esta tem sido uma das principais críticas a programas do gênero. Façamos, então, uma breve digressão para compreender a natureza do argumento.

Supõe-se que os indivíduos decidem a quantidade de horas semanais que vão disponibilizar para o trabalho em função do rendimento que são capazes de obter e também de suas preferências. Há aqueles que não estão dispostos a abrir mão de seu lazer diante dos salários pagos pelo mercado, permanecendo fora da força de trabalho (inativos). Quanto mais horas o indivíduo se dispõe a trabalhar, maior é sua remuneração, sobrando menos tempo para o desfrute do lazer. Assim, cada indivíduo escolhe a quantidade de horas que otimiza sua situação.

O gráfico 4, a seguir ilustra esta situação teórica: um indivíduo qualquer decide alocar seu tempo disponível para atividades de trabalho ou de lazer. Se a totalidade das horas é destinada ao lazer, o indivíduo não recebe renda alguma, ficando sobre a abscissa do gráfico. Por outro lado, na medida em que este destina maior número de horas ao trabalho seu rendimento vai aumentando até atingir o valor máximo de B.



**Gráfico 4 – Efeito Teórico de Programa de Transferência de Renda Sobre a Oferta de Trabalho dos Beneficiários**

Fonte: Elaboração própria(2015)

Sua preferência pelo trabalho está representada pelo mapa de curvas de indiferença  $U_A$  e  $U_B$ . A situação que otimiza a satisfação do cidadão, dado o rendimento pago pelo mercado e suas preferências é representada pelo ponto Z, onde este destina 50 horas semanais ao trabalho e as demais ao lazer, atingindo com isso um nível de satisfação equivalente a  $U_A$ .

À medida que o indivíduo se torna beneficiário de um programa de transferência de renda, ele passa a receber o montante equivalente a  $H$ , independentemente de estar ou não trabalhando. Isto equivale a um efeito-renda que desloca sua restrição orçamentária para a direita. Nesta nova situação, se a totalidade das horas é destinada ao lazer, o indivíduo recebe  $H$ . Por outro lado, na medida em que este destina maior número de horas ao trabalho seu rendimento vai aumentando até atingir o valor máximo de  $B'$ .

Agora, a situação que otimiza a satisfação do cidadão, dado o rendimento pago pelo mercado e suas preferências é representada pelo ponto  $G$ , onde este destina 40 horas semanais ao trabalho e as demais ao lazer, atingindo com isso um nível de satisfação equivalente a  $UB$ . O indivíduo, ao sentir-se mais “rico”, passa a trabalhar menos horas semanais e, dependendo do tamanho da transferência (valores altos de  $H$ ), pode até decidir sair do mercado de trabalho.

Assim, faz-se mister verificar os impactos do PBF sobre a oferta de trabalho de seus beneficiários. Tal impacto também foi estimado por Oliveira e Sousa (2009) e os resultados apontaram para uma participação maior no mercado de trabalho de 2,6 p.p. para as famílias pobres e 3,1 p.p. para as famílias em situação de extrema pobreza. Segundo Soares et al (2010), a taxa de participação das mulheres cresceu ainda mais do que a dos homens (4,3 p.p.). Ou seja, os cônjuges das famílias beneficiárias têm trabalhado mais.

De acordo com as observações de Soares et al (2010, p.185) este resultado não é exclusivo do PBF já que “impactos reportados de CCT's sobre a participação na força de trabalho variam entre países, mas em geral não mostram um impacto negativo”. Consequentemente, o desincentivo ao trabalho dos beneficiários decorrente do efeito-renda ilustrado no gráfico 4, não se verifica. Uma possível explicação para o fato, aventada por Oliveira e Soares (2012) e Soares et al (2010), é a de que se deve raciocinar em termos de trabalho familiar e não de trabalho individual, como no modelo.

Oliveira et al (2007) são autores que também trabalharam a hipótese de que o principal efeito do Bolsa Família sobre a oferta de trabalho de adultos está

relacionado com a renda. Em assim sendo, o aumento na renda gerado pela adesão ao PBF aumentaria a demanda por todos os bens normais, incluindo consumo e lazer, e reduziria a necessidade econômica do trabalho, levando a uma diminuição da jornada de trabalho.

Barbosa e Corseuil (2014) ao realizarem estudo voltado para identificar em que medida o PBF tem induzido os indivíduos beneficiados a ocuparem postos de trabalho informais e verificarem qual o impacto do PBF sobre as horas trabalhadas no setor informal, ao contrário do que sugere a literatura empírica existente, e da mesma forma que os resultados encontrados por Oliveira e Soares (2012) concluíram que o programa não tem nenhum impacto sobre a escolha ocupacional dos beneficiários entre os postos formais e informais.

Acrescenta-se, porém que tanto os estudos de Barbosa e Corseuil (2012) e (2014), Teixeira (2009) e como de Oliveira e Soares (2012) são estudos que não levam em consideração a possibilidade de o beneficiário do PBF migrar do mercado formal de trabalho para o informal, como sendo um artifício para manter a renda proporcionada pelo programa e ainda somar à remuneração obtida no mercado de trabalho. Esta possibilidade, contudo, além de estimular a corrida para informalidade, o que contraria as normas do PBF, representaria um círculo vicioso bastante indesejável aos objetivos do governo.

Barbosa e Corseuil (2012; 2014,p.13), utilizando a técnica de regressão com descontinuidade difusa (regressão fuzzy), com dados da PNAD 2006 e da POF – pesquisa de orçamento familiar 2008/9 (IBGE), estimaram os efeitos do PBF sobre a escolha ocupacional, tomando como pressuposto a idade do filho mais novo como instrumento para marcar a descontinuidade da participação dos beneficiários do Programa. Todavia, seus resultados não foram capazes de identificar qualquer efeito do bolsa família na propensão dos chefes de família em ocuparem postos informais de trabalho de forma cumulativa. No entanto, existe a possibilidade de que tal efeito de fato ocorra, mas não tenha sido captado no referido estudo em razão da inadequação do instrumento utilizado, qual seja, a idade do filho mais novo.

Teixeira (2009) procurou identificar se o PBF tem algum impacto na quantidade de horas de trabalho que as mulheres alocam ao trabalho doméstico se elas passam a dedicar mais tempo ao lazer. O estudo também não foi capaz de afirmar que as horas de trabalho das mulheres sejam totalmente substituídas por horas de lazer, como pode ser o caso observado com os homens, uma vez que estes contribuem relativamente pouco para os trabalhos domésticos.

Outra observação do estudo de Teixeira (2008) diz respeito ao seguinte fato: a depender da renda familiar, é provável que as mulheres tenham que trabalhar mais, mesmo com a renda do PBF, isto porque elas terão, muitas vezes, que substituir a renda gerada pelo trabalho dos filhos, que por imposição do programa passaram a frequentar a escola. É bem verdade que mesmo com os valores transferidos pelo PBF, a renda da família não vai ser suficiente para suprir a perda do rendimento do trabalho infantil, exigindo maior número de horas de trabalho de outro membro do domicílio, no caso o pai.

Essa situação só não vai acontecer nos casos de extrema pobreza, onde a renda do PBF é maior que a renda anterior a adesão ao programa, desde quando “[...] aparentemente, as mulheres habitantes nos domicílios de menor renda per capita beneficiados pelo PBF trocam as horas de trabalho remunerado por horas de lazer”, o que não vai acontecer com as empregadas domésticas, as quais sacrificam horas antes destinadas aos afazeres pessoais para elevar suas horas de trabalho. (TEIXEIRA 2008, p.37)

Ainda considerando as observações de Teixeira (2009), o trabalho formal é o menos elástico ao contrário do emprego autônomo que tem a maior elasticidade, isto significa que trabalhadores no setor formal jamais vão abrir mão da segurança e do valor dos direitos e dos benefícios que possuem enquanto trabalhadores formais. Por outro lado, atividades de trabalho autônomo e informal não oferecem qualquer destes benefícios, o que leva a uma maior flexibilidade em termos de tempo gasto no trabalho. Pontos fracos do mercado de trabalho, tais como a informalidade, exacerbam os efeitos adversos marginais da redução na oferta de trabalho dos adultos.

Sobre esse assunto, Oliveira e Soares, (2012) comentam que as transferências de rendas possuem impactos pequenos sobre o mercado de trabalho e que alguns desses impactos, como a redução da jornada de trabalho das mães é positivo. Quanto ao “efeito preguiça” os autores afirmam que não há embasamento empírico que sustenta a hipótese da diminuição da oferta de trabalho por conta dos programas de transferências de renda.

Medeiros et al (2007), em seus estudos sobre o tema, observaram que o Bolsa Família contribui positivamente para a oferta de trabalho. No caso dos adultos em domicílios beneficiários a taxa de participação é 3% maior do que adultos em domicílios não beneficiários. Esse impacto é 4% mais alto para as mulheres, que para os homens (3%). O programa também reduz em 6% a possibilidade de uma mulher empregada sair do seu emprego.

No estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2008), a partir de uma amostra dos beneficiários, traçou-se o perfil das famílias atendidas pelo Bolsa Família, destacando que o recebimento do benefício não faz com que as pessoas abandonem ou deixem de procurar trabalho, a menos que sejam ocupações extremamente precárias. Os indícios apresentados até o momento demonstram que os beneficiários têm diferentes respostas comportamentais quanto a possibilidade de elevação de rendimento, comparativamente às transferências do PBF, estudos comprovaram ser marginal a alteração nas horas de trabalho ofertadas pelas famílias. Futuras melhorias no PBF devem ter em conta este efeito e as estratégias devem ser concebidas para resolvê-lo. Da mesma forma, iniciativas paralelas centradas na formação e capacitação informal e nos trabalhadores autônomos são desejáveis a fim de minimizar os efeitos adversos sobre o programa no tocante às horas ofertadas por trabalho remunerado.

### 2.2.2.3 Educação

Como já foi visto até o momento, os trabalhos empíricos que discutem o PBF tratam do impacto desse programa sobre uma vasta gama de temáticas

sociais, como o gasto familiar ou consumo, o mercado de trabalho, a saúde, o trabalho infantil, a segurança alimentar, a desigualdade de renda e a educação dos beneficiados.

No geral, com base nos artigos pesquisados e relacionados à educação, verifica-se que o impacto do PBF neste setor tem sido bastante positivo.

Glewwe e Kassouf (2008) ao buscarem identificar a existência de melhora no rendimento escolar de crianças, por meio do estudo das mudanças em variáveis como taxa de matrícula, abandono e aprovação entre alunos de escolas públicas do ensino fundamental que recebem o benefício do programa, por meio da metodologia de Dados em Painéis, obtiveram como resultado, que os efeitos positivos do PBF são mais sentidos nas escolas de 1ª a 4ª série,<sup>3</sup> no qual aumentou as matrículas em 5,5%, elevou as taxas de aprovação em 0,9 pontos percentuais, e diminuiu as taxas de abandono em 0,5 pontos percentuais, enquanto nas escolas de 5ª a 8ª série esses números foram de, respectivamente, 6,5 p.p, 0,3 p.p e 0,4 p.p.

Duarte e Melo (2008) avaliando o impacto do PBF sobre a frequência escolar de crianças e jovens de cinco a 14 anos filhos de agricultores familiares no Nordeste, mais especificamente nos estados de Pernambuco, Ceará, Sergipe e Paraíba, chegaram à conclusão de que o programa aumenta a frequência escolar em 5,6 pontos percentuais. Ao verificarem a existência de impactos diferenciados quando considerado o sexo, foi constatado que as meninas são mais beneficiadas pelo programa que os meninos. Entretanto, na análise comparativa, não foram encontrados efeitos positivos do benefício para a educação, sendo esse um reflexo dos custos de oportunidades associados ao diferencial por gênero no investimento de capital humano no meio rural.

Da mesma forma que os autores anteriores, Cacciamali et al (2008, p.269) também estudaram o impacto do PBF sobre a frequência escolar e sobre o trabalho infantil das crianças de famílias pobres, concluindo que, de forma

---

<sup>3</sup> A nomenclatura utilizada por Glewwe e Kassouf (2008) é 1ª a 4ª série e 5ª a 8ª série, contudo ressaltamos que, na atualidade, corresponde respectivamente a 1º a 4º anos e 5º a 8º anos, acrescentando-se, ainda, o 9º ano.

semelhante aos estudos anteriores, o PBF favorece o aumento da frequência escolar. Sobre o trabalho infantil, o estudo mostrou a existência de “[... ] efeitos perversos no tocante à incidência do trabalho infantil, na medida em que eleva a probabilidade de sua ocorrência”. De acordo com os autores, o problema é que as famílias do meio rural, não tem as mesmas condições quando comparadas com as da área urbana, daí necessitarem de ações específicas em seu favor.

Segundo a interpretação dos resultados obtidos pela análise da pesquisa de linha de base da Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família - AIBF (2007), as crianças beneficiadas pelo PBF mostraram uma menor evasão no sistema de ensino em comparação a crianças elegíveis não beneficiadas, sendo as crianças do sexo masculino da região norte/centro-oeste o único grupo que mostrou evasão maior em relação ao grupo de beneficiários de outros programas.

Verifica-se ainda, considerando os resultados AIBF (2007), que os beneficiários do PBF apresentaram indicadores de progressão e repetência mais elevados, que podem estar relacionados à menor evasão escolar, impactando no aumento da reprovação num primeiro momento. Quanto à relação entre trabalho e estudo, quando comparado à proporção de meninos e meninas que trabalham frente àqueles que só estudam, ou até mesmo àqueles que nem trabalham e estudam, constata-se que crianças beneficiadas pelo PBF trabalham menos, mas ainda sofrem na conciliação entre trabalho e estudo.

Rocha (2008) salienta o importante papel das condicionalidades como forma de combate à pobreza, como é o caso da educação, uma vez que impacta diretamente no trabalho infantil, mas esses resultados variam com relação ao local a ser analisado.

Silva et al (2009) realizaram um estudo interessante, voltado para a avaliação das condicionalidades do PBF, nele destacando o perfil educacional das famílias residentes no Nordeste. Alicerçado em uma entrevista semiestruturada, ficou evidenciado a predominância de baixa escolaridade das crianças assistidas pelo programa, uma vez que 61,9% não haviam concluído ainda o ensino fundamental, e 12,4% eram analfabetos. Somente 0,2% já tinham concluído o

ensino superior. Considerando ainda os resultados encontrados mediante a análise das entrevistas esses autores observaram que, apesar da maioria dos beneficiários (79%) valorizarem a educação como necessária para um futuro mais digno, o principal motivo de abandono da escola pelos beneficiados esteve associado à necessidade de trabalhar (33,7%), seguido pela falta de vontade para continuar (17,6%) e a gravidez precoce (13,1%). Verifica-se, diante dos resultados obtidos, a necessidade de mais investimentos na área da educação como forma de reforçar o dever do Estado de combater à persistência da pobreza.

Levantamentos feitos pelo MDS e divulgados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (2013) indicam a importância da frequência escolar das crianças para a redução da desigualdade educacional do país. Números desse levantamento revelaram que a taxa de aprovação das crianças do Bolsa Família apresentou bons resultados, e atualmente equivale à média nacional. No ensino médio a taxa de aprovação ultrapassou a média nacional. No Nordeste, esse indicador superou a média da região.

Tais resultados são significativos e demonstram o impacto que o Programa Bolsa Família tem apresentado no sentido de contribuir para que o governo alcance um dos seus maiores objetivos, que é o de colocar e manter as crianças na escola. Outro dado obtido pela MDS diz respeito a taxa de permanência das crianças beneficiadas pelo programa ser a mais elevada quando comparada com os períodos escolares.

Para fins de controles do PBF, a frequência escolar tem que ser coletada mensalmente e enviada bimestralmente à SENARC para que sejam tomadas as providências. São 32 mil servidores da rede de educação e 170 mil escolas, toda a rede de assistência social e um eficiente sistema desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, com registros e alertas para garantir a permanência e o monitoramento de mais de 15 milhões de alunos. (SOARES e SÁTYRO, 2009b).

Pode-se, portanto, afirmar que o PBF se configura como uma política social complementar às políticas educacionais que promovem intervenções no lado

da oferta de serviços escolares, focados diretamente na melhoria do acesso e da qualidade das escolas públicas e no aumento da cobertura educacional no país. O impacto do PBF na educação, no que diz respeito à cobrança das contrapartidas acontece com moderação. Se uma criança deixa de frequentar a escola, são enviados sete avisos consecutivos à família antes dela ser desligada do programa, no caso de ignorá-los ou não recebê-los. O tempo entre o primeiro e o último aviso também permite ao gestor local do programa, ou o gestor federal alcançar a família e atuar para que ela possa cumprir a sua parte.

No que diz respeito às condicionalidades relacionadas aos serviços de saúde, estas não são tão cobradas como as educacionais. A presença da criança na sala de aula garante à mãe receber o benefício em contrapartida à criança estar estudando. Dados do MDS informam que já foram desligadas em torno de 99 mil famílias por falha em atender as contrapartidas. Trata-se de menos que 1% das 11 milhões de famílias beneficiárias e 4% das aproximadamente 2,4 milhões de famílias desligadas por todas as razões. (IPEA, 2009; TAVARES, 2010).

Atualmente as contrapartidas estão sendo mais bem acompanhadas que no início da instituição do programa. No período inicial, não havia qualquer acompanhamento eficaz. Recentemente foi criada uma base de condicionalidades para acompanhamento das famílias beneficiárias, tanto é que hoje 85% das famílias têm suas contrapartidas educacionais acompanhadas, sendo o número equivalente para saúde de 59%.

Esta melhoria do acompanhamento fez com que dois terços das famílias desligadas por não cumprirem as contrapartidas perdessem o benefício em 2008, contra apenas um terço nos cinco anos anteriores.

É a partir da discussão sobre os impactos do PBF que se pode consolidar uma maior noção da importância dos programas de distribuição de renda que inseridos no contexto das políticas sociais, venham permitir a melhoria das condições de pobreza e conseqüentemente as desigualdades que ainda predominam no País.

A seguir, encerrando os comentários sobre o impacto do PBF algumas considerações sobre o impacto desse programa na saúde e na nutrição.

#### 2.2.2.4 Saúde e Nutrição

Oportuno iniciar este tópico enfatizando que no tocante a saúde, o foco do PBF consiste em acompanhar o calendário de vacinação de crianças menores de sete anos, assim como estimular as mulheres entre 14 a 44 anos a fazer o pré-natal. Entende-se, portanto, que essas contrapartidas são válidas para que aconteça um aumento do capital humano e para que as famílias tenham mais segurança alimentar (SOARES e SATYRO, 2009).

Importante também comentar que os dados sobre o impacto do PBF na saúde e na nutrição não foram estudados com maior profundidade até o momento, e tudo que se comenta é que as condições para participação no programa têm dentre outros interesses aumentar a conscientização das famílias sobre a importância da vacinação e da necessidade de acompanhamento do pré-natal nos postos de saúde, local onde são repassadas informações dentre outras, sobre a importância da vacinação e da nutrição infantil adequada para combater a desnutrição.

Como mesmo comentam Soares et al (2010) a única pesquisa disponível sobre o impacto do PBF na saúde e na nutrição foi realizada pelo MDS em 2007, na região do semi-árido do Brasil, que obteve que existiu uma redução na desnutrição crônica entre as crianças na faixa dos seis aos 11 meses de vida, e da desnutrição aguda entre as crianças de até 5 meses, embora tenha obtido que não houve impacto algum na desnutrição das crianças na faixa acima dos 12 aos 36 meses. Foi atribuído a essa falta de impacto à possibilidade de problemas de orientação durante as visitas das mães as unidades de saúde.

Dados encontrados referentes à falta de impacto do PBF na vacinação, atentam para a presença de falhas recorrentes a negligência por parte dos familiares, que não priorizam a vacinação e obstáculos relacionados à oferta de

serviços de saúde, ou seja, vários são os fatores que até o momento inviabilizaram que o programa surtisse o efeito almejado ao ser idealizado.

Como consta em material disponibilizado em Brasil (2007) onde foi realizada análise de impacto considerando os resultados obtidos mediante a comparação de um indivíduo igual que não recebe a renda do PBF com outro beneficiado pelo programa, e considerando também que é impossível achar um “clone verdadeiro” para cada beneficiário, onde foi utilizado o método estatístico mais apropriado, o da aleatorização dos potenciais beneficiários, depois de dividir os grupos participantes da análise em de tratamento e controle obteve:

No quesito imunização das crianças de 0 a 6 anos residentes em domicílios que recebem o benefício, fazendo uso dos indicadores posse do cartão da criança; a proporção de crianças de 0 a 6 anos de idade com vacinação em dia; a proporção de crianças de 0 a 6 anos de idade com mais de 70% das vacinas em dia; a proporção de crianças no domicílio com todas as vacinas obrigatórias até os seis meses de idade em dia; e (e) a proporção de crianças de 0 a 6 anos de idade no domicílio com mais de 70% das vacinas obrigatórias até os seis meses em dia, obteve que no geral, os beneficiários do PBF não apresentam situação de cobertura vacinal melhor quando comparado com os indivíduos que não participam do programa.

Interessante registrar que esse estudo (Brasil, 2007) que a comparação com beneficiários de outros programas sociais mostra um diferencial negativo e significativo desfavorável aos beneficiários do Programa Bolsa Família para todos os indicadores de vacinação, exceto para a posse do cartão da criança.

Tavares (2010) também comenta sobre a falta de impacto do PBF no status nutricional das crianças de seis a 60 meses incluídas no PBF. Também comenta que não foi observado até o momento impacto significativo sobre a vacinação e a realização de exames de pré-natal entre os beneficiários do programa.

Porém, para Camelo et al (2009) que realizaram uma análise dos impactos do Bolsa Família sobre as condições de saúde das crianças avaliando sua influência sobre a segurança alimentar dos domicílios, o estado nutricional das crianças e a mortalidade infantil, obteve que no que se refere aos efeitos do PBF sobre crianças com problemas de sobrepeso, independente da medida adotada, essas vão estar com níveis mais adequados de peso por idade ou altura.

Essa melhora nos níveis de peso vai ser mais significativa quando se considerar a melhora da condição de segurança alimentar de domicílios mais próximos da linha de pobreza, que são as que se encontra em situação de insegurança menos grave. Além deste impacto positivo, Camelo et al (2009) obtiveram também que o PBF deve promover melhorias no estado nutricional das crianças no curto prazo, já que as medidas antropométricas relacionadas ao peso refletem com mais acuracidade um quadro de desnutrição aguda, resultado da ingestão inadequada de calorias e/ou de problemas de saúde recentes.

Para Camelo et al (2009) o Bolsa Família demonstrou não ter impacto sobre as crianças com estado nutricional, algo que já era esperado, pois as crianças da amostra com baixos índices nutricionais não parecem estar tão longe dos padrões adequados. Já para as crianças com sobrepeso, o Programa parece estar contribuindo para elevar as chances de estas saírem desta situação para um peso adequado por idade e altura, considerando que os recursos transferidos possibilitam uma melhor diversificação da cesta alimentar da família.

Outra explicação para os resultados positivos encontrados por Camelo et al (2009) está na combinação da condicionalidade de acompanhamento das crianças pelos serviços de assistência social e saúde com ações específicas destes serviços, como a provisão de suplementos alimentares e informações relacionadas à saúde, como a importância da amamentação e da alimentação adequada às crianças, práticas de higiene, prevenção de obesidade e de doenças.

Conclui-se, por essas evidências e todas as demais discutidas neste estudo, no que se refere à discussão relacionada aos impactos do PBF, tem se uma maior noção da importância dos programas de distribuição de renda para as

políticas sociais e para a melhoria econômica e das desigualdades que predominam no país.

## **CAPÍTULO 3 – MATERIAIS E MÉTODOS**

Tem-se nos materiais e métodos o momento relacionado à exposição dos procedimentos adotados para a realização da dissertação. Trata-se do caminho definido para o desenvolvimento do estudo. Tem a ver com a realização de uma pesquisa científica por meio de investigação organizada, com o uso de controle rigoroso das observações e a utilização de conhecimentos teóricos.

Gil (2009) define a pesquisa como sendo o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social e complementa afirmando que seu objetivo é descobrir respostas para problemas, mediante o emprego de procedimentos científicos.

### **3.1 Problemática do Estudo**

Considerando Gil (2009) definir a problemática da pesquisa consiste em explicitar, em uma única frase objetiva, de forma compreensível e operacional, uma dúvida que necessita de resposta, ou uma dificuldade que se pretende resolver. O objetivo da formulação do problema é torná-lo individualizado, específico e inconfundível. Sendo assim a problemática deste consiste em investigar o impacto de transferência de renda direta do Programa Bolsa Família no PIB dos municípios sergipanos.

### **3.2 População ou Amostra**

A amostra tem a ver com as informações relacionadas ao universo que vai ser estudado. Dessa forma, o universo desse estudo consiste nos 75 municípios do estado de Sergipe.

### **3.3 Caracterização da Pesquisa**

A presente dissertação se caracteriza como sendo uma pesquisa que adota a metodologia analítico descritiva. É descritiva, porque propõe descrever o programa, sua estrutura e condicionalidades, e analítica, pois busca analisar os impactos do Programa Bolsa Família em cada município sergipano, permitindo assim uma melhor compreensão acerca do tema abordado. Gil (2008, p.28) conceitua a pesquisa descritiva:

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

A seguir algumas considerações sobre os procedimentos adotados no desenvolvimento deste trabalho.

### **3.4 Procedimentos Adotados no Desenvolvimento do Estudo**

Conforme Marconi e Lakatos (2007), o procedimento é a maneira pela qual são obtidos os dados necessários para a elaboração de determinada pesquisa. Esses, a depender dos procedimentos técnicos adotados, classificam-se em pesquisa de levantamento de campo e pesquisa de levantamento de fonte.

Nesta dissertação, portanto, acontece um estudo dividido em duas etapas, de acordo com os procedimentos para a coleta de informações disponíveis e a busca da coerência durante a análise da dissertação, quais sejam o levantamento bibliográfico e de dados secundários.

Inicialmente a realização do levantamento através de fontes bibliográficas, considerado de extrema relevância na tentativa de alcançar o referencial teórico que proporciona a análise detalhada do objeto rumo à

compreensão espaço temporal do mesmo. Neste estudo, foram pesquisados livros, dissertações e artigos que tratam do Programa Bolsa Família, bem como as informações disponibilizadas no site do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) com relação aos objetivos que o programa atingiu nessa última década para contextualizar o tema proposto.

Conforme exposto por Marconi e Lakatos (2007) a revisão ou levantamento de fonte bibliográfica constitui-se de todo o material escrito, filmado ou gravado que já se tornou público relacionado ao tema de estudo. Seu propósito maior é deixar o pesquisador a par de tudo o que foi difundido a respeito do assunto pesquisado, a fim de que o mesmo possa, através do estudo desse material, chegar a outra definição do que já foi estudado sobre o tema, dando nova abordagem à solução do problema. Trata-se de uma que parte de fontes secundárias.

Na sequência acontece o levantamento de dados secundários, constituído de visitas para coleta de dados com referência aos pagamentos de benefícios de aposentadoria e pensão por morte por município junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social em Aracaju. Pesquisa nos sítios: Portal da Transparência do Governo Federal, SEFAZ - Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe, Observatório de Sergipe, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, FINBRA – Finanças do Brasil com o objetivo de coletar as variáveis explicativas a serem utilizadas no modelo econométrico escolhido, explicado posteriormente, a fim de obter as respostas aos objetivos propostos deste trabalho.

Conforme esclarecimentos de Marconi e Lakatos (2007) o levantamento de campo possibilita ao pesquisador obter dados que representam a população analisada, ele difere do estudo de campo por ser mais amplo e menos profundo. Para tanto, esse tipo de pesquisa se utiliza principalmente de coleta de dados secundários originados de formulários, prontuários, sistemas de informação e outros. São estudos transversais cujos dados são coletados e posteriormente sintetizados estatisticamente.

### 3.5 Técnica de Análise dos Dados

Após análise teórica para diferentes opiniões quanto à eficiência do Programa Bolsa Família, resta buscar um modelo visando o teste empírico da hipótese de que o programa contribui para o crescimento do PIB dos municípios estudados.

Lakatos e Marconi (2007) expõem que técnicas de análise de dados têm a ver com a forma a ser adotada para a observação direta extensiva. Representa o tratamento estatístico, ou seja, como vão ser realizadas as tabulações para encontrar concentrações, frequências e tendências quantitativa ou qualitativa dos dados coletados.

Nessa dissertação a análise dos dados é quantitativa, acontece por meio da utilização da técnica de análise de dados em painel, a qual consiste na combinação de análise transversal com série de tempo. Dentre as vantagens desta técnica pode-se enumerar o aumento do número de graus de liberdade de  $(N - k) p / (NT - k)$ , maior robustez dos testes t e f, bem como maior eficiência dos estimadores.

Em que pese a vizinhança e o compartilhamento de várias características comuns como o porte pequeno economias sem produção, cada município da região analisada possui suas especificidades e algumas delas, como o capital social, por exemplo, podem ter alguma influência sobre o PIB, ou mesmo sobre a eficiência na operacionalização do Programa Bolsa Família, sem serem diretamente observadas. Assim, a técnica de efeitos fixos pressupõe que estas variáveis não observáveis estão correlacionadas com as variáveis explicativas do modelo.

A técnica de efeitos aleatórios, por outro lado, pressupõe exogeneidade estrita, isto é, ausência de correlação entre as variáveis explicativas e o erro idiossincrático, bem como ausência de correlação também com as variáveis não observadas.

Caso os resultados das estimativas de efeitos fixos e de efeitos aleatórios difiram, faz-se necessário julgar qual das técnicas é a mais adequada. Um instrumento disponível para tal julgamento é o teste de especificação de Hausman, que consiste em comparar as estimativas de efeitos fixos e de efeitos aleatórios, avaliando a hipótese da independência entre a variável não observada, que supõe-se variável no tempo, e as variáveis explicativas. Em havendo diferença significativa entre as estimativas, rejeita-se a hipótese de independência, que é um pressuposto da técnica de efeitos aleatórios (WOOLDRIDGE, 2002, p.288-291).

Na estimativa de efeitos fixos, para o caso de amostras pequenas, os erros tendem a ser negativamente correlacionados, o que torna imperativa a correção provida pela matriz robusta de variância.

Neste trabalho, o objetivo é verificar o impacto que o Programa Bolsa Família causa no PIB dos municípios sergipanos. Para isso, o cálculo do impacto será estimado através da seguinte função:

$$PIB = f (FPM, \text{Cota parte do ICMS}, VA_{\text{agropecuária}}, VA_{\text{indústria}}, VA_{\text{serviços}}, \text{Royalties}, \text{previdência}, VPBF, n. \text{ da população}).$$

O modelo foi construído com o objetivo de verificar qual variável explicativa tem maior impacto sobre o Produto Interno Bruto - PIB dos municípios de Sergipe. As variáveis explicativas escolhidas foram: valores repassados aos municípios com referencia ao Programa Bolsa Família - VPBF, receitas com royalties, quota parte do ICMS, valor adicionado – agropecuária, indústria, serviços, transferências recebidas referentes aos benefícios pagos pelo INSS (aposentadoria e pensão por morte), número da população e a variável independente(a ser explicada) - PIB de cada município.

As variáveis compostas na função citada foram escolhidas por estarem relacionadas ao PIB de cada região, como por exemplo, o fundo de participação dos municípios - FPM, a cota parte do ICMS, que é uma parte dele, ou seja,  $\frac{1}{4}$  do valor arrecadado são transferidos para todos municípios conforme o critério estabelecido

por cada estado e a outra parte  $\frac{3}{4}$  que corresponde à dinâmica econômica de cada município de acordo com seu valor adicionado fiscal. Os repasses dos royalties, que representam transferências da contraprestação do uso do subsolo, possibilitam o aumento das rendas dos municípios recebedores e assim a possibilidade de capacidade de influenciar o PIB local. Quanto aos benefícios pagos pela previdência social, é injetado um volume de recursos na economia de cada município, possibilitando assim, dinamizar as economias municipais. De acordo com Medeiros e Barrancos (2011), comprovou em seu artigo "o papel da previdência social na economia dos municípios Paraibanos", que os benefícios da previdência social cumprem um papel importante econômico e social e observou ainda que as atividades comerciais são aquecidas nos dias de pagamento dos benefícios previdenciários.

Nota-se a importância dos benefícios da previdência recebidos pela população, e por representar uma dinâmica importante para economia local.

### **3.6 Categorias de Análise**

Antes de realizar a análise dos dados e discutir os resultados propriamente ditos, é importante identificar quais são as variáveis que vão ser analisadas.

Tem-se nas categorias de análise definidas a seguir, uma forma para melhor compreender as respostas obtidas com a aplicação da técnica de painel. As informações coletadas são priorizadas considerando tanto as variáveis, os elementos de análise como a forma de cálculo e a fonte de informação, definidas no quadro 3 a seguir.

**Quadro 3 – Representação das Categorias de Análise**

<b>VARIÁVEIS</b>	<b>ELEMENTOS DE ANÁLISE</b>	<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	<b>FONTE DOS DADOS</b>
<b>FPM – Fundo de Participação dos Municípios</b>	Recursos recebidos da União	Receita líquida da arrecadação do IR e IPI	FINBRAS
<b>VPBF – Valores pagos do Programa Bolsa Família.</b>	Localidades que apresentam maiores recursos transferidos através do Programa Bolsa Família.	Pagamento referente ao PBF em cada município.	Ministério do Desenvolvimento - MDS
<b>Royalties</b>	Recursos recebidos através de transferências da União para os Municípios de caráter distributivo em razão da extração de recursos naturais.	Alíquota x Valor da Produção  Valor da produção = Volume x Preço Referência	Portal da Transparência
<b>Quota parte do ICMS</b>	Representa as transferências de acordo com a capacidade de arrecadação de cada município.	1/4 do valor arrecadado para todos os municípios e 3/4 do valor arrecadado de acordo com o valor adicionado fiscal de cada município.	Secretaria da Fazenda
<b>Valor Adicionado dos segmentos, agropecuária, indústria e serviços.</b>	Os valores adicionados representam a dinâmica econômica local.	Somatório das entradas menos saídas de mercadorias das empresas de cada município.	Observatório de Sergipe
<b>Transferências para o pagamento de benefícios previdenciários</b>	Valores transferidos aos municípios a título de benefícios de caráter continuado	Custo para cada município	Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.
<b>PIB</b>	O PIB dos municípios sergipanos é a variável independente a ser explicada pelas demais citadas acima.	Somatório de todos os bens e serviços produzidos no município.	Observatório de Sergipe

Fonte: Elaboração da Autora (2015)

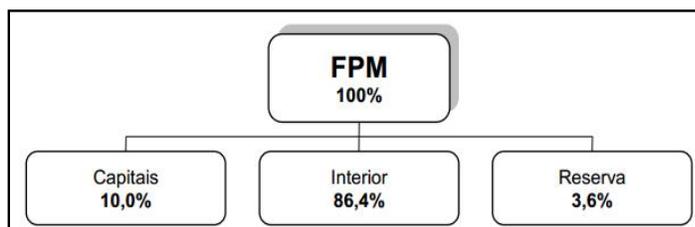
A seguir breves explicações relacionadas a cada variável que compõem a função econométrica citada anteriormente.

### a) FPM – Fundo de Participação dos Municípios

As transferências constitucionais são indispensáveis para o equilíbrio das contas das prefeituras e o Fundo de participação dos municípios é dessas transferências de renda, onde é repassada para os municípios uma parcela originada da arrecadação da União com referência ao imposto de renda e ao imposto sobre os produtos industrializados – IPI. Teve sua origem pela Emenda Constitucional n. 18 de 1965, feita à Constituição de 1946 e regulamentado pelo Código Tributário Nacional. De acordo com material disponibilizado pelo Tesouro Nacional (2013), o início de sua distribuição foi no ano de 1967.

Ainda considerando informações do Tesouro Nacional, o valor da transferência é calculado da receita líquida arrecadada com IR e IPI aplicando-se 22,5%. E ainda, para distribuição do FPM para todos os municípios brasileiros, são utilizados os coeficientes de participação divulgados anualmente pelo Tribunal de Contas da União - TCU, com base no censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme disposto no Decreto-Lei nº 1.881/81.

Conforme Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966) e no Decreto Lei n. 1.881/81 citado pelo Tesouro Nacional (2013), do valor total destinado ao FPM, 10% são distribuídos entre as Capitais e 86,4% entre os municípios do interior e 3,6% reservas, como pode ser visto na figura 1, a seguir.



**Figura 1- Classificação dos Municípios brasileiros para efeito do FPM**  
Fonte: CARTILHA TESOURO NACIONAL (2013, p.05)

Oportuno acrescentar que o critério de distribuição será a população de cada município, além disso, a distribuição entre as Capitais leva em conta ainda a renda per capita da referida capital.

### **b) Valores Pagos do Programa Bolsa Família - VPBF**

De acordo com o sitio do MDS, o governo federal utiliza o cadastro único das famílias realizados por cada município para o repasse direto às famílias cadastradas. O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de cada família, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. Com isso, o poder público pode formular e implementar políticas específicas, que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas.

Através dos dados apresentados no cadastro único faz-se uma estimativa de transferências e a partir daí são repassados diretamente para os beneficiários. A estimativa é registrada no orçamento do governo Federal, através do PPA, já citado anteriormente no capítulo 1.

A variável explicativa Bolsa Família (VBF) é importante por incrementar renda para a população carente impulsionando as despesas de consumo das famílias. Marcelo Neri explica que as transferências sociais representam uma fonte de rendimento das famílias que é utilizada na aquisição de bens e serviços, no pagamento de impostos e contribuições e retida sob a forma de poupança. Tais transferências entram assim no “fluxo circular da renda”, onde o impulso dado às despesas de consumo das famílias estimula a produção dos setores de atividades, que, por sua vez, incrementa o lucro das empresas e a remuneração do trabalho, retornando para as famílias e reiniciando o ciclo econômico.

A afirmação de Neri fundamenta-se na teoria Keynesiana, onde os fatores como o aumento do investimento produtivo, consumo das famílias, gastos

públicos e exportações é que geram crescimento da demanda e, conseqüentemente, aumento do PIB. Esses fatores ajudam a criar estímulos para o crescimento da demanda agregada.

Nesse sentido, os valores repassados para as famílias de baixa renda através do programa bolsa família é um estímulo para o aumento do consumo das famílias, justificando a utilização da variável no modelo econométrico. Para Keynes o consumo é uma função crescente da renda disponível, ou seja, quanto mais renda, maior o consumo. No que se refere ao efeito da renda das famílias no consumo local foi abordado anteriormente no capítulo 2 .

De acordo com a revista Valor Econômico, publicada em 15.10.2013, os recursos destinados ao Programa Bolsa Família não beneficiam apenas quem os recebe, mas toda a economia brasileira. O programa tem efeito multiplicador de R\$ 2,40 sobre o consumo final das famílias, por isso, setores como comércio e serviços são os mais contemplados.

### **c) *Royalties***

Os *royalties* significam remuneração pelo uso e ou exploração, são indenizações pagas ao proprietário e que se aplicam as atividades econômicas com relação à extração de recursos naturais.

A Constituição Federal Brasileira estabelece, no artigo 20 inciso IX, que as jazidas de petróleo são bens da União, mas que estados e municípios têm o direito de participar dos lucros da atividade, recebendo royalties e compensações. A Lei n. 9.478/1997, alterada pela Lei n. 12.734/2012, define como devem ser distribuídos a cada ente da federação (Estado e Municípios), os recursos de royalties recebidos pela União.

Nogueira e Santana (2008) comentam em seus estudos sobre a importância dos *royalties* para os municípios sergipanos, embora as transferências

da União sejam a fonte mais importante de recursos para os municípios, dentre esses, o FPM.

Por considerar *royalties* uma receita importante para pequenos municípios, foi incluída neste trabalho, como uma variável para explicar qual sua influência no PIB de cada localidade.

#### **d) Recursos de ICMS – cota parte dos municípios**

O ICMS é um imposto estadual sobre a circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. De tudo o que o estado arrecada com este imposto, ele distribui 25% para os municípios de acordo com os critérios estabelecidos na LC n. 63/1990:

(...)

I –  $\frac{3}{4}$ (três quartos), no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II – até  $\frac{1}{4}$ (um quarto), de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos territórios, lei federal.

No Estado de Sergipe, o critério de distribuição de até  $\frac{1}{4}$ , está previsto na Lei Estadual n. 2800/1990, ou seja, o valor é distribuído, em partes iguais para todos os municípios sergipanos.

O critério para distribuição de  $\frac{3}{4}$  é calculado com base nos índices publicados anualmente pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, através de Ato deliberativo do presidente daquela corte de contas. Os índices são publicados duas vezes ao ano. Até 30 de junho os índices provisórios serão calculados com base na média dos dois anos anteriores ao da apuração para que o gestor tenha o direito de impugnar os índices publicados conforme estabelecido na LC Federal n. 63/1990. E em 30 de dezembro serão publicados os índices definitivos de cada município.

Essa variável representa a dinâmica econômica do município, bem como a distribuição de uma parcela prevalecendo o princípio da igualdade e função distributiva do Estado.

#### **e) Valores Adicionados**

O Valor Adicionado representa o desempenho econômico de cada segmento da economia e o seu relacionamento com a sociedade. São todas as suas saídas de mercadorias e serviços prestados no município, diminuindo as respectivas entradas de mercadorias, ou seja, é o resultante da geração de riquezas de uma localidade.

São calculados separadamente em três segmentos, agropecuária, indústria e serviços. A atividade industrial é composta pela indústria extrativa mineral; de transformação; produção e distribuição de eletricidade, gás e água; e construção Civil. Verifica-se o setor que mais contribuiu para a formação do PIB de cada município.

O decreto n. 21400/2002 que aprova o RICMS do estado determina como deve ser calculado os valores adicionados e repassados para o Tribunal de Contas do Estado para servir de base para o cálculo dos índices de participação dos municípios no ICMS arrecadado pelo estado.

#### **f) Benefícios Previdenciários**

Os recursos referentes aos benefícios repassados para os municípios através do Instituto Nacional de Seguridade Social são de grande importância para distribuição de renda e estímulo ao crescimento econômico. A base dos valores recebidos é de acordo com o salário mínimo. De acordo com o Secretario de Políticas de Previdência Social, Helmut Schwarzer (2009) afirma que “além da segurança, os benefícios previdenciários representam importante fonte de dinamismo econômico nos municípios, especialmente por darem sustentação ao consumo”.

### **g) PIB – Produto Interno Bruto**

O PIB é um indicador econômico que representa o valor de todos os bens e serviços produzidos em determinado local em um período de tempo. A economia utiliza o PIB para analisar o desempenho econômico de uma localidade.

É uma variável importante de análise, pois quanto maior o PIB de um município significa um alto potencial de padrão de vida. Mas nem sempre um PIB elevado reflete o bem estar social, o município pode ter alto padrão de vida e ser o maior em desigualdade de distribuição de renda.

Os Economistas calculam PIB usando dois métodos: volume de gastos, que mede o gasto total, ou seja, pelo lado da demanda e com relação ao valor recebido, ou seja, pelo lado da oferta, que mede a renda total.

## CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

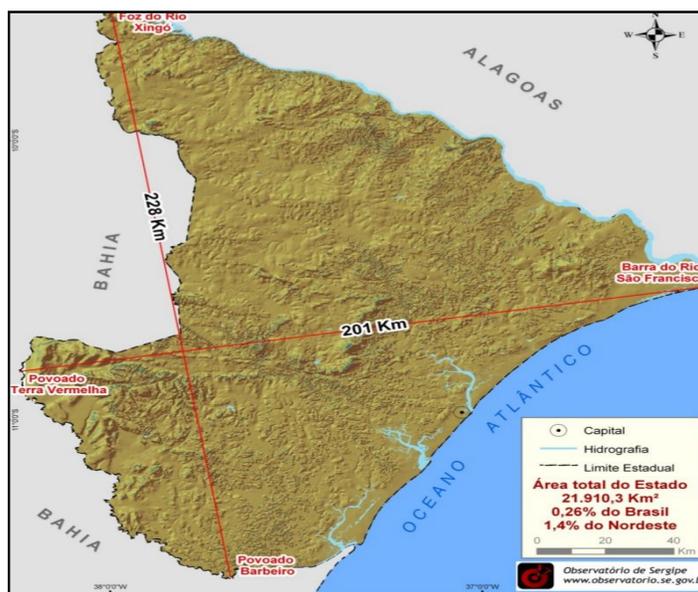
Neste capítulo descreve-se brevemente o cenário do estudo, a técnica de análise de dados em painel, bem como o modelo testado e seus resultados. Por fim, é feita a análise destes últimos.

Os municípios do Estado de Sergipe foram escolhidos devido ao fato que alguns desses são de pequeno porte e reduzida dimensão econômica, onde as transferências de recursos da União e dos estados costumam possuir peso significativo na composição de seu produto.

### 4.1 Cenário do Estudo: Sergipe

Sergipe é o menor estado do Brasil, e fica localizado na região nordeste. Conforme observação do mapa 1, verifica-se que possui uma superfície de 21.910,3 km<sup>2</sup>, correspondente a 0,26% do território nacional e 1,4% da região nordeste.

**Mapa 1 – Limites e Pontos Extremos de Sergipe**

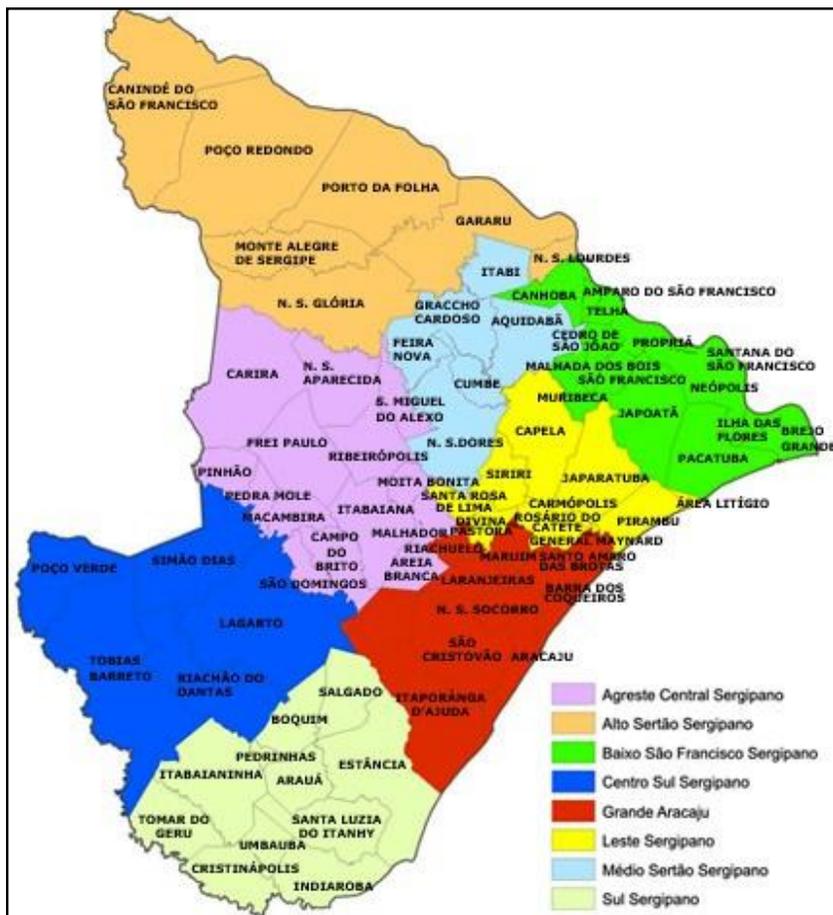


Fonte: SUPES/SEPLAG (2013)

Ainda mediante observação do mapa 1, tem-se que Sergipe limita-se ao norte, com o estado de Alagoas é definido pelo rio São Francisco, a oeste e ao sul limita-se com a Bahia e, a leste, com o Oceano Atlântico.

No mapa 2, a distribuição dos territórios de planejamento sergipanos: Baixo São Francisco (com 14 municípios); Alto Sertão (07 municípios); Agreste (15 municípios); Centro Sul (05 municípios); Grande Aracaju (09 municípios); Leste Sergipano (09 municípios); Médio Sertão (06 municípios) e Sul Sergipano (11 municípios).

**Mapa 2 – Território de Planejamento de Sergipe**



Acrescenta-se que a capital de Sergipe é Aracaju. Dados do IBGE de 2010, expõem que o estado possui 2.068.017 habitantes e está constituído por 75

municípios, agrupados em 13 microrregiões homogêneas. A densidade demográfica de Sergipe, ainda considerando os dados do IBGE de 2010 é de 94,3 habitantes por quilômetro quadrado; o crescimento demográfico é de 1,5% ao ano. A população total do Sergipe corresponde a 1,08% dos habitantes brasileiros.

No que diz respeito ao Estado de Sergipe foram, pagos R\$ 515.793, milhões através do PBF em 2014. Com pouco mais de 281 mil famílias no Programa, o estado é o 17º colocado também em termos de beneficiários.

Informações relativas ao montante de recursos pagos através do PBF por município são mostradas na tabela 6, a qual traz dados anuais expressos em R\$ para o período 2004-2013.

Como se pode notar, na tabela 6, a seguir o volume de recursos transferidos pelo PBF quase quintuplica no período (expansão de 587,5%), passando de R\$ 68,6 milhões em 2004 para R\$ 471,6 milhões em 2013.

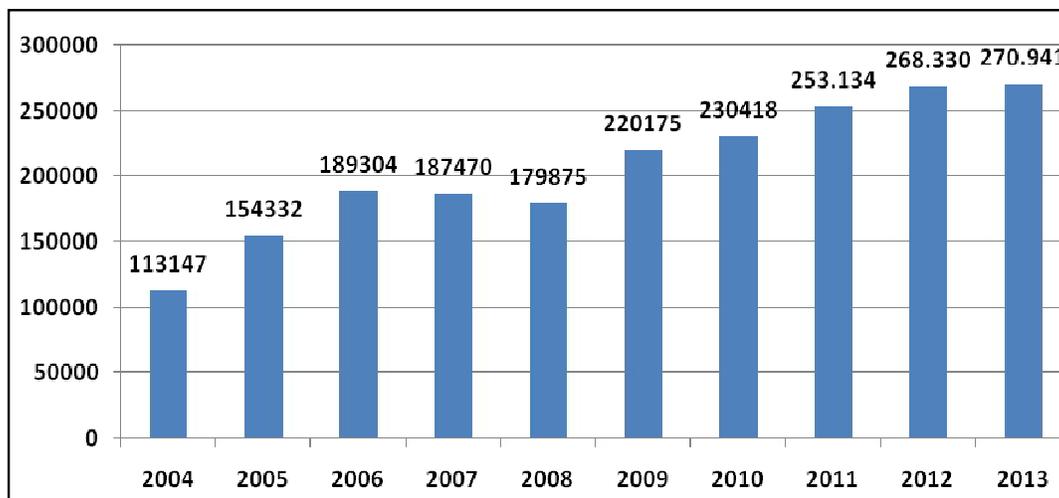
Neste último ano, as localidades que receberam o maior valor foram Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Lagarto, Itabaiana e São Cristóvão, cujo montante recebido através do PBF é, respectivamente, de R\$ 59,6; R\$ 30,9; R\$ 22,3; R\$ 16,2 e R\$ 16,7 milhões. Enquanto os primeiros cinco municípios receberam mais de R\$ 10 milhões em 2013, duas localidades (Amparo de São Francisco e General Maynard), por sua vez, receberam menos de R\$ 1 milhão no referido ano.

General Maynard, Muribeca, Indiaroba, Ilha das Flores e Nossa Senhora do Socorro foram os municípios que apresentaram o maior crescimento em termos relativos no período, com taxas de expansão, respectivamente, de 12.457%, 2.759%, 2.417%, 1.635% e 1.349%. Dentre estes, é digno de nota o crescimento do montante recebido por Nossa Senhora do Socorro que corresponde, em termos absolutos, a um acréscimo de R\$ 28,9 milhões no período.

Em nível nacional, a quantidade de famílias abrangidas passa de 6.571.839 em 2004 para 14.086.199 em 2013, ou seja, praticamente dobra

(expansão de 114,4%), o que representa a incorporação de 7,5 milhões de famílias adicionais no período.

O gráfico 5, a seguir, mostra a evolução do número de famílias beneficiárias em Sergipe no período de 2004 a 2013.



**Gráfico 5 – Bolsa-Família: Número de Famílias Beneficiárias por Ano em Sergipe – 2004 a 2013**  
Fonte: Adaptado MDS (Unidade Geográfica Estadual)

Pode-se notar que o contingente de famílias abrangidas pelo PBF no estado passa de 113,1 mil em 2004 para 270,9 mil em 2013, o que corresponde à incorporação de 157,8 mil famílias no período, ou seja, mais do que o dobro (expansão de 139,52%).

Os municípios com maior número de famílias são Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Lagarto, Itabaiana e São Cristóvão, cujo número de famílias atendidas pelo PBF é, respectivamente, de 39.933, 20.675, 13.587, 10.975 e 9.520. Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Itabaiana e São Cristóvão também estão entre os municípios que mais incorporaram beneficiários no período, juntamente com a cidade de Estância.

As localidades que apresentaram o maior crescimento em termos relativos, por sua vez, foram: General Maynard, Muribeca, Indiaroba, Rosário do Catete e Ilha das Flores com taxas de crescimento no período de 111,50%, 838%,

573%, 542% e 546%, respectivamente. Esses municípios, no entanto, possuem um número moderado de famílias no PBF (até pouco mais de 1.000), à exceção de Indiaroba.

**Tabela 06 – Bolsa-Família: Valor Total Pago por Município – Sergipe – 2004 a 2013**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Amparo de S. Francisco	152599	253159	244352	251281	286100	321120	401466	504838	561042	596740
Aquidabã	1127513	1703480	1941170	2224803	2501912	2770755	3193141	3759861	4298766	4732414
Aracaju	7940994	12352543	17159717	19044020	23276579	30920381	35610938	42287215	51262718	59613752
Araúá	395613	596602	1081570	1404768	1588881	1720653	1938154	2408605	2960500	3668048
Areia Branca	1112716	1257132	1406320	1629519	1883878	2174495	2817975	3420283	3804280	4418276
Barra dos Coqueiros	403468	1131891	1382529	1702603	1963294	2220065	2972004	3731332	4448168	4880976
Boquim	1264242	1353163	1895372	2581241	2903611	3452871	4067594	5001660	6253668	7284356
Brejo Grande	313524	443352	790363	1058442	1215648	1316748	1525474	1758151	2023086	2296258
Campo do Brito	831444	942779	1696475	2072808	2283158	2420829	2777987	3319979	3723346	3758026
Canhoba	304783	381061	410085	464431	556408	673070	756165	884990	1183866	1853178
Canindé de São Francisco	1386429	1740429	1902149	2207142	2693387	3472479	4476275	5510387	7030250	8933624
Capela	2311432	2909791	3077144	3395456	3897644	4093017	4556423	5466298	6932392	8783492
Carira	1156791	1370706	1708614	2046011	2381252	2893468	3848955	4567747	5161030	6181714
Carmópolis	346316	572762	604563	703977	829765	1100048	1683650	2221144	2811364	3651956
Cedro de São João	237614	481280	514736	555747	657682	717437	878650	1072346	1334006	1725864
Cristinápolis	672580	770784	1327740	1787446	2052339	2528304	3107920	3799517	4449804	5755472
Cumbe	420447	468310	439990	457847	527470	595348	682170	798256	919222	1097020
Divina Pastora	219467	270577	307155	357410	424280	512647	703165	857561	1064288	1450096
Estância	1175335	2248070	4210869	5096684	5887709	7466629	8899261	10382934	11753018	13156152
Feira Nova	438719	494987	542950	659269	789098	894316	1107136	1318028	1576476	2080674
Frei Paulo	561479	837593	1056502	1327246	1554416	1769663	2099178	2558393	2733050	2971124
Gararu	1163164	1279483	1365639	1469827	1799482	2103593	2488404	3037182	3539840	4462716
General Maynard	4290	46155	158750	197943	226504	266047	314885	449665	538698	655380
Gracho Cardoso	300156	413543	561609	729595	821126	894913	1026844	1286002	1778172	2882116
Ilha Das Flores	138350	238530	680505	962270	1176648	1387451	1589977	1904835	2401196	3076832
Indiaroba	175010	483404	1253608	1741377	2101460	2524420	3229707	3834387	4405614	5082320
Itabaiana	2538180	2700296	4509934	5719404	6787068	8494588	10633885	13295044	15176728	16151016
Itabaianinha	1434631	2336774	3475561	4325041	5068201	5805119	7210163	8588121	10610630	12296146
Itabi	347459	404418	472132	626758	757311	799324	827421	990441	1220116	1923184
Itaporanga D´ajuda	1861757	2061572	2353231	2557114	2991768	3858493	4997595	6135154	7463138	9266892

Japarutuba	509462	1073502	1289780	1549183	1689894	1897893	2369843	2963595	3715506	5415290
Japoatã	526245	902625	1300996	1483797	1691418	2025641	2629992	3205591	3653742	4156346
Lagarto	3588619	7599226	8343830	9623686	11496140	13005376	14723532	17494525	20004342	22306956
Laranjeiras	380212	1414877	1993329	2454275	2778383	3257216	3848735	4900397	5872642	6558784
Macambira	294546	499082	632473	733801	858656	916875	1106115	1322572	1565544	1918066
Malhada Dos Bois	121071	127027	214194	321571	401270	489114	550415	722216	881498	1224032
Malhador	556114	964182	1256096	1437477	1635987	1829561	2122126	2542038	2727370	2731162
Maruim	683737	997044	1371630	1630735	1807464	2041427	2486767	3008721	3541006	4333790
Moita Bonita	619982	793090	960067	1158126	1365360	1559231	1650775	1813027	1982790	2278018
Monte Alegre de Sergipe	694280	987943	1342079	1571733	1887386	2216231	2711192	3228476	3631166	5302602
Muribeca	57985	441162	720168	853016	946354	1020487	1176763	1411622	1658322	2497852
Neópolis	986984	1242320	1711394	2051478	2437590	2788149	3470153	4143353	5022692	6730988
Nossa SªAparecida	676549	739165	818448	1035297	1182490	1391968	1748269	2022832	2334842	2813734
Nossa Sª da Glória	1484924	2055726	2460392	3041505	3648307	4168816	5094923	5936355	7911258	9314946
Nossa Sª Das Dores	787110	1690458	2288882	2734037	3116526	3507469	4268327	5047486	5727240	6629464
Nossa Sª de Lourdes	354622	435923	661643	756240	888210	1021596	1212318	1450122	1642434	2013718
Nossa Sª do Socorro	2022482	5437968	9008537	10485730	12037413	16901142	21340354	25965835	29316702	30950262
Pacatuba	789067	1120261	1408518	1695173	1989003	2172149	2650407	3247527	4191824	5428558
Pedra Mole	255100	279291	269352	285176	325930	378806	492190	577555	724434	1075400
Pedrinhas	211187	395732	755405	988619	1184090	1293429	1502551	1829748	2311250	3010834
Pinhão	162550	267357	403062	516766	627452	722620	935280	1144069	1386874	2000154
Pirambu	427544	616105	719781	791826	949530	1118777	1319085	1582605	1964252	2394524
Poço Redondo	2426105	3030869	3497664	3836951	4445636	4822119	5480788	6875732	9009224	13451404
Poço Verde	2004633	2419804	2610836	2913519	3381752	3571515	4064643	4793624	6007542	8511912
Porto da Folha	2140298	2536920	3112092	3448022	3650830	4198354	5236424	6272637	7619018	11196936
Propriá	1528390	1870302	2491775	2739331	3059372	3336536	4008793	4809298	5909202	6830074
Riachão do Dantas	852052	1782034	2184368	2598388	3029053	3263448	3548120	4333659	5488382	6419468
Riachuelo	190477	391073	659832	828258	982314	1152269	1526827	1884008	2246118	2811914
Ribeirópolis	750690	938577	1414722	1675218	1998343	2267191	2620251	3148096	3571660	4283452
Rosário do Catete	160553	267355	520834	662344	767092	949619	1290775	1594976	2087730	2651618
Salgado	883036	1180003	1752571	2119499	2491882	2741179	3282489	3874295	4194778	4790514
Santa Luzia do Itanhy	435988	575126	1298317	1730036	2037466	2330070	2833267	3487237	4293272	5639898
Santa Rosa de Lima	202616	212157	390083	468454	545916	605607	701336	859890	1046768	1331198

Santana do S Francisco	244821	509763	665663	809822	910866	997440	1167609	1475876	2031343	3200598
Santo Amaro Das Brotas	655049	934362	1043864	1134453	1337898	1489932	1705687	2120451	2641976	2990630
São Cristóvão	1237205	2594208	3891968	4796470	5801450	7467618	9920184	11815889	14469674	16759560
São Domingos	276780	812811	1052978	1231723	1437906	1608588	1862698	2227251	2548782	2676392
São Francisco	184881	271893	333316	375468	422886	453710	565753	694437	807888	1046410
São Miguel do Aleixo	386328	461383	417850	478000	573444	636040	743328	888934	1083802	1468708
Simão Dias	1940558	2643387	4144949	4880528	5598460	6135216	6535099	7848111	9741316	13480788
Siriri	299422	497697	702279	861529	995632	1111918	1333738	1647972	2102580	2905850
Telha	142298	241813	273933	316235	387245	458086	572336	659215	792656	1101484
Tobias Barreto	3223430	4239720	4772543	5297020	6255921	6958742	7424817	9182712	11010288	12451500
Tomar do Geru	917379	1370412	1760021	2036341	2306546	2444137	2719595	3330181	3836358	3866046
Umbaúba	571998	1572046	2026180	2386316	2832056	3173658	3663991	4493925	5249006	5954538
TOTAL	68581861	103978407	139480028	164180652	192078898	228065256	272641222	329029029	392975565	471592186

Fonte: Portal da Transparência

## 4.2 Análise Descritiva das Variáveis

No apêndice A, a exposição das tabelas que foram compiladas a partir dos dados coletados durante a pesquisa referente ao período de 2004 a 2012, relacionados às variáveis coletadas com a média e desvio padrão.

Com base na análise dos dados das tabelas do apêndice A, observa-se que os municípios que apresentam maior PIB per capita comparando-se com o Desvio Padrão é a cidade de Canindé de São Francisco, que pode ser explicado pelo maior número de valor adicionado industrial do Estado. Pedrinha foi o município que mais se afastou da média.

No que diz respeito ao Programa Bolsa Família, General Maynard é o município que menos se aproxima da média e Aracaju está acima da tendência central. Já no ano de 2012 Aracaju apresentou acima da média nas variáveis valores adicionados indústria e serviços, cota parte ICMS, previdência Social, valores bolsa família e o Fundo de Participação dos Municípios.

Preliminarmente, de acordo com a tabela 16 abaixo, pressupõe-se que os valores do PBF recebidos têm sua importância na participação do PIB dos municípios Sergipanos.

De acordo com o estudo de Neri et al (2013), já comentado no capítulo 2, os gastos com o Programa Bolsa Família representam apenas 0,4% do PIB, mas adiciona R\$ 1,78 do PIB, ou seja, é um programa provoca uma alteração na produção agregada do país. Diante desse estudo, utilizou-se R\$ 1,78 como efeito multiplicador gerado pelo PBF.

Antes de apresentar os resultados obtidos pelo modelo econométrico utilizado neste trabalho, é interessante observar o comportamento do PIB em relação ao valor repassado do PBF com e sem o efeito multiplicador de R\$ 1,78 nos anos escolhidos para análise. Para isso, segue a tabela referente ao ano de 2012.

**Tabela 07– Bolsa Família X PIB Com e Sem o Efeito Multiplicador – 2012**

MUNICIPIOS	2012				
	Valor do Repasse do PBF	Valor do Repasse com efeito multiplicador	PIB	% do PIB	% do PIB com multiplicador
Amparo de São Francisco	561042	998655	18469054,00	3%	5%
Aquidabã	4298766	7651803	142671105,00	3%	5%
Aracaju	51262718	91247638	9813851609,00	1%	1%
Araúá	2960500	5269690	70589138,00	4%	7%
Areia Branca	3804280	6771618	130047550,00	3%	5%
Barra dos Coqueiros	4448168	7917739	333515485,00	1%	2%
Boquim	6253668	11131529	294652052,00	2%	4%
Brejo Grande	2023086	3601093	57110660,00	4%	6%
Campo do Brito	3723346	6627556	116939272,00	3%	6%
Canhoba	1183866	2107281	30208789,00	4%	7%
Canindé de São Francisco	7030250	12513845	1399830529,00	1%	1%
Capela	6932392	12339658	267146001,00	3%	5%
Carira	5161030	9186633	147503367,00	3%	6%
Carmópolis	2811364	5004228	620406715,00	0%	1%
Cedro de São João	1334006	2374531	35242691,00	4%	7%
Cristinápolis	4449804	7920651	109120486,00	4%	7%
Cumbe	919222	1636215	29635909,00	3%	6%
Divina Pastora	1064288	1894433	211624004,00	1%	1%
Estancia	11753018	20920372	1303712678,00	1%	2%
Feira Nova	1576476	2806127	42331158,00	4%	7%
Frei Paulo	2733050	4864829	194721792,00	1%	2%
Gararu	3539840	6300915	80742712,00	4%	8%
General Maynard	538698	958882	19125183,00	3%	5%
Graccho Cardoso	1778172	3165146	41017621,00	4%	8%
Ilha das Flores	2401196	4274129	47602808,00	5%	9%
Indiaroba	4405614	7841993	99512977,00	4%	8%
Itabaiana	15176728	27014576	1005866162,00	2%	3%
Itabaianinha	10610630	18886921	250449941,00	4%	8%
Itabi	1220116	2171806	38640205,00	3%	6%
Itaporanga d' Ajuda	7463138	13284386	600482748,00	1%	2%
Japaratuba	3715506	6613601	619527282,00	1%	1%
Japoatã	3653742	6503661	101034831,00	4%	6%
Lagarto	20004342	35607729	865259485,00	2%	4%
Laranjeiras	5872642	10453303	1010389032,00	1%	1%
Macambira	1565544	2786668	43968696,00	4%	6%
Malhada dos Bois	881498	1569066	30111370,00	3%	5%
Malhador	2727370	4854719	76136590,00	4%	6%
Maruim	3541006	6302991	204414352,00	2%	3%
Moita Bonita	1982790	3529366	71659907,00	3%	5%
Monte Alegre de Sergipe	3631166	6463475	92774961,00	4%	7%
Muribeca	1658322	2951813	58514814,00	3%	5%
Neópolis	5022692	8940392	165026628,00	3%	5%
Nossa Senhora Aparecida	2334842	4156019	80459176,00	3%	5%
Nossa Senhora da Glória	7911258	14082039	346380842,00	2%	4%
Nossa Senhora das Dores	5727240	10194487	217584931,00	3%	5%
Nossa Senhora de Lourdes	1642434	2923533	42042523,00	4%	7%

Nossa Senhora do Socorro	29316702	52183730	2049719308,00	1%	3%
Pacatuba	4191824	7461447	111861631,00	4%	7%
Pedra Mole	724434	1289493	21850498,00	3%	6%
Pedrinhas	2311250	4114025	50293335,00	5%	8%
Pinhão	1386874	2468636	41139348,00	3%	6%
Pirambu	1964252	3496369	69584609,00	3%	5%
Poço Redondo	9009224	16036419	187705974,00	5%	9%
Poço Verde	6007542	10693425	133678448,00	4%	8%
Porto da Folha	7619018	13561852	197471551,00	4%	7%
Propria	5909202	10518380	313990016,00	2%	3%
Riachão do Dantas	5488382	9769320	113901537,00	5%	9%
Riachuelo	2246118	3998090	148608454,00	2%	3%
Ribeirópolis	3571660	6357555	152027072,00	2%	4%
Rosário do Catete	2087730	3716159	408965323,00	1%	1%
Salgado	4194778	7466705	118824982,00	4%	6%
Santa Luzia do Itanhy	4293272	7642024	101227623,00	4%	8%
Santa Rosa de Lima	1046768	1863247	26201708,00	4%	7%
Santana do São Francisco	2031343	3615791	41939351,00	5%	9%
Santo Amaro das Brotas	2641976	4702717	107527486,00	2%	4%
São Cristovão	14469674	25756020	590068921,00	2%	4%
São Domingos	2548782	4536832	66069671,00	4%	7%
São Francisco	807888	1438041	23585720,00	3%	6%
São Miguel do Aleixo	1083802	1929168	27030731,00	4%	7%
Simão Dias	9741316	17339542	374946437,00	3%	5%
Siriri	2102580	3742592	162853112,00	1%	2%
Telha	792656	1410928	21369704,00	4%	7%
Tobias Barreto	11010288	19598313	337076507,00	3%	6%
Tomar do Geru	3836358	6828717	77866561,00	5%	9%
Umbaúba	5249006	9343231	167750043,00	3%	6%

Fonte: Dados do Estudo (2015)

De acordo com a tabela 7, acima, a conjugação dos dados demonstram que no período analisado, os municípios que tem impacto do valor repassado pelo PBF com relação ao PIB com e sem o efeito multiplicador.

A quarta coluna da tabela 7 e as tabelas constante no apêndice B, mostram o impacto direto do valor repassado pelo PBF como proporção do PIB municipal no período de 2004 a 2012. Nota-se que os repasses do PBF representam entre 1% a 5% do produto local; com o menor impacto ocorrendo justamente em Laranjeiras, Carmópolis e Rosário cidades de maior dinamismo econômico da região, e o maior impacto ocorrendo no município de Tomar do Geru, Poço Redondo e Ilha das Flores.

Com base nas estimativas de efeito multiplicador do Programa mencionadas no capítulo 1, - em torno de 1,78<sup>4</sup> -, buscou-se estimar o impacto direto e indireto do PBF em cada um dos municípios. Este impacto está expresso em valor absoluto na coluna 2 e como percentual do PIB na última coluna da tabela. Quando se considera o efeito multiplicador, o impacto do PBF passa a variar de 1% a 9% do PIB.

Assim, aparentemente os recursos transferidos no âmbito do PBF têm um impacto não desprezível na economia dos municípios sergipanos. Cabe agora verificar a pertinência desta hipótese através de uma estimativa de maior consistência, o que é realizado a seguir.

### **4.3 Análise dos Resultados**

O modelo econométrico foi construído com o objetivo de verificar quais variáveis têm maior impacto na variação do PIB dos municípios sergipanos. Dada a importância das receitas de transferências para esses municípios, incluíram-se como variáveis independentes: valores repassados do Programa Bolsa Família – foco da presente análise –, repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Cota parte do ICMS, valor recebido referente à previdência social e número da população. Como a totalidade das cidades sergipanas recebe royalties, esta informação foi também incluída dentre as variáveis explicativas. Por fim, para captar a dinâmica das economias locais, acrescentaram-se os valores adicionados (agropecuária, indústria e serviços).

Buscou-se padronizar os dados a fim de minimizar problemas decorrentes de conjunturas excepcionais e devido à diferença de grandeza de variáveis que poderiam viesar os resultados.

---

<sup>4</sup> Campelo e Neri estimam que cada R\$ 1,00 gasto no PBF estimularia um crescimento de R\$ 1,78 no PIB.

### 4.3.1 Análise dos Pressupostos Básicos do Modelo

A seguir os testes de grau de aceitação de hipóteses, foram realizados pelo software SPSS.

#### 4.3.1.1 Multicolinearidade, autocorrelação e heterocedasticidade

O modelo proposto apresentou multicolinearidade, ou seja, significa que duas ou mais variáveis explicativas estão correlacionadas. Seguem abaixo os coeficientes que demonstram que todas as variáveis possuem altas correlações, mediante observação da figura 1.

		Correlations										
		populacao	pib	pibcapita	vaagro	vaind	vaserv	cpicms	royalties	benprev	vbpf	fpm
populacao	Pearson Correlation	1	,967**	,071	,123**	,739**	,980**	,862**	,545**	,960**	,928**	,996**
	Sig. (2-tailed)		,000	,066	,001	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	N	675	675	675	675	675	675	675	674	675	675	674
pib	Pearson Correlation	,967**	1	,239**	,051	,850**	,987**	,941**	,624**	,966**	,853**	,964**
	Sig. (2-tailed)	,000		,000	,187	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	N	675	675	675	675	675	675	674	674	675	675	674
pibcapita	Pearson Correlation	,071	,239**	1	,039	,630**	,107**	,439**	,501**	,070	,049	,071
	Sig. (2-tailed)	,066	,000		,307	,000	,006	,000	,000	,069	,200	,066
	N	675	675	675	675	675	675	674	674	675	675	674
vaagro	Pearson Correlation	,123**	,051	,039	1	,080*	,029	,054	-,049	,090*	,357**	,108**
	Sig. (2-tailed)	,001	,187	,307		,038	,453	,163	,209	,020	,000	,005
	N	675	675	675	675	675	675	675	674	675	675	674
vaind	Pearson Correlation	,739**	,850**	,630**	,080*	1	,758**	,936**	,673**	,731**	,660**	,739**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,038		,000	,000	,000	,000	,000	,000
	N	675	675	675	675	675	675	674	674	675	675	674
vaserv	Pearson Correlation	,980**	,987**	,107**	,029	,758**	1	,889**	,580**	,983**	,858**	,975**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,006	,453	,000		,000	,000	,000	,000	,000
	N	675	675	675	675	675	675	675	674	675	675	674
cpicms	Pearson Correlation	,862**	,941**	,439**	,054	,936**	,889**	1	,615**	,859**	,754**	,862**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,163	,000	,000		,000	,000	,000	,000
	N	674	674	674	674	674	674	674	674	674	674	674
royalties	Pearson Correlation	,545**	,624**	,501**	-,049	,673**	,580**	,615**	1	,565**	,429**	,543**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,209	,000	,000	,000		,000	,000	,000
	N	674	674	674	674	674	674	674	674	674	674	674
benprev	Pearson Correlation	,960**	,966**	,070	,090*	,731**	,983**	,859**	,565**	1	,842**	,950**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,069	,020	,000	,000	,000	,000		,000	,000
	N	675	675	675	675	675	675	674	674	675	675	674
vbpf	Pearson Correlation	,928**	,853**	,049	,357**	,660**	,858**	,754**	,429**	,842**	1	,928**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,200	,000	,000	,000	,000	,000	,000		,000
	N	675	675	675	675	675	675	674	674	675	675	674
fpm	Pearson Correlation	,996**	,964**	,071	,108**	,739**	,975**	,862**	,543**	,950**	,928**	1
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,066	,005	,000	,000	,000	,000	,000	,000	
	N	674	674	674	674	674	674	674	674	674	674	674

\*\* . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).  
\* . Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

**Figura 1 – Matriz de Correlação de Pearson**  
Fonte: Extraído do software SPSS

No que se refere a análise dos dados na matriz de correlação de Pearson, inicialmente, foi verificado se todas as variáveis se correlacionam. De

acordo com a matriz de correlação, verifica-se correlação entre as variáveis, como por exemplo, população tem correlação alta (0,996) com a variável FPM - fundo de participação dos municípios. O PIB tem correlação com o valor adicionado de serviços. Outro caso é o valor adicionado da indústria que tem correlação de 0,936 com a cota parte do ICMS. Isto significa que as variáveis, população e FPM medem aproximadamente a mesma coisa, ou seja, a correlação entre elas é quase perfeita. O mesmo ocorre entre PIB e valor adicionado de serviços.

O caso de multicolinearidade é um caso extremo, que em termos estatísticos pode ser descrita como “há correlação exatamente igual a 1 (ou -1) entre duas (ou mais) variáveis explicativas (independentes)” (Sartoris: xxx:236). Quando isto ocorre, 100% da variação de uma delas é decorrente da variação de outra.

Para complementar nossa análise, observe a tabela abaixo, conforme o VIF (Fator de Inflação da variância) que é um indicador desse tipo de problema. Quando o VIF for maior que 10, indica que a multicolinearidade é severa e prejudicial ao modelo, conforme tabela 17 abaixo:

**Tabela 08 – Resultado do Teste de Multicolinearidade**

Variável	Colinearidade Estáticas	
	Tolerância	VIF
VA agropecuária	0,418	2,393
VA indústria	0,074	13,598
VA serviços	0,008	120,116
Cota parte ICMS	0,041	24,550
Royalties	0,462	2,163
Benefícios Previdência	0,024	41,791
Valor bolsa Família	0,052	19,372
FPM	0,014	71,557

Fonte: Dados do Estudo (2015)

De acordo com a tabela 08 acima, o modelo apresentou o VIF maior que 10 em 06 (seis) variáveis, destacando para, valor adicionado serviços e Fundo de Participação dos municípios que apresentaram o maior VIF, 120,11 e 71,55 respectivamente. Estas variáveis foram, então, retiradas do modelo.

Após procedimento citado acima, observa-se que as variáveis que apresentaram maior VIF foram valor adicionado da indústria e cota parte do ICMS, conforme demonstrado na tabela 09, abaixo:

**Tabela 09 – Resultado do Teste de Multicolinearidade 2**

Variável	Colinearidades Estáticas	
	Tolerância	VIF
VA agropecuária	0,691	1,447
VA indústria	0,082	12,210
Cota parte ICMS	0,053	18,767
Royalties	0,482	2,073
Benefícios Previdência	0,131	7,625
Valor bolsa Família	0,203	4,914

Fonte: Dados do Estudo (2015)

Ainda assim, o teste, o modelo apresentou colinearidade estática, e mantendo o critério, foi retirado a variável Cota parte ICMS, por possuir maior VIF.

Após a retirada das três variáveis mencionadas, segue a nova tabela 10, sem multicolinearidade prejudicial entre as variáveis do modelo, conforme VIF menores que 10 em todas as variáveis.

**Tabela 10 – Resultado do Teste de Multicolinearidade 3**

Variável	Colinearidades Estáticas	
	Tolerância	VIF
VA agropecuária	0,715	1,398
VA indústria	0,352	2,838
Royalties	0,516	1,939
Benefícios Previdência	0,197	5,085
Valor bolsa Família	0,204	4,895

Fonte: Dados do Estudo (2015)

De acordo com a tabela 10, com as variáveis sem correlação excessiva, faz-se necessário testar se há autocorrelação de resíduos, ou seja, de erros. Para isso, foi utilizado o teste de Durbin-Watson (DW).

Para dados com mais de 200 amostras o valor tabelado da estatística de DW é de 1,718 (limite inferior – Du) e 1,820 (de limite superior Di). Estes valores são para os modelos que apresentem 5 variáveis explicativas excluindo o termo constante. A tabela com os valores encontra-se no apêndice de Gujarati fls. 888, para 5% da significância. Segundo DW, se o valor calculado do teste está no intervalo de  $4 - D_u < DW < 4 - D_l$ , conclui-se que não há autocorrelação dos resíduos. Após aplicação do teste, o DW apresentou 2,157, nesse caso não há correlação entre os erros.

Quanto a heteroscedasticidade foi aplicado o teste de White para verificar se a variância é constante (homoscedasticidade – um dos requisitos para se utilizar regressão linear) ou se a variância não é constante.

O teste de White consiste em fazer uma regressão auxiliar, em que a variável dependente é o resíduo ao quadrado da regressão original. Ao fazer a regressão, o r-quadrado é multiplicado pelo número de grau de liberdade de amostra sem considerar o termo constante (intercepto). (SARTORIS, 2013)

Observando os dados calculados abaixo, o r-quadrado da regressão auxiliar foi de 0,5333. De acordo com a tabela de distribuição qui-quadrado, em

anexo, encontra-se (5%,20), ou seja, o valor tabelado para um nível de significância de 5% com 20 graus de liberdade, neste caso é 31,4104. Como o valor encontrado é muito superior ao tabelado ( $359,24 > 31,4104$ ) conclui-se que há heteroscedasticidade, ou seja, a variância de erros não é constante entre as variáveis.

De acordo com Sartoris, as consequências da heteroscedasticidade são basicamente as mesmas da presença de autocorrelação. As variâncias dos estimadores são viesadas, invalidando assim os testes de hipóteses.

Para resolver o problema da heteroscedasticidade, foi utilizada a matriz robusta de variância.

Outra forma de resolver o problema da multicolinearidade foi utilizar a técnica de análise de componentes principais, com o objetivo de reduzir o número de variáveis independentes a ser empregado no modelo.

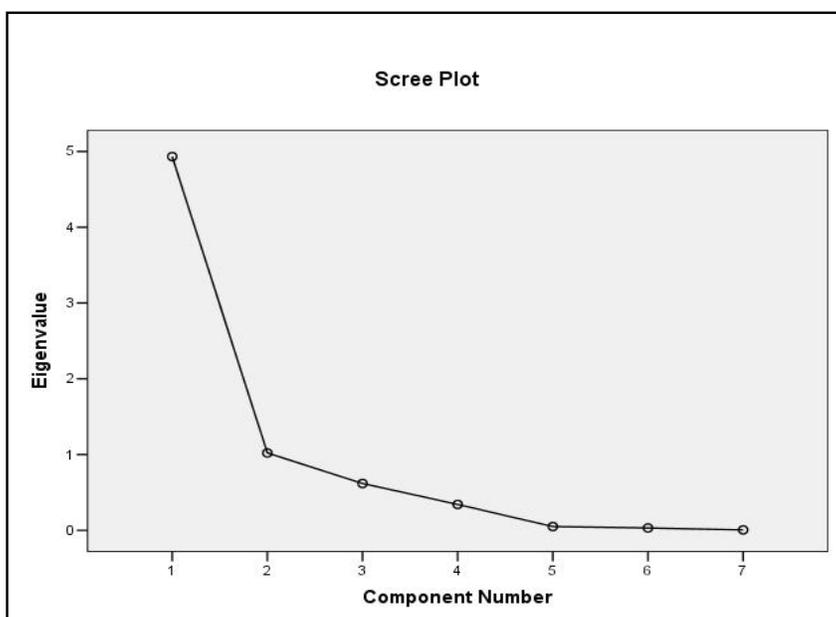
Considerando Hair (2009:91), análise fatorial é um nome genérico dado a uma classe de métodos estatísticos multivariados cujo propósito principal é definir a estrutura subjacente em uma matriz de dados. Muitos pesquisadores consideram-na apenas exploratória ou como um método de redução de dados.

Para verificar a representatividade da amostra foram realizados, inicialmente, alguns procedimentos. De acordo com Hair (2009:98) a maneira de determinar a adequação da análise fatorial examina a matriz de correlação inteira é aplicando o teste Bartlett de esfericidade, um teste estatístico para a presença de correlações entre as variáveis. A medida pode ser interpretada com as seguintes orientações: 0,80 ou acima, admirável; 0,70 ou acima, mediano; 0,60 ou acima, medíocre; 0,50 ou acima ruim; e abaixo de 0,50, inaceitável.

Os testes de Kaiser-Meyer-Olin de medida de adequação de amostra e o Teste de Bartlett apresentam estatísticas de 0,717 e 7734,264 respectivamente; este último significativo ao nível de 1% de erro. Dessa forma, mostra-se que a amostra possui correlações significativas e é adequada para a realização da análise

de componentes principais. Análise de componentes principais serve para identificar as variáveis mais importantes do modelo econométrico.

Com base nos dados do gráfico 6, foram extraídos dois fatores: o primeiro possui um *eigenvalue* de 4,933 e explica 70,46% da variância da amostra original, enquanto o segundo possui *eigenvalue* de 1,021 e explica 14,5% da variância amostral. Esta solução se justifica por três razões principais: i) são os únicos cujo autovalor estão acima da média (=1 no caso da ACP); ii) declividade do scree plot; e iii) percentual de variância explicada (cerca de 85,05%), o que permite inferir que os dois fatores são capazes de explicar boa parte da variância presente nos dados originais.



**Gráfico 6 – Análise de Componentes Principais (ACP)**

Fonte: Extraído do software SPSS

Dada a provável existência de correlação entre os fatores extraídos, optou-se pela rotação oblíqua dos mesmos. Assim, foi utilizada a rotação *varimax* que gerou a matriz padrão de fatores expressa na tabela 20:

**Tabela 11 – Matriz Padrão de Fatores**

	Componentes	
	1	2
Vaagro	0,029	0,985
Vaind	0,889	0,030
Vaserv	0,963	0,034
Cpicms	0,955	0,034
Royalties	0,719	-0,183
Benprev	0,944	0,095
Fpm	0,940	0,118

Fonte: Dados do Estudo a Partir do Software SPSS

Como pode observar, o primeiro fator rotacionado está fortemente correlacionado com as variáveis que demonstram dinamismo econômico e escala. Este fator poderia ser intitulado como Dinamismo econômico de escala. O segundo fator está fortemente correlacionado com o valor adicionado agropecuária, podendo ser intitulado como Agropecuária. Foi calculada a correlação de Pearson entre os dois fatores gerados. Dada a ausência de correlação concluiu-se pela pertinência de da rotação.

#### 4.3.2 Análise dos Dados em Painel

De acordo com a tabela 12, a seguir, são demonstrados os resultados de efeitos fixo e efeito aleatório utilizando o modelo com as três variáveis independentes retiradas por conta da multicolinearidade.

**Tabela 12 – Resultado das Estimações do Modelo 3**

	<b>Efeito Fixo</b>	<b>Efeito Aleatório</b>
r2 Within	0,5230	0,5061
between	0,9635	0,9808
overall	0,9618	0,974
rho	0,99139246	0,8843
constante	0,0000544 (0,569)	0,0929706 (0,999)
vaagro	0,0157734 (0,021)	0,005347 (0,454)
vaind	0,2856357 (0,0000)	0,2947103 (0,000)
royalties	-0,011212 (0,328)	-0,101393 (0,262)
benprevi	0,2985918 (0,024)	0,6694474 (0,000)
vpbf	0,0864486 (0,266)	0,929706 (0,228)

Fonte: Extraído do software STATA (2015)

O Teste de Sargan-Hansen validou o modelo de efeitos fixos, cujos resultados encontram-se na 2ª coluna da tabela 12. O modelo utilizado explica cerca de 52% do PIB dos municípios sergipanos, o qual sofre a influência de sua composição (valor adicionado agrícola e industrial). A única transferência que se mostrou estatisticamente relevante, ao nível de 5% de erro, é o volume de benefícios previdenciários.

A tabela 13, por sua vez, mostra os resultados para o modelo que utiliza os fatores gerados pela análise de componentes principais.

**Tabela 13 – Resultado das Estimções do Modelo 4**

	Efeito Fixo	Efeito Aleatório
r2 Within	0,1362	0,1225
between	0,9611	0,9769
overall	0,9468	0,9724
rho	0,99468946	0,82552834
constante	0,0003419 (0,000)	0,0003852 (0,986)
Fator 1	0,1990427 (0,007)	0,7036524 (0,000)
Fator 2	0,0068822 (0,002)	0,0448438 (0,000)
vpcf	0,1041285 (0,194)	0,1940811 (0,001)

Fonte: Dados do Estudo (2015)

O teste de Sargan-hansen, novamente valida o modelo de efeitos fixos. O modelo explica 13,6% do PIB dos municípios do estado, o qual sobre a influência de ambos os fatores.

Neste modelo, tal como no anterior, o valor dos repasses do Programa Bolsa Família não afeta de forma significativa o PIB municipal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho partiu da hipótese de que o PBF tem impactos não apenas micro, mas também macroeconômicos e quanto menor a pujança econômica de uma localidade, mais importantes devem ser tais impactos, em termos relativos. Nesse sentido, o trabalho teve por objetivo observar o impacto da transferência de renda direta do PBF no PIB dos municípios sergipanos no período entre 2004 e 2012.

Foi, então, elaborado um modelo econométrico buscando observar o efeito sobre o PIB municipal de quatro receitas de transferências: FPM, royalties, benefícios previdenciários e desembolsos do PBF. Para captar a dinâmica da economia local incluíram-se os valores adicionados, agropecuária, indústria e serviços.

O modelo explica 52,3% da variância do PIB no período. Verifica-se que os coeficientes de royalties e do Programa bolsa família não são estatisticamente significativos, ou seja, os desembolsos do programa bolsa família efetivamente não contribuem para o crescimento do PIB dos municípios da região.

Evidentemente, trata-se de um modelo que pode ser aplicado separadamente nas regiões que compõem Sergipe, levando em consideração seus aspectos econômicos, ou seja, a região que possui mais dinamismo econômico deve ser analisada diferentemente da região que pouco possui dinamismo econômico. E assim realocando as variáveis de acordo com a atividade principal das mesmas, como por exemplo, com a inclusão de outras variáveis relevantes ou a retirada de algumas variáveis insignificantes para a devida localidade. Assim, o aprimoramento e a extensão do presente trabalho poderiam indicar caminhos profícuos para pesquisa futura.

Os resultados deste estudo revelam que para a variação do PIB, no período analisado, o Programa Bolsa Família se mostrou insignificante estatisticamente. Os testes não confirmaram nossos pressupostos, em que as transferências do programa para os municípios têm impactos macroeconômicos na

economia sergipana. Apesar do programa não interferir no crescimento econômico dos municípios, mas conforme bibliografia pesquisada, o programa tem sido uma das ferramentas principais na promoção do desenvolvimento humano e no combate à pobreza.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Lidiane Rocha. Bolsa Família: uma política pública de acesso aos direitos sociais. In: **Âmbito Jurídico**. Rio Grande, XIV, nº 94, nov 2011.

AFONSO, Luís Eduardo; PEREDA, Paula Carvalho; GIAMBIAGI, Fabio; FRANCO, Samuel. O salário mínimo como instrumento de combate à pobreza extrema: estariam esgotados seus efeitos? **Revista Economia Aplicada**. vol. 15, nº4, p. 559-593, 2011.

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de finanças públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal**. 2. ed. Brasília: Coleção Gestão Pública, 2008.

ARAÚJO, Leonardo Alves de; LIMA, João Policarpo R. Transferências de renda e empregos públicos na economia sem produção do semiárido nordestino. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Nº 33, p. 46-76, jul./dez. 2009.

BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das finanças atual**. ed. 16ª, Rio de Janeiro: Forense, 2004.

BAPTISTELLA, Juliana Carolina Frigo. **Avaliação de programas sociais: uma análise do impacto do Bolsa Família sobre o consumo de alimentos e o status nutricional das famílias**. V Prêmio SOF de Monografias. São Paulo – SP, 2011.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; CORSEUIL, Carlos Henrique L. Bolsa-Família, escolha ocupacional e informalidade no Brasil. **Anais do 40º Encontro Nacional de Economia - ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós Graduação em Economia**. Porto de Galinhas (PE), dias 11 e 14 de dezembro. 2012.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; CORSEUIL, Carlos Henrique L. Bolsa-Família, escolha ocupacional e informalidade no Brasil. **Texto Para Discussão 1948**. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, abril de 2014.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito financeiro e de direito tributário**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1997

BICHR, Renata Mirandola. O bolsa família na berlinda? os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Revista Novos Estudos - CEBRAP**. Nº87, p. 115-129, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Plano brasil sem miséria**. 2013. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/08/plano-brasil-sem-miseria.pdf>>. Acesso em 01 de Agosto de 2013a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perfil das famílias do cadastro único para programas sociais do governo federal**. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). Brasília, 2013b.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2012-2015**: projeto de lei / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília: MP, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Avaliação de impacto do programa bolsa família**: sumário executivo. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar/UFMG. Brasília: MDS; Cedeplar, 2007.

BRASIL. **Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, artigo 6º, parágrafo único**. Cria o programa bolsa família e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2004.

BRASIL. **Lei complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990**. Dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências. Brasília, 11 de janeiro de 1990.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio; BATISTA, Natália Ferreira. Impactos do programa bolsa família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista de Economia Contemporânea**. vol.14, n.2, p. 269-301, 2010.

CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício Cortez. Transferências e incentivos. In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. (Org). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. vol.02. Brasília: IPEA, Brasília, p. 251-260, 2007.

CAMELO, Rafael de Sous; MACKENZIE, Priscilla Albuquerque Tavares; SAIANI, Carlos César Santejo. Alimentação, nutrição e saúde em programas de transferência de renda: evidências para o programa bolsa família. **Revista Economia Selecta**. vol.10, n.4, p.685–713, Brasília (DF), dezembro 2009.

CAMPELO Tereza, NERI Marcelo (org). **O programa bolsa família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; WALTER, Maria Inez Machado Telles; SANTANA, Cora Maria Bender de; STEPHANOU, Michelle Conceição. Percepções sobre o programa bolsa família na sociedade brasileira. **Revista Opinião Pública**. vol.15, nº2, p. 333-355, 2009.

CAVALCANTI, Daniella Medeiros; COSTA, Edward Martins; SILVA, Jorge Luiz Mariano da. Programa bolsa família e o nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006. **Revista de Economia Contemporânea**. vol.17, n.1, p. 99-128. 2013.

CUNHA, Rosani Evangelista da; PINTO, Bruno Henrique Benfica da Câmara. O programa bolsa família como estratégia para redução da pobreza e os processos de cooperação e coordenação intergovernamental para sua implementação. **Anais do XIII Congresso Internacional Del CLAD Sobre la Reforma Del Estado Y de La Administración Pública**. Buenos Aires, Argentina, 4 - 7 nov., 2008. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/seges/clad/documentos/cunha.pdf>>. Acesso em: 09 de outubro, 2014.

DECRETO Nº 8.232, DE 30 DE ABRIL DE 2014. **Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria**. Brasília, 30 de abril de 2014.

DUARTE, Gisléia Benini; NETO, Raul da Mota Silveira. Avaliando o impacto do programa bolsa família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil. **Anais do Encontro Nacional de Economia**, 36, 2008, Niterói. Niterói: ANPEC, 2008.

DUARTE, Gisléia Benini; SAMPAIO, Breno; SAMPAIO, Yony. Programa bolsa família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. vol.47, n.4, p. 903-918, 2009.

FAGNANI, Eduardo. Piso de proteção social: o debate internacional e a experiência brasileira. **Texto Para Discussão**. Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas, nº 203, p.02-56, abril. 2012.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GIAMBIAGI, Fabio. **Brasil, raízes do atraso: paternalismo X produtividade**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2007.

GIAMBIAGI, Fabio. Necessidades de financiamento do setor público. **Texto para Discussão nº 53**. Rio de Janeiro, março 1997. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/Td/Td-53.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/Td/Td-53.pdf)>. Acesso em 01.08.2013.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. In: **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GLEWWE, Paul; KASSOUF, Ana Lucia. O impacto do programa bolsa família no total de matrículas do ensino fundamental, taxas de abandono e aprovação. In: SILVA, F. S. (Org.). **I Prêmio e I Mostra Nacional de estudos sobre o Programa Bolsa Família**. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social, p. 41-56, 2008. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org>>. Acesso em: 09 nov. 2011.

GOMES, Gustavo Maia. A economia sem produção do semi-árido nordestino. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.) **Brasil 500 anos: futuro, presente e passado**. Rio de Janeiro: J.Olympio, 2000.

GRUBER, Jonathan. **Public finance and public policy**. New York: Macmillan, 2011.

HOFFMANN, Rodolfo. Transferências de renda e desigualdade no Brasil: (1995-2011). In: **Programa bolsa família: uma década de inclusão social e cidadania**. Brasília: IPEA, p. 207-216. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. vol.03, Série Brasil: o estado de uma nação. Brasília: IPEA, 2009.

**INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEADATA**. 2007. Disponível em:< <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 01 de agosto, 2013.

JORGE, Marco Antonio. Resultados das estimações. In: **Economia do trabalho: diferenciais compensatórios de salário e taxas de homicídio no Brasil**. São Cristóvão: EDUFS, 2011.

JORGE, Marco Antonio; MELO, Sirley Maclaine Graça O impacto do programa bolsa família no PIB dos municípios da região do baixo São Francisco sergipano (2008-2011). **Anais do 10º Congresso Brasileiro de Sistemas**. Ribeirão Preto\SP, 28 a 30 de outubro de 2014.

LANDIM JUNIOR, Paulo Henrique. **Os efeitos do programa bolsa família sobre a economia dos municípios brasileiros**. INSPER - Instituto de Ensino e Pesquisa. São Paulo, agosto 2009.

LAVINAS, Lena. Bolsa família: a reforma insensata da oposição. **Jornal Valor Econômico**. São Paulo, 25 de Junho, 2010.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. ed.6ª. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCOS, Rafael Perez; AZZONI, Carlos Roberto; GUILHOTO, Joaquim José Martins. **Decomposição da queda na desigualdade de renda no Brasil: uma análise via matriz de contabilidade social para os anos de 2004 e 2009.** Núcleo de Economia Regional e Urbana da universidade de São Paulo. Maio, 2014.

MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabricio; CAMPELO, Guaracyane. Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil? **Revista Brasileira de Economia.** vol.65, nº3, p. 267-288. 2011.

MARQUES, Rosa Maria. Políticas de transferência de renda no Brasil e na Argentina. **Revista de Economia Política.** São Paulo, vol.33, nº2, p. 298-314, abril-junho 2013.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia:** os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MEDEIROS, Ana Katarine Nunes de; BARRANCOS, Jacqueline E. **O papel social da previdência na economia dos municípios paraibanos.** Curso De Especialização Em Gestão Pública Municipal. Universidade Aberta do Brasil. Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, 2011.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. **Revista Novos Estudos - CEBRAP.** vol.0, nº 79, p. 5-21, novembro, 2007.

MENDES JÚNIOR, Biágio de Oliveira. **Impactos do programa bolsa família na área de atuação do BNB e no Brasil.** Informe Setorial Indústria e Serviços. Fortaleza, ano 4, nº3, 2010.

MESQUITA, Camile Sahb. **O programa bolsa família: uma análise de seu impacto e significado social.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Política Social. Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

MUSGRAVE, Richard A. **Finanças públicas.** Rio de Janeiro: ATLAS S/A, 1972.

NERI, Marcelo Côrtes. O programa bolsa família e a inclusão financeira. In: (Org) CAMPELO, Thereza; FALCÃO; Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da. **O Brasil sem miséria.** Brasília: MDS, 2014.

NERI, Marcelo Côrtes; VAZ, Fabio Monteiro; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELO Tereza, NERI Marcelo (org). **O programa bolsa família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: IPEA, 2013.

OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de; ANDRADE, Mônica Viegas; RESENDE, Anne Caroline Costa; et al. Primeiros resultados da análise da linha de base da pesquisa de avaliação de impacto do programa bolsa família. In: VAITSMAN, Jeni; OLIVEIRA, Luis Felipe Batista de; SOARES, Sergei S.D. O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho. **Texto Para Discussão 1378**. Rio de Janeiro, IPEA, maio de 2012.

OSORIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei S. D. O Brasil sem miséria e as mudanças no desenho do bolsa família. In: (Org) Campello, Thereza; FALCÃO; Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014.

PARKER, S.; SKOUFIAS, E. **The impact of progress on work, leisure and time allocation**. Washington, DC: IFPRI, 2000.

PAULICS, Verônica. Disseminação de experiências de gestão pública: o caso do programa de renda mínima no Brasil (1991-1997). **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. Fundação Getúlio Vargas. vol.34, p.5-23, janeiro de 2004.

PEREIRA, José Matias. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

PIRES, Daniane Christie Alves; LONGO, Luciene Aparecida Ferreira de Barros. A implantação do Bolsa-Família e sua relação com a pobreza nas regiões brasileiras no período de 2004 e 2006. **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. ABEP - Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Caxambu/MG, 29/9/2008 a 3/10/2008.

PIRES, Flávia Ferreira; REGO, Walquiria Domingues Leão. 10 anos de programa bolsa família: apresentação do dossiê. **Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho**. nº 38, pp. 13-19, abril de 2013.

PREVIDÊNCIA EM QUESTÃO. Benefícios previdenciários superam FPM em 60% dos municípios. **Informativo Eletrônico do Ministério da Previdência Social**, nº24, Brasília, 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Transferência de renda como fator preponderante na diminuição da desigualdade social no Brasil: os efeitos do Programa Bolsa Família**. 2009. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/4P.pdf>>. Acesso em: 25 de agosto, 2014.

REGO, Walquiria Domingues Leão; PINZANI, Alessandro. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso da Bolsa Família. **Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais**. nº38, p.21-42, abril de 2013.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do bolsa família**: autonomia, dinheiro e cidadania. ed.2ª. São Paulo: UNESP, 2014.

RIANI, Flávio. Economia do setor público: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 2002.

ROCHA, S. Transferências de renda federais: focalização e impactos sobre pobreza e desigualdade. **Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro. vol. 12, nº01, p. 67-96, 2008.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RUSSEL, T. B. **Reducing poverty intensity**: what alternative poverty measures reveal about the impact of Brazil's Bolsa Família. Chapel Hill: Chapel Hill University of North Carolina, 2013.

SACHS, Jeffrey. **O fim da pobreza**: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Patrícia Oliveira S. dos; PIRES, Flávia Ferreira. O programa bolsa família e a voz dos invisíveis: dinheiro autonomia, liberdade e cidadania. **Revista de Ciências Sociais**. nº40, p. 413-419, abril de 2014.

SARTORIS, Alexandre. **Estatística e introdução à econometria**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. **Impacto do Bolsa Família na saúde e na educação é destacado em comemoração dos dez anos do programa. 2013**. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/>>. Acesso em: 11 de outubro, 2014.

SILVA JUNIOR, Alonso Barros da; CORREIA, Fábio. Keynes e o bolsa família. **Jornal Tribuna Independente**. Maceió, 15 de agosto, 2013.

SILVA, Anderson Paulino da; BRANDÃO, André; DALT, Salete da. Educação e pobreza: o impacto das condicionalidades do programa bolsa família. **Revista Contemporânea de Educação**. Rio de Janeiro, vol. 4, nº8, p.296-313, 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YASBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Fabio Veras; RIBAS, Rafael Perez; OSORIO, Rafael Guerreiro. Avaliando o impacto do programa bolsa família: uma comparação com programas de transferência condicionada de renda de outros países. **IPCevaluationnote**. Número 1. International Policy Centre. Dezembro, 2007

SOARES, Fabio Veras; RIBAS, Rafael Perez; OSORIO, Rafael Guerreiro. Evaluating the impact of Brazil's bolsa família: cash transfer programs in comparative perspective. **Latin American Research Review**. vol. 45, nº02. 2010.

SOARES, Fabio Veras; SOARES, Sergei; MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael G. Programas de transferências de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. In: **XXXIV Encontro Nacional de Economia**. ANPEC, Salvador, 5 a 8 de dezembro de 2006.

SOARES, Luísa de Azevedo Senra. **Transferências de renda: modalidades e finalidades**. Março 2010. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.csil.pdf>>. Acesso em: 18 de agosto, 2014.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. Diagnóstico e desempenho recente do programa bolsa família. In: **Brasil em desenvolvimento: estado, planejamento e políticas públicas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 2009b.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. O programa bolsa família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. **Texto para Discussão nº 1424**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009a.

SOUSA, Rômulo Paes (ORG.). **Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: bolsa família e assistência social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – Brasília, DF: MDS. SAGI, 2007.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; OSORIO, Rafael Guerreiro. O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. p.139-155. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Da renda mínima à renda básica no Brasil. **Revista de Economia Mackenzie**. Ano 01, nº1, p. 65-88, 2003a.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Em direção à renda básica de cidadania. **Anais do XIII Congresso Internacional da BIEN, Basic Income Earth Network, na FEA-USP**. 30 de junho, 1º e 2 de julho de 2010.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Programa fome zero do presidente Lula e as perspectivas da renda básica de cidadania no Brasil. **Revista Saúde e Sociedade**. vol.12, nº1, p.61-71, jan-jun de 2003c.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda básica de cidadania: A saída é pela porta**. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda básica de cidadania: resposta dada pelo vento**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2006.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Renda básica: a resposta está sendo soprada pelo vento. **Revista de Economia Política**. vol. 23, nº 2, p.90, abril-junho/2003b.

TAVARES, Priscilla Albuquerque. Efeito do programa bolsa família sobre a oferta de trabalho das mães. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, vol. 19, nº03, (40), p. 613-635, dez. 2010.

TEIXEIRA, Clarissa Gondim. A heterogeneity analysis of the bolsa família programme effect on men and women's work supply. **Working Paper**. Number 61 March, 2010.

TEIXEIRA, Clarissa Gondim. Análise do impacto do programa bolsa família na oferta de trabalho dos homens e mulheres. **PNUD/IPC, 2008**. Disponível em: <<http://www.ipc.org/ds.do?action=search&optionValue=teixeira&search=Buscar>>. Acesso em: 11 de outubro, 2014.

TEIXEIRA, Clarissa Gondim. Qual o impacto das transferências de renda sobre a oferta de trabalho? Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo(CIP-CI). **Revista One Pager**. nº85, junho, 2009.

VAITSMAN, Jeni; SOUSA, Rômulo Paes (ORG.). **Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: Bolsa Família e Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – Brasília, DF: MDS. SAGI, 2007.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. Massachusetts: MIT Press, 2002.

## APÊNDICES

**Apêndice A – Tabelas compiladas a partir dos dados coletados durante a pesquisa referente ao período de 2004 a 2012, relacionados às variáveis coletadas com a média e desvio padrão**

**Tabela 14 – Dados Com as Variáveis Coletadas Com a Media e Desvio – 2004**

MUNICIPIOS	2004										
	Pop.	PIB a valores correntes	PIB Per capita	VALORES ADICIONADOS			COTA PARTE ICMS	ROY.	PREV. SOCIAL	VPBF	FPM
				AGRO.	IND.	SERV.					
Amparo de São Francisco	2331	7630000	3273273	647000	1384000	5197000	787506	56084	28813	223629	1777851
Aquidabã	19406	62806000	3236422	10354000	6334000	42566000	959863	89606	8687498	1598463	4486728
Aracaju	491898	4519181000	9187232	4138000	951906000	2991996000	57607577	16349585	301808887	11896194	64725411
Araúá	11124	34321000	3085311	6194000	2940000	23224000	853815	30082	2594801	571653	2991152
Areia Branca	17021	53621000	3150285	11221000	5645000	33590000	1087257	0,00	3847860	1276831	3738940
Barra dos Coqueiros	20413	137819000	6751531	3654000	62623000	63476000	2325599	2333730	274764	744883	4767915
Boquim	24790	81668000	3294393	4097000	7591000	63948000	1528739	0,00	8319101	1494267	5234516
Brejo Grande	7308	28333000	3876984	6191000	6403000	14412000	1129262	0,00	388058	438084	2243364
Campo do Brito	16075	49390000	3072473	4910000	6861000	34858000	896940	77930	8431113	976194	3738940
Canhoba	4017	12506000	3113269	1698000	1766000	8481000	791880	0,00	1437994	386563	2383957
Canindé de São Francisco	20977	1052424000	50170377	9883000	980994000	57809000	22646175	0,00	8215685	2086324	4486728
Capela	27243	83571000	3067614	11445000	9711000	57046000	1065435	0,00	8046598	2646742	5234516
Carira	18977	54687000	2881752	8063000	4857000	38918000	1119484	0,00	8127544	1413036	4486728
Carmópolis	10671	157588000	14767876	1519000	117726000	30859000	3923639	6754772	2313813	471266	2498134
Cedro de São João	5509	16473000	2990198	1749000	1572000	12440000	826624	0,00	488584	348629	2383957
Cristinápolis	15980	41974000	2626658	4293000	4359000	31312000	1332622	0,00	2452515	856360	3738940

Cumbe	3811	11626000	3050643	2032000	1102000	8011000	791234	56084	533636	548367	2243364
Divina Pastora	3585	60265000	16810321	1786000	46293000	11216000	1931640	0,00	76359	252182	2383957
Estancia	61636	620207000	10062415	11228000	273720000	227885000	15338775	95180	26226034	1977220	8225668
Feira Nova	5402	18098000	3350241	4202000	1637000	11210000	800212	0,00	129422	492974	2243364
Frei Paulo	12843	88011000	6852838	6240000	35021000	38090000	922230	0,00	5196107	824719	2991185
Gararu	11824	32343000	2735369	6939000	2674000	21278000	806233	66255	3573315	1552564	2991152
General Maynard	2529	9140000	3614077	300000	1281000	7364000	864648	75610	109642	52290	2195750
Graccho Cardoso	5695	17210000	3021949	3716000	1502000	11174000	791406	56084	430922	434551	2243364
Ilha das Flores	8874	25119000	2830629	4109000	2963000	16797000	863552	0,00	200609	356180	2650372
Indiaroba	13945	40600000	2911438	7978000	3662000	27087000	872825	0,00	708740	498905	3738940
Itabaiana	82957	373256000	4499391	21269000	40268000	270577000	3596204	0,00	27350780	3151710	9721244
Itabaianinha	37798	101970000	2697762	6931000	16184000	72932000	1465047	0,00	10045607	1813156	5982304
Itabi	5348	18298000	3421466	3809000	2637000	10652000	822235	56084	2306702	484699	2214890
Itaporanga d' Ajuda	28128	223113000	7932061	11054000	103488000	82556000	4547670	655918	6217257	2271632	5234516
Japaratinga	15352	181929000	11850508	13154000	122898000	41331000	5300809	6814454	6103453	735347	3738940
Japoatã	14288	92155000	6449818	19047000	28830000	35685000	844081	0,00	4040997	803670	3738940
Lagarto	89075	399063000	4480079	37478000	66951000	251446000	4057628	0,00	34611487	4484734	10469032
Laranjeiras	25928	557089000	21486000	12887000	215139000	240408000	16709424	0,00	4866117	930952	5234516
Macambira	6230	20093000	3225201	2148000	4247000	12897000	827125	56084	2421619	380751	2243364
Malhada dos Bois	3546	14202000	4005076	1135000	1425000	10478000	822807	56084	842483	188421	2243364
Malhador	12250	33407000	2727102	4979000	3119000	23873000	860317	0,00	3636453	767104	2989821
Maruim	15850	73839000	4658612	4565000	20690000	41748000	1767726	43336	5867283	845347	3738940
Moita Bonita	11541	30718000	2661641	4016000	3143000	22170000	844042	66255	5013450	758762	2991152
Monte Alegre de Sergipe	12612	33678000	2670314	6872000	3036000	21740000	852199	0,00	3544874	1199110	2991152
Muribeca	7316	24517000	3351148	2222000	2203000	18327000	809707	0,00	1323961	203215	2383957

Neópolis	20141	82916000	4116777	12684000	16828000	45835000	1400116	0,00	8236338	1313174	4486728
Nossa Senhora Aparecida	8123	23044000	2836883	4590000	2000000	15327000	814877	64751	3199157	856154	2650372
Nossa Senhora da Glória	28671	108863000	3796973	15076000	13581000	71264000	1311735	0,00	9394906	2384079	5773883
Nossa Senhora das Dores	23523	72126000	3066191	9061000	6627000	52095000	1038080	81755	8314104	1091895	4702370
Nossa Senhora de Lourdes	6718	17875000	2660762	3139000	1737000	12142000	816463	30742	2118431	494552	2204236
Nossa Senhora do Socorro	164569	635544000	3861869	3134000	175467000	371001000	11839029	0,00	9806977	4303742	23599226
Pacatuba	11554	66149000	5725203	15364000	15964000	29413000	2614055	93657	4262841	980062	2986734
Pedra Mole	2879	8585000	2981938	1080000	785000	6412000	784682	62129	951858	356615	2204746
Pedrinhas	8249	22242000	2696327	1402000	2475000	17241000	878096	0,00	647227	366917	2243364
Pinhão	5662	15909000	2809785	2746000	1427000	10903000	820578	0,00	1203898	292455	2243364
Pirambu	8495	31031000	3652855	3214000	4872000	21708000	1470878	0,00	1246780	499889	2381812
Poço Redondo	29032	65836000	2267705	9608000	6875000	46562000	885860	0,00	5440869	3659285	5562567
Poço Verde	21157	57924000	2737817	8181000	5111000	41760000	1222323	0,00	9885512	2511698	4702370
Porto da Folha	26787	73935000	2760108	11536000	8843000	49659000	1071270	109948	8190740	3174668	5437115
Propria	28562	166505000	5829599	5849000	45397000	97336000	1784038	0,00	18161072	1969610	5234516
Riachão do Dantas	20336	52307000	2572138	10451000	4527000	35107000	849763	0,00	6577122	1266802	4486728
Riachuelo	8740	82131000	9397140	5991000	41013000	27490000	2532414	0,00	283433	265537	2650372
Ribeirópolis	16161	55969000	3463214	4493000	10393000	36994000	1037521	62344	7292161	1179775	3753295
Rosário do Catete	7853	133345000	16980135	1744000	70949000	42936000	12707393	0,00	1626759	273908	2498134
Salgado	19984	56962000	2850380	5926000	8060000	40364000	930662	0,00	6364204	1202221	4486728
Santa Luzia do Itanhý	14503	40203000	2772047	9383000	3323000	25276000	807181	76426	146176	692653	3738940
Santa Rosa de Lima	3714	19176000	5163166	2649000	1028000	8418000	828319	0,00	144733	243596	2243364
Santana do São Francisco	6289	12680000	2016219	3776000	1730000	12747000	791934	0,00	161274	351021	2243364
Santo Amaro das Brotas	10694	38113000	3563961	7992000	5927000	22321000	1121254	490235	3925550	756464	2991152
São Cristóvão	73415	251090000	3420146	12889000	66021000	155153000	1947866	0,00	9280822	2152325	8783000

São Domingos	10034	37033000	3690751	3030000	9273000	21509000	1004220	0,00	1837648	389340	2243364
São Francisco	2691	8851000	3289112	1476000	784000	6202000	789325	56084	498483	208626	2243364
São Miguel do Aleixo	3609	11258000	3119424	1797000	944000	7967000	773404	0,00	132602	449738	2258683
Simão Dias	39182	128113000	3269690	21573000	16277000	81695000	1619459	75717	16496727	2552098	6730092
Siriri	7231	52958000	7323745	3792000	31077000	16275000	1715097	0,00	1636996	404047	2243364
Telha	2860	10389000	3632517	2289000	1127000	6409000	793144	56084	135725	227493	1780542
Tobias Barreto	46043	136281000	2959864	8543000	17094000	100152000	1663998	0,00	17781780	3922160	7477880
Tomar do Geru	13641	30927000	2267209	3621000	3069000	23165000	877198	0,00	4362752	1077819	3232879
Umbaúba	21391	67222000	3142537	2966000	6734000	52241000	1163544	74524	5292535	817413	4486728
TOTAL	1934596	12167430000	396595928	511197000	3784124000	6658143000	229697967	35123610	695879127	96125511	363726398
MEDIA	25795	162232400	5287946	6815960	50454987	88775240	3062640	468315	9278388	1281673	4849685
DESVIO PADRAO	59636	537419348	6397281	5979138	160261758	346247326	7470525	2172195	34842852	1610763	7599030

Fonte: Dados do Estudo (2015)

Tabela 15 – Dados Com as Variáveis Coletadas Com a Media e Desvio – 2005

MUNICIPIOS	2005										
	Pop.	PIB a valores correntes	PIB Per capita	VALORES ADICIONADOS			COTA PARTE ICMS	ROY.	PREV. SOCIAL	VPBF	FPM
				AGRO.	IND.	SERV.					
Amparo de São Francisco	2364	8910000	3769036	690000	1553000	6197000	887820	85442	31621	288720	2245649
Aquidabã	19640	66806000	3401527	10830000	6404000	46018000	1070388	112175	9879159	2008120	5521600
Aracaju	498619	5197568000	10423927	4238000	1066419000	3384865000	62517250	20014799	327351414	15300244	83281312
Araúá	11092	41158000	3710602	9485000	3144000	26178000	954528	75039	2863154	738128	3681067
Areia Branca	17507	64522000	3685497	15622000	5758000	39256000	1210191	132801	4175747	1461265	5513220
Barra dos Coqueiros	20990	180831000	8615102	2770000	88090000	78558000	2929856	2322741	276456	1363919	5521600
Boquim	24923	96111000	3856317	7198000	8062000	73483000	1526474	126629	9653150	1547934	6441867
Brejo Grande	7353	28427000	3866041	5078000	6668000	15634000	1165926	1186556	452321	564003	2760800
Campo do Brito	16275	54055000	3321352	4103000	7166000	40075000	1038750	78478	9291379	1037334	4601333
Canhoba	4029	13862000	3440556	1909000	2026000	9233000	879737	64468	1654883	411946	2760800
Canindé de São Francisco	21689	885008000	40804463	10999000	805175000	64940000	17309602	113865	9120746	2057056	5523717
Capela	27403	93860000	3425172	12226000	10734000	65366000	1074309	812287	8809654	3196578	6441867
Carira	19244	58625000	3046404	8232000	4928000	42324000	1211553	86323	9054860	1584416	5521600
Carmópolis	10962	207892000	18964787	1220000	164648000	35642000	5680432	9127126	2584182	674629	3675846
Cedro de São João	5538	18055000	3260202	1776000	1642000	13886000	906123	67819	631502	558675	2760800
Cristinápolis	16358	49970000	3054774	6912000	4630000	35885000	1266982	90594	2815146	906564	4601333
Cumbe	3847	12681000	3296335	2174000	1130000	8939000	874630	47771	395583	540158	2760800
Divina Pastora	3655	93291000	25524213	2035000	75799000	13783000	2705185	3028126	123856	293962	2620207
Estancia	62218	624245000	10033190	11480000	264593000	236087000	17095419	181076	29325569	2683318	11034820
Feira Nova	5476	20399000	3725164	4983000	1725000	12610000	883533	64292	99648	569992	2760800
Frei Paulo	13035	92997000	7134407	6370000	34852000	40984000	1052099	84579	5984045	1018598	3681067
Gararu	11926	36829000	3088127	8573000	2668000	24076000	887140	82966	4055552	1553039	3681067
General Maynard	2558	9651000	3772869	345000	1703000	7186000	933837	96792	119636	86795	2760800
Graccho Cardoso	5734	18150000	3165330	4094000	1504000	11762000	879003	88287	545586	509133	2760800
Ilha das Flores	9005	25695000	2853415	3478000	3039000	17978000	957159	101077	176812	425020	2990533
Indiaroba	14120	44722000	3167280	8028000	3588000	31375000	975529	88992	747067	708722	4598510
Itabaiana	84315	423090000	5017968	15951000	44389000	311928000	3330667	225165	32894192	3143638	12875353
Itabaianinha	38317	118440000	3091056	11001000	16768000	83727000	1634063	295743	11434710	2630871	8274422

Itabi	5387	20660000	3835159	4487000	2924000	11915000	933598	79330	2656174	479385	2717664
Itaporanga d' Ajuda	28714	226228000	7878665	11130000	105273000	87898000	5926363	2169786	6851508	2387376	6441886
Japaratuba	15528	253381000	16317684	12540000	189131000	47012000	7418538	9267965	6625196	1260467	4601333
Japoatã	14568	83842000	5755217	15335000	25256000	36526000	901304	113497	4517103	1113435	4598510
Lagarto	90345	402170000	4451492	33845000	64656000	260129000	4729595	0,00	39087304	8333620	12887525
Laranjeiras	26452	596609000	22554400	13268000	235785000	255065000	20110043	117807	5266690	1858933	6441867
Macambira	6325	20476000	3237312	1951000	2939000	14740000	886761	64292	2865673	568876	2760800
Malhada dos Bois	3620	16477000	4551657	1148000	1604000	12343000	904984	61458	220409	178837	2760800
Malhador	12420	34723000	2795733	3460000	3309000	26804000	959026	102716	4145820	1112227	3681067
Maruim	15937	81145000	5091611	6245000	21475000	46761000	1956809	1458401	6402911	1129964	4601333
Moita Bonita	11714	31677000	2704200	3024000	3139000	24241000	963006	80400	5768157	894147	3681067
Monte Alegre de Sergipe	12839	40349000	3142690	8045000	3123000	27063000	957102	90346	3911818	1318690	3681067
Muribeca	7364	26514000	3600489	1786000	2425000	20357000	896645	39211	1282510	513224	2620207
Neópolis	20483	84806000	4140311	9171000	17215000	51118000	1785776	111460	8929188	1511080	5521600
Nossa Senhora Aparecida	8088	24759000	3061202	4841000	1979000	16875000	888089	75039	3727424	843389	2990533
Nossa Senhora da Gloria	29060	134606000	4632003	19396000	18997000	83996000	1424729	0,00	10639225	2503785	6614085
Nossa Senhora das Dores	23817	81282000	3412772	9742000	6979000	59698000	1152707	116897	9611270	1880944	5708197
Nossa Senhora de Lourdes	6872	20466000	2978172	3464000	1794000	14390000	884103	64292	2482909	497740	2760800
Nossa Senhora do Socorro	171841	730242000	4249521	3272000	202668000	420919000	14964434	423211	10453633	6767968	30121996
Pacatuba	11559	74063000	6407388	12491000	26570000	30241000	3026098	811441	4723785	1286776	3681067
Pedra Mole	2934	9443000	3218473	1066000	826000	7276000	865310	93449	1063929	332521	2490413
Pedrinhas	8319	25882000	3111191	2124000	2967000	19547000	961313	76155	599434	531710	2760800
Pinhão	5754	17845000	3101321	2665000	1516000	12840000	920430	67847	313520	358564	2760800
Pirambu	8769	36211000	4129433	2996000	7141000	24793000	1609684	0,00	1430437	670922	2620207
Poço Redondo	29698	79968000	2692707	14107000	7102000	55370000	975599	0,00	6256900	3803673	6441867
Poço Verde	21418	66025000	3082687	9367000	5246000	48314000	1504644	120163	11108406	2681816	5708197
Porto da Folha	27035	89267000	3301905	16296000	9629000	58606000	1134338	144362	9383112	3184762	6614085
Propria	28822	171069000	5935362	4846000	46093000	100585000	2261772	142925	21491617	2216647	6441867
Riachão do Dantas	20587	62539000	3037791	11533000	4731000	44057000	933648	129934	7258331	1987939	5521600
Riachuelo	8829	84350000	9553743	5193000	44792000	27072000	2928148	606565	413659	449309	2990533
Ribeirópolis	16320	63757000	3906679	4543000	11746000	43008000	1184751	99038	8341916	1249864	4601333
Rosário do Catete	8019	152015000	18956852	2365000	88706000	45417000	14014166	4676252	1693350	341215	2990533
Salgado	20229	63989000	3163231	7834000	8499000	44683000	1009059	131978	7026795	1438939	5521600

Santa Luzia do Itanhy	14921	45088000	3021781	9323000	3383000	30277000	889418	88992	134367	768121	4598510
Santa Rosa de Lima	6323	13429000	2123834	2361000	1079000	9504000	891316	64292	124649	245612	2760800
Santana do São Francisco	3740	19410000	5189840	2859000	1745000	14111000	881275	67249	198268	585752	2760800
Santo Amaro das Brotas	10699	38477000	3596317	5945000	6996000	24040000	1138470	1037382	4341110	1018425	3681067
São Cristovão	75353	275501000	3656138	18180000	66249000	172135000	2222375	1190476	10442760	3356927	11955087
São Domingos	10205	37156000	3640960	2390000	8302000	23858000	1319186	77768	2293063	835176	2761000
São Francisco	2726	9831000	3606383	1578000	836000	6953000	873016	88028	169672	294701	2760800
São Miguel do Aleixo	3644	12706000	3486828	2082000	1009000	9066000	879547	50480	275024	498708	2760800
Simão Dias	39706	133571000	3364000	17996000	16641000	90436000	1803050	167054	18446346	3053092	8282400
Siriri	7301	69737000	9551705	4209000	43382000	19850000	2126242	2415544	1857919	580909	2760800
Telha	2909	10490000	3606050	1664000	1233000	7148000	894299	61178	169974	303503	2760800
Tobias Barreto	46677	155700000	3335690	9140000	17912000	116764000	1788888	173211	20483630	4639172	9202667
Tomar do Geru	13819	36585000	2647442	5352000	3064000	26923000	919790	88992	4812745	1492945	4595974
Umbaúba	21910	77071000	3517618	4521000	6974000	59436000	1215559	137645	5965194	1742451	5521758
TOTAL	1967791	13427437000	430848759	532976000	3993845000	7468135000	253653188	66126512	770812465	122967015	455154095
MEDIA	26237	179032493	5744650	7106347	53251267	99575133	3382043	881687	10277500	1639560	6068721
DESVIO PADRAO	60623	610341892	6115127	5785186	158422470	391413947	8006753	2768136	37847536	2134224	9800264

Fonte: Dados do Estudo (2015)

Tabela 16 – Dados Com as Variáveis Coletadas Com a Media e Desvio – 2006

MUNICIPIOS	2006										
	Pop.	PIB a valores correntes	PIB Per capita	VALORES ADICIONADOS			COTA PARTE ICMS	ROY.	PREV. SOCIAL	VPBF	FPM
				AGRO.	IND.	SERV.					
Amparo de São Francisco	2397	10661377	4447800	727867	1760709	7590128	1005195	122445	36070	275206	2469856
Aquidabã	19873	76335271	3841155	11131254	6400128	54797782	1176332	125536	11582181	2108445	6092831
Aracaju	505286	5633122095	11148383	5554546	1012985445	3802989180	69665176	20642557	359323397	18537742	80046893
Araúá	11061	48261339	4363199	11088776	3313984	31145195	1133329	89483	3254324	1207379	4061887
Areia Branca	17989	70022515	3892518	15061541	6067535	45055094	1263978	156109	4730244	1544009	6089910
Barra dos Coqueiros	21562	215286725	9984543	5035731	111604538	87115724	2628278	2874878	595644	1568143	6092831
Boquim	25055	115118801	4594644	10467111	10790218	84402543	1604768	142494	11451289	2177648	7108302
Brejo Grande	7398	34129986	4613407	7452895	6306857	19002760	1258919	1144236	414934	866995	3046415
Campo do Brito	16472	60265023	3658634	4613435	7506168	44980400	1230920	18639	10517194	1759286	5077359
Canhoba	4040	16448248	4071349	2019865	2191213	11460403	997379	75925	1923993	449682	3046415
Canindé de São Francisco	22396	782140389	34923218	13534683	684173017	78955646	28966101	1002071	10025059	2082863	6096249
Capela	27562	116687875	4233650	18281493	11765030	78926685	4955514	258718	10020119	3200491	7108302
Carira	19508	69489121	3562083	8956121	5498612	51196305	1244871	128077	10248297	1789551	6092831
Carmopolis	11252	293479741	26082451	1744827	238072796	43912875	5091783	20425382	2956499	655047	4060099
Cedro de São João	5567	20031324	3598226	1953686	1689829	15451861	1042495	76836	640282	563293	3046415
Cristinápolis	16734	57029294	3407989	8983257	4727923	40348284	1347309	165602	3198998	1489614	5077358
Cumbe	3883	15049935	3875852	3040982	1054171	10338516	987715	113149	288760	470817	3046415
Divina Pastora	3725	126179205	33873612	2207981	107651572	14384447	2592743	4543368	97136	325406	3046415
Estância	62796	749289548	11932122	15218575	294640170	309540280	16674454	220856	32940058	4384766	12182741
Feira Nova	5549	23842734	4296762	6005643	1838710	14742681	999151	75926	123127	578987	3046415
Frei Paulo	13226	132486597	10017133	6666337	54859241	53016278	1181642	128892	6926522	1150142	4061887
Gararu	12027	44358745	3688263	11089209	2826562	28553198	996449	91246	4721431	1496510	4061887
General Maynard	2586	11489242	4442862	400130	2344855	8397643	1033438	123066	75580	183773	3046415
Graccho Cardoso	5773	21836946	3782599	5610123	1628245	13606293	998044	103345	629775	611769	3046415
Ilha das Flores	9135	31248057	3420696	5162918	3011446	21528410	1071501	139076	246354	703535	3200612
Indiaroba	14294	56541639	3955620	11034873	3958855	39137414	1035900	154477	647232	1349377	5076089
Itabaiana	85664	490714592	5728364	18842356	48715242	362139066	2970346	301516	39251159	4740107	14213685
Itabaianinha	38831	136363133	3511708	14732753	17661905	95620278	1749451	162431	13148506	3681227	9136326
Itabi	5425	24197823	4460428	5201842	3311519	14107472	1043890	124210	3081404	558205	2999871

Itaporanga d' Ajuda	29294	279687170	9547592	14465782	126880247	108712382	6490012	2700109	7757143	2515527	7108302
Japarutuba	15703	330066426	21019323	16555746	254691921	53132689	6254141	10908869	7647402	1399511	5077362
Japoatã	14846	87903972	5921054	15817605	23289015	42161062	1217148	163584	5083974	1394040	5076089
Lagarto	91605	464242003	5067868	43635010	75365425	295034486	4912300	483716	45065891	8623367	14223122
Laranjeiras	26972	671694962	24903417	15212189	243759497	304271274	26096682	141036	5787679	2220673	7108302
Macambira	6418	21055453	3280688	2061616	1811593	16219614	999621	75926	3324411	674167	3046415
Malhada dos Bois	3694	18199155	4926680	1171182	1570835	13957764	1020820	80113	92493	251998	3046415
Malhador	12589	39723352	3155402	4526951	3671123	29968893	1109386	131657	4903455	1329771	4061887
Maruim	16024	98097841	6121932	7196378	30444303	53545143	2309870	1561890	7114080	1443794	5077358
Moita Bonita	11886	37026067	3115099	3583929	3252217	28558137	1070919	91246	6872415	1033946	4061887
Monte Alegre de Sergipe	13064	48333333	3699735	10243686	3197725	32226776	1066365	86230	4522033	1473287	4061887
Muribeca	7411	30040070	4053444	1963815	2638149	23166233	1023914	97625	484347	755685	3046415
Neópolis	20823	95651065	4593530	9836184	18273292	59012138	2238592	125411	10005400	1832542	6092831
Nossa Senhora Aparecida	8054	29127966	3616584	4964656	2178988	20795030	994490	89483	4469173	896664	3200612
Nossa Senhora da Glória	29447	157000906	5331643	24173735	20768075	98569135	1574235	0	12647856	2717700	7200439
Nossa Senhora das Dores	24109	97441850	4041721	12208669	7564571	71387958	1336912	140731	11276911	2443501	7105970
Nossa Senhora de Lourdes	7024	23423740	3334815	4142825	1812260	16489407	989586	70577	2909974	685066	3046415
Nossa Senhora do Socorro	179060	839129688	4686305	4057988	234211240	481224112	16093482	605319	11070941	9449081	31806611
Pacatuba	11563	97039930	8392280	18729946	33630898	37352852	2221115	917080	5311960	1500114	4061887
Pedra Mole	2989	10943258	3661177	1061207	874890	8635374	982382	102740	1211262	297158	3182584
Pedrinhas	8389	30407089	3624638	3119886	2942870	22785781	1071803	125530	477692	837232	3046415
Pinhão	5846	20120191	3441702	2882851	1588985	14724413	1024355	91864	297477	466087	3046415
Pirambu	9041	39459603	4364518	4137572	7322672	26322953	1636646	14339440	1503669	762518	3046415
Poço Redondo	30358	97285542	3204610	18283216	7311122	67420022	1113544	146276	7237538	3925596	7108302
Poço Verde	21678	75441368	3480089	10210518	5451861	56062556	1427296	189780	12920381	2755715	6200483
Porto da Folha	27281	107960404	3957348	20276291	11391979	70355420	1158276	53529	11092726	3370213	7200476
Propria	29081	196260529	6748754	6935823	52542738	113833189	2889728	152672	25038209	2713936	7144887
Riachão do Dantas	20835	73165886	3511682	14644863	4807856	50954966	1045243	0	8104885	2287702	6092831
Riachuelo	8918	102717120	11517955	6488667	54637032	33378560	3483141	727176	1095503	679371	3200612
Ribeirópolis	16479	73116171	4436930	4986773	13174370	49573854	1319666	108328	9821459	1605515	5077359
Rosário do Catete	8183	186706295	22816363	4082301	111713136	54257735	13022184	4459377	1916741	558310	3200612
Salgado	20472	72830317	3557557	11178204	8063291	49801222	1143482	137875	7949770	1902241	6092831
Santa Luzia do Itanhy	15336	54572831	3558479	13169619	3468694	35206095	1021986	0	234782	1378498	5076089

Santa Rosa de Lima	6357	15547467	2445724	2883227	1137108	10879677	1006333	75926	135673	417634	3046416
Santana do São Francisco	3766	22858934	6069818	3159318	1859719	16765052	999311	36369	183682	719200	3046415
Santo Amaro das Brotas	10704	47559290	4443132	8643337	8551339	28404395	1202427	1178197	4927357	1076120	4061887
São Cristovão	77278	315919071	4088085	18153647	69437025	204527805	2971075	1309478	11942567	4273268	13198213
São Domingos	10375	42607859	4106782	3163401	8985799	27463132	1586478	17803	2863706	1070738	4058463
São Francisco	2761	11550535	4183461	1718077	888212	8381097	982799	75926	197340	363111	3046415
São Miguel do Aleixo	3680	14179435	3853107	2257491	1027164	10242157	1000119	79436	301553	471379	3046415
Simão Dias	40225	157177363	3907455	20166514	18440697	107964799	1882091	178982	21204212	4348983	9139246
Siriri	7370	88468155	12003820	4859161	59356248	21561318	2065709	2806163	2108369	739356	3046420
Telha	2958	12602384	4260441	2105123	1292725	8655896	992048	76150	110506	322782	3046415
Tobias Barreto	47307	178145765	3765738	9873574	18761843	135268186	1973060	196837	24117251	5012719	10154718
Tomar do Geru	13994	44040307	3147085	7080733	3225274	32161396	1041069	0,00	5306436	1835614	5075523
Umbaúba	22425	85633921	3818681	6581410	7175177	64868270	1336257	182742	6891094	2265936	6092829
TOTAL	2000738	15124269359	498193514	658471506	4232797695	8598683246	288345169	99049745	868634944	149607374	491065025
MEDIA	26676	201656924	6642580	8779620	56437303	114649110	3844602	1320663	11581799	1994765	6547534
DESVIO PADRAO	61608	660571291	6667237	7126263	149845468	440147990	9209940	3876185	41604634	2566785	9507743

Fonte: Dados do Estudo (2015)

Tabela 17 – Dados Com as Variáveis Coletadas Com a Media e Desvio – 2007

MUNICIPIOS	2007										
	Pop.	PIB a valores correntes	PIB Per capita	VALORES ADICIONADOS			COTA PARTE ICMS	ROY.	PREV. SOCIAL	VBF	FPM
				AGRO.	IND.	SERV.					
Amparo de São Francisco	2197	10907589	4964765	654827	1588581	8235825	1061539	0,00	73633	260465	2882474
Aquidabã	19201	86428341	4501242	13787019	9086535	59551807	1219190	120453	13270880	2264295	7148221
Aracaju	520207	6268971535	12050917	5291407	1025564733	4396234685	62679141	18340437	386938719	19623396	79311516
Araúá	11649	49607708	4258538	9207781	3853968	34424551	1180634	85728	3644670	1435104	4765481
Areia Branca	16072	70982958	4416560	12977911	6417798	48715102	1269739	142682	5354261	1650024	7148221
Barra dos Coqueiros	19218	195631768	10179611	4439068	92125348	86683269	1851194	2598375	980727	1747209	7148221
Boquim	24478	121869659	4978743	7145014	14547915	91186491	1609591	137002	13133515	2601678	8339591
Brejo Grande	7764	36253270	4669406	7656275	6401513	21189491	1160536	986869	507576	1065337	3574111
Campo do Brito	16176	65861880	4071580	4653502	8264008	49977152	1326730	45578	11393515	2086556	5956851
Canhoba	3878	16845323	4343817	2431150	1941980	11928127	1039272	72436	2157429	470376	3574110
Canindé de São Francisco	21813	892020031	40893964	17089425	769812952	99735273	37850394	9916811	11262613	2253466	7330666
Capela	27907	131936273	4727713	17263163	15364512	92426571	8746664	5927057	11353112	3460705	8351041
Carira	18965	80751066	4257900	10406460	6604127	60048070	1249731	118825	11366077	2077604	7029473
Carmópolis	11899	334435796	28106210	1755585	262793997	52148069	3683599	21884054	3271176	741731	4765481
Cedro de São João	5358	22782176	4251993	2259688	1895186	17749701	1074372	72435	665306	571491	3574107
Cristinápolis	15861	60339760	3804285	7858522	5237609	44832220	1332588	103789	3686844	1813055	5956851
Cumbe	3741	16637309	4447289	3521271	1190204	11429412	1030031	72436	225112	469029	3574111
Divina Pastora	4198	110991943	26439243	2216783	90965900	15539623	2021779	4118719	116076	369832	3574108
Estancia	61368	846863211	13799752	15917507	345167265	348109906	14952378	2322670	35425047	5171917	14296442
Feira Nova	5674	26769651	4717950	7368918	1981962	16488636	1043512	66993	290247	671753	3564652
Frei Paulo	12590	155437010	12346069	7999280	65210930	60476714	1463251	87356	7813012	1360008	4765481
Gararu	11606	47134739	4061239	13307491	3156813	29297457	941148	70019	5347362	1498589	4451295
General Maynard	2785	12966724	4655915	399550	2503040	9760420	1042473	125295	90267	204334	3574111
Graccho Cardoso	5521	24308332	4402886	7024840	1798893	14751561	1031577	451079	678930	740094	3574111
Ilha das Flores	8598	32931591	3830145	4976297	3168597	23629618	1087720	0,00	411150	974821	3629941
Indiaroba	17043	63280964	3713018	10617105	4875158	45545899	1071106	2239001	1161944	1755876	5956578
Itabaiana	83167	559582441	6728419	22457938	53349623	421411100	3971948	276801	44479676	5804241	16679183
Itabaianinha	37431	145984875	3900106	11238644	20075008	107081066	1915427	253573	14920298	4371755	10722332

Itabi	4736	23788860	5022986	5310267	2959575	14444025	1075059	121057	3482818	640815	3499857
Itaporanga d' Ajuda	28122	339552025	12074249	14843740	163763828	129695477	6133005	4608970	8896263	2590947	8339591
Japaratinga	15473	313365080	20252380	13550338	237432317	55917394	4157245	10518262	8967833	1571814	5956970
Japoatã	13583	80828000	5950674	21517748	12569151	42253266	1894036	102277	5756494	1501923	5956851
Lagarto	88989	527089228	5923083	49288684	85125189	344411528	4550321	472141	50275029	9707519	16685555
Laranjeiras	23923	856334656	35795454	10826659	352464445	361160442	28043889	135382	6238654	2500510	8339591
Macambira	6326	23552019	3723051	2215992	2043449	18479979	1060521	72475	3680054	744954	3564557
Malhada dos Bois	3687	22153873	6008645	1379669	2633184	16345535	1064348	78555	121223	328276	3574111
Malhador	11728	43062709	3671786	5277354	4003393	32323212	1077531	97703	5554581	1451421	4763247
Maruim	15150	120411651	7947964	6455994	41964731	62817258	2482278	1445792	7492159	1652187	5955557
Moita Bonita	10910	39817511	3649634	4106068	3502932	30818956	1092330	136752	7746165	1176132	4887561
Monte Alegre de Sergipe	13189	52467541	3978129	12080934	3896317	34928887	1080455	87798	5221328	1603647	4765481
Muribeca	7196	29646369	4119840	2894886	3790433	21853152	1066380	120670	290904	864644	3665333
Neópolis	18829	106797415	5671964	15685319	18768729	63992021	2057602	117676	11015671	2085973	7146724
Nossa Senhora Aparecida	8517	37862731	4445548	8441429	2782972	25315962	1025915	85728	5193981	1048612	3629941
Nossa Senhora da Glória	29545	191081298	6467467	30513096	29133989	116412704	1617790	0,00	14696313	3104265	8525877
Nossa Senhora das Dores	23815	107034625	4494421	12810286	8586467	79828503	1399677	135266	13077003	2772563	8339591
Nossa Senhora de Lourdes	6296	25895793	4113055	4414447	2019158	18614298	1025206	72435	3331588	759710	3574111
Nossa Senhora do Socorro	148325	949277825	6399985	4030643	250888820	557716377	14644596	5033059	11689647	10733879	36487394
Pacatuba	12373	94391981	7628868	19257878	28626792	39529125	1915948	791182	6025362	1712190	4765481
Pedra Mole	2779	12140689	4368726	1218503	995706	9648435	1019084	0,00	1351420	288001	3574111
Pedrinhas	8389	31905710	3803279	2285721	3270511	25102823	1096953	72491	542053	1002758	3574111
Pinhão	5587	22618799	4048469	3126139	1816865	16919527	1048550	92939	421287	537696	3574111
Pirambu	8211	43966037	5354529	4153529	10977786	27607589	1416099	4498416	1092887	802705	3574243
Poço Redondo	28962	110211328	3805377	22582650	8425787	75739917	1159636	137002	8438180	3961737	8339591
Poço Verde	21083	84646161	4014901	13089650	6267000	61878463	1317419	193244	14596237	2982754	7173070
Porto da Folha	26509	116426977	4391979	24269529	11042413	76746682	1155141	129304	12832555	3546610	8343373
Propria	27487	219633858	7990463	7976875	52398211	135014817	3136799	137002	27388071	2827138	8339591
Riachão do Dantas	19034	72028437	3784199	12435601	5337549	52451709	1091003	72353	8976985	2634645	7148221
Riachuelo	9085	103409566	11382451	4589585	53189065	36666923	3483485	697732	1853600	837893	3620238
Ribeirópolis	15673	79474899	5070816	5588534	14691184	53402235	1438493	106744	11110621	1742050	5956851
Rosário do Catete	8518	254935444	29929026	2883261	158755948	65074558	10538009	0,00	2088402	675620	3669234
Salgado	18572	72099995	3882188	9125797	8076486	51957319	1193374	120453	8949630	2140024	7148221

Santa Luzia do Itanhy	13097	56056059	4280069	12287317	3878606	37641876	1057170	2200802	499448	1775082	5956851
Santa Rosa de Lima	3846	17894531	4652764	2680854	1326528	13154390	1059150	72436	193966	504710	3574111
Santana do São Francisco	6596	24637810	3735265	4194020	2061659	17678365	1041741	76364	310621	820515	3574111
Santo Amaro das Brotas	11652	54088545	4641997	7775883	11744624	32738984	1169003	3128576	5242282	1154606	4765481
São Cristovão	71931	346180546	4812675	17089493	76592361	226718548	3254223	1315360	13345610	4905846	15487812
São Domingos	10079	46794834	4642805	3962103	9233966	30759981	1479407	71613	3380626	1240244	4887183
São Francisco	2874	12348498	4296624	1841153	984060	9176640	1023745	72435	288747	379617	3574111
São Miguel do Aleixo	3658	15929088	4354589	2414922	1882466	10984776	1033548	75577	314508	498545	3574111
Simão Dias	37141	183498436	4940590	29156916	21821593	121330416	1824494	186096	23606869	4931538	10722332
Siriri	7612	90672247	11911751	4967558	57626963	25003353	1682280	2667670	2375380	872219	3574111
Telha	2859	12921208	4519485	2104130	1346229	9068125	1031867	72435	96793	330157	3574015
Tobias Barreto	47239	197186566	4174232	10842331	21945518	150511553	1778877	200462	26852777	5365063	11913702
Tomar do Geru	12884	45178946	3506593	5738743	3731583	34629355	1056340	111103	5891879	2050918	5956851
Umbaúba	20536	95880376	4668892	4893677	8990152	74773001	1358810	176739	7683852	2426522	7148221
TOTAL	1938970	16895690703	555823193	700098326	4640310845	9827826277	287316094	111554998	958497530	167301935	559960107
MEDIA	25853	225275876	7410976	9334644	61870811	131037684	3830881	1487400	12779967	2230692	7466135
DESVIO PADRAO	62162	737282538	7411050	8242047	159994043	509069533	8942114	3718459	44830622	2786103	9625526

Fonte: Dados do Estudo (2015)

Tabela 18 – Dados Com as Variáveis Coletadas Com a Media e Desvio – 2008

MUNICIPIOS	2008										
	Pop.	PIB a valores correntes	PIB Per capita	VALORES ADICIONADOS			COTA PARTE ICMS	ROY.	PREV. SOCIAL	VBF	FPM
				AGRO.	IND.	SERV.					
Amparo de São Francisco	2261	12402607	5485452	881408	1469892	9577054	1217531	217281	155222	272514	3822235
Aquidabã	19762	99544594	5037172	18461982	9303987	67639714	1413677	228104	15137770	2344621	9163733
Aracaju	536785	6759419785	12592416	5318330	1176595623	4620700205	91700207	25726018	423066510	22139799	152884104
Araúá	11980	56542142	4719711	10677165	3856765	39644869	1319707	170421	4259384	1487152	6109156
Areia Branca	16568	81976453	4947879	15758105	6949470	55962303	1443214	242455	6130257	1767552	7636445
Barra dos Coqueiros	19809	205945588	10396567	4311526	104009197	83773366	2435877	4107825	1464109	1864534	9163733
Boquim	25190	132723930	5268913	6640726	14794063	101459067	1947270	256942	15217586	2703696	10691022
Brejo Grande	8001	41064335	5132400	7246420	8023405	24692888	1260607	1192600	738528	1128082	4581867
Campo do Brito	16612	75133751	4522860	6717398	9674220	55927781	1548520	204615	12554815	2128021	7636445
Canhoba	4023	19960310	4961549	3187860	1864200	14250183	1180871	145825	2420386	522587	4581867
Canindé de São Francisco	22534	1126088869	49972880	21977905	980239893	117418060	38969606	8776043	13198427	2553225	9163733
Capela	28756	379879282	13210435	18938427	210907516	141596157	7874645	11775651	12785984	3683634	10691022
Carira	19543	152412585	7798833	39332393	26740486	77797713	1575290	306883	12843714	2235766	9026323
Carmópolis	12317	398267701	32334798	2550463	317258379	57966528	4364571	27272628	3633502	834351	6109156
Cedro de São João	5513	25499457	4625332	2888800	2151332	19658801	1218892	122930	911098	616378	4581867
Cristinápolis	16006	67550045	4220295	7994156	5339985	51504603	1467440	199266	4358377	2014067	7636445
Cumbe	3852	19795819	5139102	4524566	1237301	13447195	1170039	214868	441782	495897	4581867
Divina Pastora	4341	146016725	33636656	2485084	119630176	21360369	2252115	5553116	226470	402630	4581867
Estancia	63206	820747495	12985278	32751255	370307129	309703801	17378197	11416094	39069235	5570681	18327467
Feira Nova	5805	30957252	5332860	8707731	1995157	19201528	1186472	140393	456175	739561	4581867
Frei Paulo	12969	162863308	12557893	17884599	61131797	64840573	2822649	177968	8715905	1465838	6109156
Gararu	11949	58656105	4908871	16362548	3526473	37114407	499172	0	6184063	1681897	3537735
General Maynard	2862	15037210	5254092	491042	2531540	11625299	1180692	202177	136555	218032	4581867
Graccho Cardoso	5716	29664637	5189755	8598888	1888814	18335081	1166178	214642	898501	764785	4581867
Ilha das Flores	8855	38400046	4336538	6588886	3168814	27401893	1231286	213139	750751	1105584	4581867
Indiaroba	17677	75771665	4286455	14202716	5179125	53856143	1235252	6417327	1656113	1958118	9163733
Itabaiana	85725	624526270	7285229	38761668	63128313	454377652	6069079	574559	50225248	6343805	21382045
Itabaianinha	38565	161435738	4186069	11806315	21198442	120671033	2306732	420135	17416868	4719861	13745600
Itabi	4863	26294352	5407023	5983358	2691250	16474170	1247256	198408	3970920	712025	4581867

Itaporanga d' Ajuda	29010	451561387	15565715	18705116	252576790	141180391	6381164	9311077	9862075	2791315	10691022
Japaratinga	15920	383094466	24063723	13433570	279601812	80250125	4626663	13371881	9828116	1581449	7636445
Japoatã	13944	90524037	6491971	18299518	18520301	48742346	2505520	174663	6594152	1579946	6109156
Lagarto	91696	575189080	6272783	67078965	101162683	354378988	5200510	802648	57139730	10694685	21384133
Laranjeiras	24626	905024030	36750752	11167899	377230867	372874614	27842508	354629	7031687	2659781	10691022
Macambira	6489	27943516	4306290	2990593	2199285	21818918	1198581	146690	4181351	801800	4581867
Malhada dos Bois	3775	24132133	6392618	1700148	2057233	18356113	1206683	158403	265094	376823	4581867
Malhador	12074	50980233	4222315	8218667	4043182	37119904	1240099	170427	6522149	1547378	6109156
Maruim	15583	171357258	10996423	6994941	73490176	76638811	2520309	1628000	8204293	1699662	7636445
Moita Bonita	11230	48035463	4277423	7290922	3602742	35515655	1246611	170427	8744382	1279413	6109156
Monte Alegre de Sergipe	13620	61148346	4489600	13917512	4422504	41026849	1232303	174658	6031693	1774357	6109156
Muribeca	7438	34037766	4576199	3058704	4700149	25047728	1193776	150763	513622	886078	4581867
Neópolis	19466	119233306	6125208	16935132	20794070	72412100	2115320	206791	12270766	2293729	9176602
Nossa Senhora Aparecida	8770	49570266	5652254	14322337	3393198	30076531	1169098	145825	6081462	1106710	4581867
Nossa Senhora da Glória	30466	223111964	7323310	36724603	37088718	131680823	2202752	0	17191381	3413664	10691022
Nossa Senhora das Dores	24529	116739467	4759243	16142101	8662305	86516625	1592827	269518	15230194	2888139	10691022
Nossa Senhora de Lourdes	6469	30172132	4664111	5635907	2159428	21405232	1151391	156041	3899742	825548	4581867
Nossa Senhora do Socorro	153253	1287651693	8402130	4475789	277817268	801846481	16459282	8349299	13176992	11322453	49848364
Pacatuba	12756	97621901	7653018	17380511	28275191	44625456	2703382	1564035	6742528	1851038	6109156
Pedra Mole	2858	16917200	5919244	3895178	1075459	11459558	1161155	210991	1521585	304032	4581866
Pedrinhas	8643	35051455	4055473	2149274	2728415	28887739	1256957	145825	809157	1101537	4581867
Pinhão	5761	31909981	5538966	8436985	1881580	20490603	1194089	216297	735176	596265	4581867
Pirambu	8488	51200577	6032113	4380340	13152393	32238906	1551763	2741407	1413354	892123	4413388
Poço Redondo	29879	129018305	4318026	27271179	8739607	88999608	1310003	261173	10114675	4212806	10691022
Poço Verde	21721	93421524	4300977	12051100	7019886	70442502	1526639	315425	16818998	3154597	9163733
Porto da Folha	27311	135290440	4953698	28873598	11684375	89566161	1366018	343325	14747538	3528918	10570097
Propria	28437	225313953	7923267	11667692	45273360	144454398	3767509	405116	29489410	2881709	10691022
Riachão do Dantas	19567	84884161	4338129	14845156	5653861	62105556	1250807	246804	10267290	2824895	9163296
Riachuelo	9369	109766047	11715877	4983804	55785600	40039307	3685590	866783	2399788	920768	4581867
Ribeirópolis	16137	84609360	5243190	7558324	14334508	57681431	1729982	101892	12814215	1897963	7636445
Rosário do Catete	8799	467600827	53142497	3174400	323640080	102067022	11472985	13364729	2421030	720477	4581867
Salgado	19095	78311172	4101135	9835446	6881687	58754152	1389706	228104	10164933	2314464	9163733
Santa Luzia do Itanhy	13430	74380836	5538409	21590698	4082609	45643751	1206277	6318250	868841	1903016	6109156

Santa Rosa de Lima	6799	20951742	3081592	3323212	1383450	15653874	1190739	145825	271395	518544	4581867
Santana do São Francisco	3962	27296665	6889618	3928035	2099207	20485162	1193969	110022	590050	842096	4581867
Santo Amaro das Brotas	12013	60481479	5034669	8324971	12429057	37782806	1319721	8248913	5768122	1257579	6109156
São Cristovão	74189	407459093	5492177	19703220	87085344	271106879	2424528	956260	15128532	5469520	12624875
São Domingos	10443	51551922	4936505	5699444	8108126	34977488	1569454	200014	3975838	1348683	4927890
São Francisco	2965	14203527	4790397	2005652	1027667	10793413	1158519	145825	373549	393320	4581867
São Miguel do Aleixo	3782	22038348	5827168	4864407	2728026	13466927	1170997	84728	324548	534708	4581867
Simão Dias	38232	222629201	5823112	38382297	34991187	134824946	2337669	293192	26885918	5231373	12279679
Siriri	7856	114220428	14539260	5750676	76038140	29722086	1836374	3708021	2720260	935817	4581867
Telha	2940	16044493	5457311	3116109	1393988	11041773	1175485	133494	195216	369310	4581867
Tobias Barreto	48733	224158557	4599728	13470479	26282626	168223891	1787691	334984	30779669	5817345	15272889
Tomar do Geru	13611	53391811	3922696	6585899	4084899	41438558	1189713	174663	6743196	2141338	6109156
Umbaúba	21195	107993007	5095211	6626893	9269651	84092523	1561018	278561	8760863	2656728	9163752
TOTAL	1999374	19551802611	661328839	908999123	5807445434	10875933146	338257180	184574710	107563881 1	180618592	754208970
MEDIA	26658	260690701	8817718	12119988	77432606	145012442	4510096	2460996	14341851	2408248	10056120
DESVIO PADRAO	64146	800231165	9599744	11398828	191684054	537288745	11781106	5251780	49037641	3086523	17819467

Fonte: Dados do Estudo (2015)

Tabela 19 – Dados Com as Variáveis Coletadas Com a Media e Desvio – 2009

MUNICIPIOS	2009										
	Pop.	PIB a valores correntes	PIB Per capita	VALORES ADICIONADOS			COTA PARTE ICMS	ROY.	PREV. SOCIAL	VBF	FPM
				AGRO.	IND.	SERV.					
Amparo de São Francisco	2268	12819012	5652122	875978	1635489	9847639	1252083	123681	190853	321100	4353478
Aquidabã	19890	104242372	5240944	16546546	9173685	73938776	1608706	147152	18141509	2777714	8706956
Aracaju	544039	7104252294	13058351	5849338	1194433036	4995049681	94771707	16958152	480735264	30915734	129267819
Araúá	12042	66834624	5550127	18641827	6071193	39793064	1429578	75607	5316539	1719683	5804527
Areia Branca	16733	88716270	5301875	18119084	8491367	58909025	1514770	155878	7298166	2174307	7255796
Barra dos Coqueiros	19998	168698984	8435793	4340135	62560989	88808958	2811055	2793258	2111369	2213222	8706956
Boquim	25270	140938103	5577289	15998285	15222987	100825598	2366248	592820	18412284	3448894	10158115
Brejo Grande	8086	40003277	4947227	7528982	5569146	25886494	1288104	0	1122513	1316695	4353478
Campo do Brito	16745	83450770	4983623	6428860	12817225	61210939	1595960	189375	14496518	2420225	7255796
Canhoba	4025	21747805	5403181	3223175	2150765	15724211	1225334	44296	2984635	673008	4353478
Canindé de São Francisco	23005	907921299	39466259	23422833	762432035	115775238	40217927	9193270	15922943	3476030	8706956
Capela	28960	373383057	12893061	32447523	173413246	156008415	6433601	11623981	15041193	4090448	10158369
Carira	19708	135069637	6853544	36848809	14623200	77415606	2379122	147152	15149413	2891138	8706956
Carmópolis	12610	283920298	22515488	3552308	189042789	73068477	4566045	18137249	4326615	1099094	5804637
Cedro de São João	5522	26544259	4807001	2525291	2408902	20765507	1274798	91144	1076733	718821	4353478
Cristinápolis	16131	81685469	5063881	17839426	5454567	55372527	1894645	127702	5282973	2527773	7255796
Cumbe	3870	21623293	5587414	5194502	1369076	14475568	1213322	107365	627908	597108	4533049
Divina Pastora	4448	86632650	19476765	2498258	59838716	21534474	2202221	3693314	410041	512381	4353768
Estancia	63582	779691572	12262772	38233077	274479962	348744507	19286949	2552646	46595418	7463412	17413911
Feira Nova	5875	32212817	5483033	9128388	2167413	19870635	1236356	91143	523210	894274	4353478
Frei Paulo	13060	168474953	12900073	18433883	64073568	66702921	2370932	110594	10423785	1773293	6021643
Gararu	11999	63179172	5265370	18474077	3765005	39288677	1237951	108251	7440600	2108803	5804637
General Maynard	2907	13869287	4770997	517438	1662787	11274332	1225227	119081	146779	266059	4353850
Graccho Cardoso	5732	31641568	5520162	9085062	2068533	19609023	1222819	136604	1011290	896093	4533049
Ilha das Flores	8906	38203444	4289630	4317743	3356943	29393476	1262103	91144	1528172	1387382	4353478
Indiaroba	18126	86215071	4756431	20055089	5759549	58079184	1305082	194369	1909093	2522657	8706956
Itabaiana	86564	665200187	7684490	33244521	67855910	495039573	7137593	369727	58486399	8489660	20316230
Itabaianinha	38850	181994655	4684547	24664782	20466685	128610561	2298550	211003	20852983	5802879	13060433

Itabi	4827	29649993	6142530	6512072	3242245	18737289	1278214	0	4704873	801392	4353658
Itaporanga d' Ajuda	29347	413797849	14100175	21455501	190939173	151144653	5789673	6528971	11650434	3856438	10158115
Japarutuba	16046	261846882	16318514	17067190	153385416	82282374	4399498	8741784	11292261	1897594	7255796
Japoatã	14027	84750833	6041979	22055583	9701950	49499008	2143222	132590	7860337	2025331	7255796
Lagarto	92474	631591693	6829938	77943848	99623703	397702541	6242030	309337	67437979	13001045	21767389
Laranjeiras	24714	832574140	33688360	13198463	334884843	349150613	25889991	170359	8080605	3255843	10158115
Macambira	6554	29842588	4553340	3318358	2434672	23074197	1255967	95807	4980309	916708	4353478
Malhada dos Bois	3830	23507471	6137721	1763419	1671718	18323343	1380675	91144	387372	489052	4353478
Malhador	12124	54558915	4500075	6974221	4518721	41267415	1303814	156679	7815929	1829351	5804637
Maruim	15582	152485148	9785980	7941755	57488477	73702519	2365614	1115686	9292598	2040877	7255796
Moita Bonita	11269	49540037	4396134	5861756	3972502	38035925	1310013	108251	10305645	1559067	5804637
Monte Alegre de Sergipe	13817	69830461	5053952	15239928	5533732	46675183	1304178	122353	7251290	2220396	7255796
Muribeca	7466	41947262	5618439	3336724	6428357	30228895	1545047	142781	680761	1020399	4353478
Neópolis	19538	130084395	6658020	17300828	22699280	79617564	2238119	192029	14106182	2787695	8707005
Nossa Senhora Aparecida	8813	82951632	9412417	13121986	4493275	56574546	1231561	91144	7242546	1391633	4353478
Nossa Senhora da Gloria	30804	247134483	8022805	38742756	44160379	143829362	2676966	0	21011573	4181046	10158115
Nossa Senhora das Dores	24747	143085667	5781940	18535872	19778871	96443802	1733172	164656	18308666	3506796	10158115
Nossa Senhora de Lourdes	6509	32534330	4998361	5989179	2694946	22791827	1224153	91144	4680332	1021146	4533049
Nossa Senhora do Socorro	155334	1422688928	9158902	4850900	243113720	946835453	17736574	1515240	15912236	16903079	44545721
Pacatuba	12870	118126390	9178430	17803987	43027971	53089429	3025954	910475	7922710	2171872	5804637
Pedra Mole	2878	17174515	5967517	3243262	1206624	12284395	1212740	147560	1816054	379611	4533053
Pedrinhas	8709	37630235	4320845	4911089	2952026	28472380	1308221	103885	906333	1292663	4353478
Pinhão	5809	31911937	5493534	7916154	2387160	20583866	1249076	117476	884670	727635	4353478
Pirambu	8608	45453370	5280364	4506187	8034151	31474607	1555193	1476918	1894605	1117979	4353478
Poço Redondo	30249	138850416	4590248	29682881	9165875	95579375	1355319	168944	12580954	4834242	10158115
Poço Verde	21882	98329085	4493606	12955878	7361971	74128270	1672964	153172	19586668	3573216	8706956
Porto da Folha	27456	145568416	5301880	31658553	12378301	96117113	1455881	223103	17465531	4210750	10158115
Propria	28520	239712688	8405073	8744408	51178681	152622285	4208497	307968	34086469	3337654	10158115
Riachão do Dantas	19588	96331860	4917902	22374817	5897788	65711966	1306092	145224	12592592	3262506	8706956
Riachuelo	9466	94907214	10026116	5881912	41036978	39329249	3432256	539446	2807440	1151673	4353478
Ribeirópolis	16194	110999209	6854342	8183621	26530959	67982085	2456227	134849	15271425	2285350	7255796
Rosário do Catete	8965	481245495	53680479	3725901	320189194	109045943	11534779	13956307	2935221	948882	4353428
Salgado	19101	91080428	4768359	15291003	7827513	64789430	1470733	147152	12213503	2741222	8706956

Santa Luzia do Itanhy	13502	81073897	6004584	26487006	4281816	47739638	1263658	111765	1092975	2330137	5804637
Santa Rosa de Lima	3996	22393252	5603917	3852563	1848243	15980983	1225243	91144	332439	605015	4353478
Santana do São Francisco	6861	30786614	4487190	5196432	2341557	22326345	1252741	77768	2023072	997305	4353478
Santo Amaro das Brotas	12140	69301357	5708514	9022600	10455011	46485159	1389073	10214983	6619633	1489021	5804637
São Cristovão	75104	428902616	5710783	21513574	93808997	278360880	4217934	980495	17540103	7463584	18865070
São Domingos	10555	49787021	4716913	5584453	6063606	35833029	1669213	151646	4961019	1608048	5805204
São Francisco	3007	16149280	5370562	2928022	1308561	11499202	1203928	80572	410347	453146	4353478
São Miguel do Aleixo	3813	23818680	6246703	4592280	3775776	14668552	1205619	91144	357331	637207	4353478
Simão Dias	38343	237213925	6186629	41891108	31452939	148586852	2795796	236084	31807504	6134418	13060433
Siriri	7946	77059214	9697862	6839804	37807350	29638717	1882367	2221872	3284978	1111804	4353478
Telha	2969	16069764	5412517	2371843	1409766	11844163	1228747	99550	294087	460486	4533049
Tobias Barreto	49261	242245803	4917598	13930650	31977807	178304511	2219035	220268	36421024	6964974	14511593
Tomar do Geru	13717	62605058	4564049	12577650	4411199	43993326	1249863	121155	8178026	2444000	7255796
Umbaúba	21397	118814287	5552848	12458962	9795472	88247275	1756706	201994	10841124	3170151	8706956
TOTAL	2019679	19767110932	629090397	1045372159	4963044040	11771658620	353481126	121388829	1257694960	228107326	717663522
MEDIA	26929	263561479	8387872	13938295	66173921	156955448	4713082	1618518	16769266	3041431	9568847
DESVIO PADRAO	65005	836575513	7956057	12710198	172745626	582089324	12108329	3855898	55761788	4261381	15140563

Fonte: Dados do Estudo (2015)

Tabela 20 – Dados Com as Variáveis Coletadas Com a Media e Desvio – 2010

MUNICIPIOS	2010										
	Pop.	PIB a valores correntes	PIB Per capita	VALORES ADICIONADOS			COTA PARTE ICMS	ROY.	PREV. SOCIAL	VBF	FPM
				AGRO.	IND.	SERV.					
Amparo de São Francisco	2275	14878158	6539850	833380	1862206	11681503	1826175	156452	219749	401466	4676421
Aquidabã	20056	115169069	5742375	15137646	10145217	84757301	2374976	172879	20158419	3196713	9352841
Aracaju	571149	8748078437	15316631	6182711	1431365437	6146056236	116036353	23192457	551832032	35606829	140495347
Araúá	10878	59410464	5461525	13019565	6072782	37825076	1972607	125992	5928923	1937752	6235227
Areia Branca	16857	93358386	5538256	13133398	9854570	67030190	2176378	218151	7950290	2817090	7794034
Barra dos Coqueiros	24976	246278338	9860600	4607995	91293693	131095574	3412196	2699303	2652954	2969375	9352841
Boquim	25533	167932662	6577083	9927459	18171164	127166383	3186879	204394	20839447	4058032	10911648
Brejo Grande	7742	45141317	5830705	6468725	7807514	29708275	1745447	967961	1435123	1524646	4676421
Campo do Brito	16749	100540918	6002801	5439678	17682014	73192660	2077503	221121	16164349	2778088	7794034
Canhoba	3956	24067368	6083763	3265480	2525349	17410628	1633411	55460	3262059	755405	4676421
Canindé de São Francisco	24686	1326837055	53748564	22438640	1153045556	143522693	60772379	8789636	17952203	4474428	9352841
Capela	30761	384232619	12490901	45346297	147063398	175925732	11389240	20529631	16792657	4551703	10913043
Carira	20007	196470048	9820065	54461269	18573320	114219958	3808624	59650	17391361	3846565	9353214
Carmópolis	13503	399982856	29621777	3548642	279345620	96385917	6831058	25757744	4932750	1681456	6235227
Cedro de São João	5633	34310544	6090990	2704831	3020991	25529377	1695511	0,00	1281915	878056	1903500
Cristinápolis	16519	97034703	5874127	12576482	9566066	70221513	2233035	155092	5909507	3105289	7794034
Cumbe	3813	24010163	6296922	4917184	1734439	16675228	1617862	114324	734689	682819	4725239
Divina Pastora	4326	116849280	27010929	2585658	88360131	23204915	3093379	4574877	538594	698723	4677143
Estancia	64409	1029710476	15987059	28022939	362508424	439711629	21067318	3002674	54904497	8896592	18705682
Feira Nova	5324	35111473	6594942	8805496	2445054	22616825	1655989	105027	594924	1106532	4676421
Frei Paulo	13874	219513426	15821928	23334004	81056333	82957613	1205348	128470	11992881	2100698	3458529
Gararu	11405	70932090	6219385	18091731	4916489	45914083	1669755	125992	8203114	2489861	6235227
General Maynard	2929	16590127	5664093	481658	2266190	13445444	1645769	108384	147437	314885	4676421
Graccho Cardoso	5645	35163445	6229131	8668032	3713969	21697789	1644913	0,00	1064275	1027018	4725239
Ilha das Flores	8348	41648242	4989008	5903246	3718200	30669153	1718234	105027	2247918	1589597	4676421
Indiaroba	15831	90773064	5733881	16539216	7623982	62224448	1774214	200482	2131158	3224002	9352841
Itabaiana	86967	824841978	9484540	25964874	86290117	617503169	9746921	432474	66769642	10622012	21823296
Itabaianinha	38910	209174338	5375850	16737111	26505951	154960646	2895043	246200	24214093	7207871	14029262

Itabi	4972	31379328	6311208	6483280	3347163	20264231	1717929	0,00	5145232	828057	4725239
Itaporanga d' Ajuda	30419	447951528	14726044	17579945	201563731	173329092	7875455	4118525	13077220	4989856	10911648
Japaratinga	16864	344262185	20414029	21608231	225569820	86360319	6155920	0,00	12488179	2364241	7794034
Japoatã	12938	93949915	7261549	22270753	10983763	56381832	2542330	153624	8540028	2628268	7794034
Lagarto	94861	700176942	7381083	51362454	104232447	478973732	9785300	369945	76239709	14717754	23382103
Laranjeiras	26902	961068293	35724790	18814003	331925880	444503914	33009678	214064	8778047	3846711	10911648
Macambira	6401	34724892	5424917	3661502	3031226	26699354	1684731	0,00	5567755	1106150	4676421
Malhada dos Bois	3456	21762913	6297139	1613838	1880973	16105981	2131386	45546	449259	549572	1632222
Malhador	12042	60988857	5064678	5823790	5515486	47504582	1751701	165560	8704688	2121643	6235227
Maruim	16343	168905879	10335060	8603908	57767151	87046380	3267673	1309938	10040882	2484497	7794034
Moita Bonita	11001	56936344	5175561	5034999	4852882	44929558	1762425	133717	11597751	1650663	6235227
Monte Alegre de Sergipe	13627	80210502	5886145	15516826	7008436	54918618	1758178	183995	8434681	2706916	7794034
Muribeca	7344	50236332	6840459	3780926	9695500	34265280	2196816	178269	872244	1176286	4676421
Neópolis	18506	144605851	7813998	19115213	23689976	90193195	2970341	108202	16058125	3462042	9352841
Nossa Senhora Aparecida	8508	60488504	7109603	14806348	6326977	36346105	1683798	105027	7963608	1747694	4676421
Nossa Senhora da Gloria	32497	307915396	9475195	37879486	51603032	188755344	3554028	0,00	24644371	5098087	12470455
Nossa Senhora das Dores	24580	155404248	6322386	21145125	13390737	112538546	2404920	182314	20923387	4264644	10911648
Nossa Senhora de Lourdes	6238	36318325	5822110	5759801	3258327	26017784	1652000	0,00	5326773	1211986	4725239
Nossa Senhora do Socorro	160827	1805361349	11225487	4866329	314976321	1190594213	23056609	1079780	18430449	21329971	47618306
Pacatuba	13137	146248170	11132539	18398748	57060629	66599801	3724504	1770240	8830367	2649753	6174835
Pedra Mole	2974	20094333	6756669	4201942	1408597	13959373	1605670	137522	1985437	491370	4725275
Pedrinhas	8833	42945235	4861908	3026866	3794818	34503524	1720703	158333	946110	1500704	4676421
Pinhão	5973	39723422	6650498	10306637	3128068	24854932	1670181	136940	959869	931708	4676421
Pirambu	8369	51746639	6183133	4610832	10079131	35322692	2246672	1663697	2212460	1317654	4676421
Poço Redondo	30880	158724439	5140040	29127983	12689019	111237188	1880796	198800	13883185	5483048	10911648
Poço Verde	21983	117484922	5344353	14432686	9942109	87884583	2440696	182397	21644943	4063520	9953470
Porto da Folha	27146	164417811	6056797	30250743	15798003	111530847	2151586	240611	19523543	5240305	10378639
Propria	28451	286694953	10076797	9691753	52554917	191782534	5747303	278912	38352854	4007404	10911648
Riachão do Dantas	19386	98038740	5057193	15793700	7318869	72483890	1699205	181985	14378947	3545434	9353349
Riachuelo	9355	113451784	12127395	6577161	49090679	46969106	4093217	826640	3096336	1518445	4676331
Ribeirópolis	17173	130229031	7583359	7775765	31539243	79371946	3735749	273366	17511974	2627391	7134659
Rosário do Catete	9221	408071987	44254635	4567113	262604441	100197651	13650246	34028254	3215691	1290685	4676421
Salgado	19365	102303900	5282928	12770889	10403477	75132270	1967028	61958	13807514	3279037	9352841

Santa Luzia do Itanhy	12969	88874510	6852842	22416601	6049519	56810930	1682866	128481	1279909	2830918	6235227
Santa Rosa de Lima	3749	23625855	6301909	3803925	2025459	16911504	1639589	102768	417858	700752	4766394
Santana do São Francisco	7038	35074412	4983577	4882490	3224520	26087867	1652094	133226	2411919	1166362	4676421
Santo Amaro das Brotas	11410	70727382	6198719	9332919	12469276	46384303	1937771	10851160	7213797	1705395	6235227
São Cristovão	78864	500974948	6352391	17956043	120686187	317588827	6151206	1126017	19608288	9913080	20264489
São Domingos	10271	57396839	5588243	3747954	9865319	40135886	2083088	125992	5769444	1860480	6235227
São Francisco	3393	17883896	5270821	3441180	1606008	12244291	1599163	127946	447257	564877	2233356
São Miguel do Aleixo	3698	26540994	7177121	5382215	3345976	17036360	1592421	105027	389365	743926	4676421
Simão Dias	38702	277737837	7176317	33631416	42111227	180935719	4112954	252982	35732581	6523623	14029262
Siriri	8004	100744378	12586754	8532511	55267371	34088499	2671762	2710595	3665844	1331894	4676421
Telha	2957	17556669	5937325	2685450	1768057	12465005	1628496	100085	377973	571702	4664148
Tobias Barreto	48040	289131795	6018564	12645200	38225783	215524837	3402059	261696	40775380	7423044	15588068
Tomar do Geru	12855	68027615	5291919	8971876	7251907	49899936	1706383	157497	9232046	2718941	7794034
Umbaúba	22434	146994205	6552296	8656724	13475375	113682208	2604391	221166	12330911	3662351	10385624
TOTAL	2068017	23932155328	719416163	982489426	6103937988	14290664527	466665530	157342653	143153115 3	272492344	762334711
MEDIA	27574	319095404	9592216	13099859	81385840	190542194	6222207	2097902	19087082	3633231	10164463
DESVIO PADRAO	68161	1033588613	8636310	11395892	219473738	717265537	15323907	6063333	64002037	5008769	16497490

Fonte: Dados do Estudo (2015)

Tabela 21 – Dados Com as Variáveis Coletadas Com a Media e Desvio – 2011

MUNICIPIOS	2011										
	Pop.	PIB a valores correntes	PIB Per capita	VALORES ADICIONADOS			COTA PARTE ICMS	ROY.	PREV. SOCIAL	VBF	FPM
				AGRO.	IND.	SERV.					
Amparo de São Francisco	2283	16740287	7332583	998127	2112179	13049251	1907681	150290	261642	504838	5706442
Aquidabã	20188	124537049	6168865	15413954	10285389	94333068	2511462	216932	21010425	3759861	11412885
Aracaju	579563	9221546514	15911206	5853111	1519750743	6461118855	129758635	29444253	619930304	42287215	176147297
Araúá	10772	70844922	6576766	8653498	9313701	50010007	1974980	161188	6533612	2408605	7190516
Areia Branca	17014	100844769	5927164	11696129	10581492	75444166	2370371	252590	8374428	3420283	9510737
Barra dos Coqueiros	25527	320395650	12551246	3792790	128648635	163848522	3792165	3188766	2932384	3731332	13315032
Boquim	25632	178490992	6963600	5689230	18148941	141595406	2927392	244406	22744244	5001660	13315032
Brejo Grande	7792	53021726	6804636	5935709	12522356	33468404	1813835	1317546	1824815	1758151	5706442
Campo do Brito	16870	105993409	6282953	4677644	17385452	80262567	2147109	272824	17204355	3319979	9510737
Canhoba	3956	27824893	7033593	4020087	2847022	19945522	1721783	71847	3407549	884990	5706442
Canindé de São Francisco	25219	1184115425	46953306	19382202	989119627	166162463	62400049	9275733	20221754	5510387	13315032
Capela	31087	298506273	9602286	38277940	73666439	169236674	16197499	4925523	18160093	5466298	15217180
Carira	20179	179785980	8909558	34680795	19451269	118137308	3110183	211897	19097201	4567747	11412920
Carmópolis	13822	543266033	39304445	2981287	410009105	107348559	6770973	33748402	5230406	2221144	7608824
Cedro de São João	5653	32143744	5686139	2167625	2988913	25994442	1770927	128709	1370869	1072346	5706442
Cristinápolis	16692	94538956	5663728	7111328	8325750	75545846	2571684	187331	6700720	3799517	9510737
Cumbe	3826	26310925	6876875	4357667	2155876	19056003	1701990	128709	875659	798256	5706460
Divina Pastora	4408	171732920	38959374	2280726	141416353	26277457	3099357	5732166	660025	857561	5706442
Estancia	64825	1132659498	17472572	24184410	430131196	486116905	19310759	3917944	62538188	10382934	22825770
Feira Nova	5344	37333582	6986074	7875446	2898861	25445381	1737192	128709	725642	1318028	5706442
Frei Paulo	14020	216382211	15433824	14788844	78627595	96349120	3269668	364586	13212810	2558393	9510737
Gararu	11409	74594116	6538182	15500588	6036570	51108184	1767234	323189	8309499	3037182	7608590
General Maynard	2970	18694620	6294485	481737	2998222	14718062	1712310	164398	160167	449665	5706442
Graccho Cardoso	5655	37749542	6675427	7404161	3987091	25370909	1722165	128709	1193787	1286002	5706442
Ilha das Flores	8354	46682486	5588040	3879320	4476889	37146241	1813068	125069	2998705	1904835	5706442
Indiaroba	16037	93071672	5803559	12170506	7719570	69682477	1856693	191114	2230958	3834387	9510737
Itabaiana	87747	907006422	10336609	21008055	92656792	686702031	10103034	599568	74149295	13295044	26630064
Itabaianinha	39176	219219498	5595760	10926776	25430568	173041557	2931635	323585	27073984	8588121	17119327

Itabi	4957	35869552	7236141	5768279	3848309	24778936	1810444	188495	5318863	990441	5706442
Itaporanga d' Ajuda	30798	598453358	19431566	18776832	302009651	211295065	7902513	4852187	14224365	6135154	13315032
Japaratuba	17042	492818704	28917891	22124568	361604736	100280095	5877682	13118477	13209313	2963595	9510767
Japoatã	12932	100740455	7790014	21355269	12512267	62693552	2756266	134984	8719159	3205591	7608590
Lagarto	95746	767865074	8019814	43490636	126402300	526969747	9281262	501297	84062717	17494525	28532212
Laranjeiras	27177	1291360941	47516685	15792396	406744367	638920442	32270864	271523	9427773	4900397	13315032
Macambira	6447	40511048	6283705	3888140	3507986	31850191	1772380	143955	6091578	1322572	5706442
Malhada dos Bois	3476	29375734	8451017	1576308	2466030	23225062	2485264	122455	482121	722216	5706442
Malhador	12086	67682679	5600089	4803795	6492376	53893924	1845700	157661	9074653	2542038	7608613
Maruim	16412	244087975	14872531	8200144	99081048	112995287	3699708	1552859	10774131	3008721	9510737
Moita Bonita	11020	62169919	5641553	4618449	5714706	49964539	1895435	194284	12519204	1813027	7608590
Monte Alegre de Sergipe	13784	83699441	6072217	12005148	7609885	61190948	1888282	182293	9358208	3228476	9510737
Muribeca	7363	54238589	7366371	3913015	9489865	38078920	1915132	204369	1156790	1411622	5706442
Neópolis	18500	149041301	8056287	16985547	22978025	97101094	3039762	81711	17747611	4143353	11412885
Nossa Senhora Aparecida	8526	66681056	7820907	9475989	10395268	41945277	1794715	128709	8317068	2022832	5706442
Nossa Senhora da Gloria	32926	340265635	10334254	30647587	63109007	213346314	3823482	273359	28418580	5936355	15217180
Nossa Senhora das Dores	24764	182095010	7353215	19932434	21855053	127775889	2742540	232324	22709360	5047486	13315032
Nossa Senhora de Lourdes	6255	38488894	6153300	5290790	3617651	28282011	1690496	128709	5838599	1450122	5706442
Nossa Senhora do Socorro	163047	2119977017	13002245	4580412	319361142	1437316132	19768967	1378927	20773275	25965835	59511818
Pacatuba	13260	136596955	10301429	19928852	45740709	66735841	4180700	499329	9501318	3247527	7608590
Pedra Mole	3001	20857685	6950245	2710465	1667401	16051006	1674513	138017	2047325	577555	5706442
Pedrinhas	8903	46953470	5273893	1928700	4486920	39132571	1784511	128709	1077033	1829748	5706460
Pinhão	6029	39908037	6619346	6162871	3664648	28701238	1748927	168932	1034532	1144069	5706442
Pirambu	8455	69289429	8195083	4658410	21577088	41506298	2342496	2227492	2302006	1582605	5706442
Poço Redondo	31253	175949327	5629838	24195665	15804718	130148364	2044692	271198	15125018	6875732	14852322
Poço Verde	22138	121515234	5488989	8788745	12320258	95531625	2383031	217614	23494767	4793624	11412885
Porto da Folha	27260	173490874	6364302	24646627	18361252	124107535	2272799	323150	20926812	6272637	13315032
Propria	28533	304733375	10680033	7136976	59437258	205905771	5392600	362388	42569960	4809298	13315032
Riachão do Dantas	19401	102283282	5272062	12073098	8677713	79313155	1768371	217317	15814484	4333659	11412885
Riachuelo	9434	121408979	12869300	6082511	55770704	50577791	3934039	1295209	3279406	1884008	5706460
Ribeirópolis	17307	145090873	8383364	6963752	36425324	90093796	3272347	211245	19328062	3148096	11412885
Rosário do Catete	9384	444077109	47322795	8466359	271115997	113024934	14685211	23060718	3456364	1594976	5706442
Salgado	19403	107395568	5534998	7489966	11630055	84441601	2030893	214771	14876147	3874295	11412885

Santa Luzia do Itanhy	13064	86772883	6642137	17175444	6228576	60311958	1763956	150140	1337417	3487237	8026687
Santa Rosa de Lima	3761	27721190	7370697	3715420	2226574	21102304	1710916	132887	530313	859890	5706442
Santana do São Francisco	7108	37606852	5290778	3895597	3839537	29051596	1691423	149601	2769641	1475876	5706442
Santo Amaro das Brotas	11467	84047177	7329483	8608602	20141969	53033204	2164133	1075848	7694963	2120451	7608590
São Cristovão	79956	556938610	6965564	17726071	118612574	382372326	6462135	1504276	21233288	11815889	24727917
São Domingos	10349	62184794	6008773	2954937	10013790	45979108	2009443	155501	6349569	2227251	7608590
São Francisco	3460	23447799	6776821	3351444	2059640	17287626	1681461	178764	507073	694437	5706442
São Miguel do Aleixo	3718	24529344	6597457	2917677	2694370	18449117	1674129	128709	399506	888934	5706442
Simão Dias	38847	313439243	8068557	42869697	39883896	204350419	4395061	318885	38592752	7848111	17119327
Siriri	8088	135561468	16760815	8162091	85165002	39198431	2632321	3387090	3857738	1647972	5706442
Telha	2982	19588645	6568962	1749667	1825837	15482737	1714144	128709	424766	659215	5708578
Tobias Barreto	48414	299273655	6181552	12552105	37368466	230734032	3507665	329786	44498847	9182712	19021475
Tomar do Geru	12857	68450332	5323974	5877945	6668515	54395123	1801702	165501	10220195	3330181	7608590
Umbaúba	22709	150339659	6620268	5165857	13414642	121076171	2638024	227025	13453338	4493925	11412885
TOTAL	208981 9	26198908344	803544171	827370981	6739315701	15846514490	488394369	157143371	158405952 8	329029029	954308532
MEDIA	27864	349318778	10713922	11031613	89857543	211286860	6511925	2095245	21120794	4387054	12724114
DESVIO PADRAO	69154	1095340781	9832992	9749537	224375869	758973695	16684664	5931538	71890574	5990270	20614592

Fonte: Dados do Estudo (2015)

Tabela 22 – Dados Com as Variáveis Coletadas Com a Media e Desvio – 2012

MUNICIPIOS	2012										
	Pop.	PIB a valores correntes	PIB Per capita	VALORES ADICIONADOS			COTA PARTE ICMS	ROY.	PREV. SOCIAL	VBF	FPM
				AGRO.	IND.	SERV.					
Amparo de São Francisco	2290	18469054	8065089	1230329	2235960	14328303	2042627	202809	309359	561042	5820507
Aquidabã	20315	142671105	7022944	19348611	11948873	104183215	2726670	3370940	25998520	4298766	11650385
Aracaju	587701	9813851609	16698715	5976293	1482584418	6869736921	159786522	35079399	706467295	51262718	196146343
Araúá	9495	70589138	7434348	10047026	5929919	51427011	2171472	1368748	7751165	2960500	7511545
Areia Branca	17164	130047550	7576762	23533117	12417565	88082130	2552508	309615	9560849	3804280	11650384
Barra dos Coqueiros	26059	333515485	12798476	3764822	139646268	166363459	5048664	3611321	5241208	4448168	13592115
Boquim	25727	294652052	11453028	6836705	83356047	168465262	3190545	285524	26511528	6253668	13592115
Brejo Grande	7839	57110660	7285452	7349086	13408008	34941042	2088104	284705	2417632	2023086	5825192
Campo do Brito	16987	116939272	6884045	7578061	16406237	87233202	2488401	316836	19741661	3723346	9708654
Canhoba	3955	30208789	7638126	5400745	2843522	20938887	1988157	85715	3748707	1183866	5825192
Canindé de São Francisco	25733	1399830529	54398264	24720011	1181625186	179281469	64904046	12042449	22734297	7030250	13592115
Capela	31402	267146001	8507293	38836307	44915397	168571822	16963196	4015822	21285353	6932392	15487825
Carira	20345	147503367	7250104	16589292	15515454	106780279	3117548	253784	22440034	5161030	11650385
Carmópolis	14130	620406715	43907057	3155450	467019877	118645566	8488100	43997745	5815514	2811364	9708654
Cedro de São João	5672	35242691	6213450	3083740	3052750	27792745	2054604	149065	1460860	1334006	5825192
Cristinápolis	16859	109120486	6472536	8747157	11904653	82916690	3742866	218878	8204989	4449804	9708654
Cumbe	3839	29635909	7719695	6169110	2216233	20310109	1974276	150039	958067	919222	5825193
Divina Pastora	4487	211624004	47163807	2604012	178958081	27313881	2512580	6477594	851602	1064288	5825192
Estancia	65226	1303712678	19987623	29640858	484132599	528248253	26679501	4557106	72430088	11753018	23300769
Feira Nova	5363	42331158	7893186	9639941	3025961	28165792	2007409	168570	837263	1576476	5825192
Frei Paulo	14162	194721792	13749597	17283243	53842310	96515271	5734124	233161	15747695	2733050	9708654
Gararu	11412	80742712	7075246	17701613	6301654	54207117	2049680	180804	9194895	3539840	7766923
General Maynard	3009	19125183	6355993	596588	3063089	14943469	1970978	296832	193070	538698	5825205
Graccho Cardoso	5665	41017621	7240533	8811964	3673128	27165084	1990305	149065	1659010	1778172	5825258
Ilha das Flores	8359	47602808	5694797	4893369	4357249	36938175	2135753	106760	3830596	2401196	4893760
Indiaroba	16236	99512977	6129156	15194032	8500406	71305302	2183112	249479	2912179	4405614	9708654
Itabaiana	88501	1005866162	11365591	36463379	96430319	742349285	11528171	642214	87358109	15176728	27184230
Itabaianinha	39432	250449941	6351439	14407457	30958926	189988133	3324675	341845	32715827	10610630	17475577

Itabi	4942	38640205	7818738	6654424	4088296	26224323	2066093	223213	5797365	1220116	5825192
Itaporanga d' Ajuda	31165	600482748	19267857	25165959	279772164	211227360	9192373	5452196	16220461	7463138	15533846
Japarutuba	17213	619527282	35991825	29323224	470725458	108197990	7349571	15023650	14679941	3715506	11650385
Japoatã	12926	101034831	7816403	22598103	9643596	63916381	3166830	221731	9872546	3653742	7766923
Lagarto	96602	865259485	8956952	75915909	132491097	564311288	8880803	575707	98368697	20004342	29125961
Laranjeiras	27442	1010389032	36819074	20526211	356111175	432332011	34373413	288647	10800849	5872642	13592115
Macambira	6492	43968696	6772750	4389759	3767674	33936469	2063665	165770	7077242	1565544	5825192
Malhada dos Bois	3494	30111370	8618022	1992038	2820135	23361563	3221359	158494	564850	881498	5825192
Malhador	12127	76136590	6278271	8303183	6268761	58225390	2127472	208316	10358876	2727370	7766923
Maruim	16478	204414352	12405289	9206068	69373114	105344997	4269239	1795579	12115185	3541006	9708654
Moita Bonita	11038	71659907	6492110	9229034	5764082	53370235	2183830	266703	14889098	1982790	7766923
Monte Alegre de Sergipe	13936	92774961	6657216	13314456	7220537	68158562	2168752	234175	10929670	3631166	9708584
Muribeca	7381	58514814	7927762	5050707	11587654	38240629	2078556	211304	1143951	1658322	5825201
Neópolis	18493	165026628	8923735	25699781	23988110	101630913	3732104	281467	20832657	5022692	11650564
Nossa Senhora Aparecida	8543	80459176	9418141	9430882	15655881	46951692	2178502	149065	9661847	2334842	5825192
Nossa Senhora da Gloria	33341	346380842	10389036	35796187	50490998	222824729	5132926	359150	36433359	7911258	15533846
Nossa Senhora das Dores	24941	217584931	8723986	24063321	32003312	143613187	3210949	285524	26935958	5727240	13592115
Nossa Senhora de Lourdes	6271	42042523	6704277	6206528	3533050	30635373	2217012	162601	6948332	1642434	5650026
Nossa Senhora do Socorro	165194	2049719308	12407953	5055708	299346088	1342467458	24976162	2115498	25456076	29316702	63576010
Pacatuba	13379	111861631	8360986	19007015	21092263	66986790	5296210	537702	10953923	4191824	7767569
Pedra Mole	3026	21850498	7220918	2379438	1745220	17135452	1947195	162373	2367490	724434	5825192
Pedrinhas	8970	50293335	5606838	2190640	4681090	41616772	2125408	228208	1218245	2311250	6769808
Pinhão	6084	41139348	6761892	4276296	3549924	31429809	2026161	209433	1136813	1386874	5825192
Pirambu	8538	69584609	8149989	4937917	17240590	44987545	2588482	10539312	2586420	1964252	5825192
Poço Redondo	31614	187705974	5937432	28816951	15799169	134933347	2330214	317263	18513614	9009224	15533846
Poço Verde	22287	133678448	5998046	7906734	11968790	106864314	2544459	247280	27100359	6007542	11650384
Porto da Folha	27370	197471551	7214890	27796270	20113397	140642145	2533583	354061	25029597	7619018	13592115
Propria	28612	313990016	10974067	9777374	54292189	211298971	5876543	288691	48381692	5909202	13592115
Riachão do Dantas	19414	113901537	5866979	16585551	9172555	84989426	2076190	244551	18449671	5488382	11650384
Riachuelo	9509	148608454	15628190	7371049	75836125	53393026	4321376	2138794	3652537	2246118	5825193
Ribeirópolis	17435	152027072	8719649	9799696	27557304	100273066	3608179	241030	22663185	3571660	11650384
Rosário do Catete	9541	408965323	42863989	10142269	246908259	98163839	16280173	8821055	3843565	2087730	5825192
Salgado	19439	118824982	6112711	10387367	12640944	90315931	2400543	250617	17147068	4194778	11650384

Santa Luzia do Itanhy	14081	101227623	7188951	20566879	7343963	69497395	2057597	150550	1499301	4293272	8022301
Santa Rosa de Lima	3773	26201708	6944529	4105953	2130720	19212054	1986238	227257	630075	1046768	5825192
Santana do São Francisco	7175	41939351	5845206	4615275	3994903	32192020	ND	ND	3272024	2031343	ND
Santo Amaro das Brotas	11522	107527486	9332363	9066404	39899734	54946393	2440005	2089198	8733123	2641976	7766923
São Cristovão	81011	590068921	7283812	26006990	118211421	400880835	7474953	1815912	24336144	14469674	25242500
São Domingos	10424	66069671	6338226	4517031	9245504	48444251	2448424	294711	7414133	2548782	7766923
São Francisco	3524	23585720	6692883	2525372	1930504	18274447	1954492	123354	548613	807888	5825192
São Miguel do Aleixo	3736	27030731	7235206	3877166	2129611	20037064	1950130	144061	431550	1083802	5825192
Simão Dias	38988	374946437	9616970	66032721	49477225	223864197	5360540	378129	45012779	9741316	17475577
Siriri	8169	162853112	19935502	10212960	105532023	42403573	3217804	3900587	4381736	2102580	5825192
Telha	3006	21369704	7109017	2502211	2109843	16131380	1985341	144146	541506	792656	5825192
Tobias Barreto	48776	337076507	6910704	17034707	40857755	251689935	4297870	387076	53006306	11010288	19417307
Tomar do Geru	12858	77866561	6055884	7136251	7124650	60655085	2147962	184535	11681566	3836358	7766923
Umbaúba	23223	167750043	7223444	6523806	16707055	130445789	3023300	253785	15322875	5249006	11650385
TOTAL	2110867	27823191482	853851025	1033622093	7084214001	1641381327 5	568333575	181999284	183732024 2	392975565	995426460
MEDIA	28145	370975886	11384680	13781628	94456187	218850844	7680183	2459450	24497603	5239674	13451709
DESVIO PADRAO	70116	1160862696	10210416	13411927	235373460	802005460	20095160	6877060	82000727	7117007	23016936

Fonte: Dados do Estudo (2015)

## Apêndice B – Continuação das Tabelas Bolsa Família X PIB Com Efeito Multiplicador – 2004 a 2011

### Tabela 23 – Bolsa Família X PIB Com e Sem o Efeito Multiplicador – 2004

MUNICIPIOS	2004				
	Valor do Repasse PBF	Valor do Repasse com efeito multiplicador	PIB	% do PIB	% do PIB c/ multiplicador
Amparo de São Francisco	223629,0	398059,62	7630000	0,03	0,05
Aquidabã	1598463,0	2845264,14	62806000	0,03	0,05
Aracaju	11896194,0	21175225,32	4519181000	0,00	0,00
Araúá	571653,0	1017542,34	34321000	0,02	0,03
Areia Branca	1276831,0	2272759,18	53621000	0,02	0,04
Barra dos Coqueiros	744883,0	1325891,74	137819000	0,01	0,01
Boquim	1494267,0	2659795,26	81668000	0,02	0,03
Brejo Grande	438084,0	779789,52	28333000	0,02	0,03
Campo do Brito	976194,0	1737625,32	49390000	0,02	0,04
Canhoba	386563,0	688082,14	12506000	0,03	0,06
Canindé de São Francisco	2086324,0	3713656,72	1052424000	0,00	0,00
Capela	2646742,0	4711200,76	83571000	0,03	0,06
Carira	1413036,0	2515204,08	54687000	0,03	0,05
Carmópolis	471266,0	838853,48	157588000	0,00	0,01
Cedro de São João	348629,0	620559,62	16473000	0,02	0,04
Cristinápolis	856360,0	1524320,80	41974000	0,02	0,04
Cumbe	548367,0	976093,26	11626000	0,05	0,08
Divina Pastora	252182,0	448883,96	60265000	0,00	0,01
Estancia	1977220,0	3519451,60	620207000	0,00	0,01
Feira Nova	492974,0	877493,72	18098000	0,03	0,05
Frei Paulo	824719,0	1467999,82	88011000	0,01	0,02
Gararu	1552564,0	2763563,92	32343000	0,05	0,09
General Maynard	52290,0	93076,20	9140000	0,01	0,01
Graccho Cardoso	434551,0	773500,78	17210000	0,03	0,04
Ilha das Flores	356180,0	634000,40	25119000	0,01	0,03
Indiaroba	498905,0	888050,90	40600000	0,01	0,02
Itabaiana	3151710,0	5610043,80	373256000	0,01	0,02
Itabaianinha	1813156,0	3227417,68	101970000	0,02	0,03
Itabi	484699,0	862764,22	18298000	0,03	0,05
Itaporanga d' Ajuda	2271632,0	4043504,96	223113000	0,01	0,02
Japaratuba	735347,0	1308917,66	181929000	0,00	0,01
Japoatã	803670,0	1430532,60	92155000	0,01	0,02
Lagarto	4484734,0	7982826,52	399063000	0,01	0,02
Laranjeiras	930952,0	1657094,56	557089000	0,00	0,00
Macambira	380751,0	677736,78	20093000	0,02	0,03
Malhada dos Bois	188421,0	335389,38	14202000	0,01	0,02
Malhador	767104,0	1365445,12	33407000	0,02	0,04
Maruim	845347,0	1504717,66	73839000	0,01	0,02
Moita Bonita	758762,0	1350596,36	30718000	0,02	0,04

Monte Alegre de Sergipe	1199110,0	2134415,80	33678000	0,04	0,06
Muribeca	203215,0	361722,70	24517000	0,01	0,01
Neópolis	1313174,0	2337449,72	82916000	0,02	0,03
Nossa Senhora Aparecida	856154,0	1523954,12	23044000	0,04	0,07
Nossa Senhora da Glória	2384079,0	4243660,62	108863000	0,02	0,04
Nossa Senhora das Dores	1091895,0	1943573,10	72126000	0,02	0,03
Nossa Senhora de Lourdes	494552,0	880302,56	17875000	0,03	0,05
Nossa Senhora do Socorro	4303742,0	7660660,76	635544000	0,01	0,01
Pacatuba	980062,0	1744510,36	66149000	0,01	0,03
Pedra Mole	356615,0	634774,70	8585000	0,04	0,07
Pedrinhas	366917,0	653112,26	22242000	0,02	0,03
Pinhão	292455,0	520569,90	15909000	0,02	0,03
Pirambu	499889,0	889802,42	31031000	0,02	0,03
Poço Redondo	3659285,0	6513527,30	65836000	0,06	0,10
Poço Verde	2511698,0	4470822,44	57924000	0,04	0,08
Porto da Folha	3174668,0	5650909,04	73935000	0,04	0,08
Propria	1969610,0	3505905,80	166505000	0,01	0,02
Riachão do Dantas	1266802,0	2254907,56	52307000	0,02	0,04
Riachuelo	265537,0	472655,86	82131000	0,00	0,01
Ribeirópolis	1179775,0	2099999,50	55969000	0,02	0,04
Rosário do Catete	273908,0	487556,24	133345000	0,00	0,00
Salgado	1202221,0	2139953,38	56962000	0,02	0,04
Santa Luzia do Itanhy	692653,0	1232922,34	40203000	0,02	0,03
Santa Rosa de Lima	243596,0	433600,88	19176000	0,01	0,02
Santana do São Francisco	351021,0	624817,38	12680000	0,03	0,05
Santo Amaro das Brotas	756464,0	1346505,92	38113000	0,02	0,04
São Cristóvão	2152325,0	3831138,50	251090000	0,01	0,02
São Domingos	389340,0	693025,20	37033000	0,01	0,02
São Francisco	208626,0	371354,28	8851000	0,02	0,04
São Miguel do Aleixo	449738,0	800533,64	11258000	0,04	0,07
Simão Dias	2552098,0	4542734,44	128113000	0,02	0,04
Siriri	404047,0	719203,66	52958000	0,01	0,01
Telha	227493,0	404937,54	10389000	0,02	0,04
Tobias Barreto	3922160,0	6981444,80	136281000	0,03	0,05
Tomar do Geru	1077819,0	1918517,82	30927000	0,03	0,06
Umbaúba	817413,0	1454995,14	67222000	0,01	0,02

Fonte: Dados do Estudo (2015)

**Tabela 24 –Bolsa Família X PIB Com e Sem o Efeito Multiplicador – 2005**

MUNICIPIOS	2005				
	Valor do Repasse PBF	Valor do Repasse com efeito multiplicador	PIB	% do PIB	% do PIB c/ multiplicador
Amparo de São Francisco	288720	513921,60	8910000,00	0,03	0,06
Aquidabã	2008120	3574453,60	66806000,00	0,03	0,05
Aracaju	15300244	27234434,32	5197568000,00	0,00	0,01
Araúá	738128	1313867,84	41158000,00	0,02	0,03
Areia Branca	1461265	2601051,70	64522000,00	0,02	0,04
Barra dos Coqueiros	1363919	2427775,82	180831000,00	0,01	0,01

Boquim	1547934	2755322,52	96111000,00	0,02	0,03
Brejo Grande	564003	1003925,34	28427000,00	0,02	0,04
Campo do Brito	1037334	1846454,52	54055000,00	0,02	0,03
Canhoba	411946	733263,88	13862000,00	0,03	0,05
Canindé de São Francisco	2057056	3661559,68	885008000,00	0,00	0,00
Capela	3196578	5689908,84	93860000,00	0,03	0,06
Carira	1584416	2820260,48	58625000,00	0,03	0,05
Carmópolis	674629	1200839,62	207892000,00	0,00	0,01
Cedro de São João	558675	994441,50	18055000,00	0,03	0,06
Cristinápolis	906564	1613683,92	49970000,00	0,02	0,03
Cumbe	540158	961481,24	12681000,00	0,04	0,08
Divina Pastora	293962	523252,36	93291000,00	0,00	0,01
Estancia	2683318	4776306,04	624245000,00	0,00	0,01
Feira Nova	569992	1014585,76	20399000,00	0,03	0,05
Frei Paulo	1018598	1813104,44	92997000,00	0,01	0,02
Gararu	1553039	2764409,42	36829000,00	0,04	0,08
General Maynard	86795	154495,10	9651000,00	0,01	0,02
Graccho Cardoso	509133	906256,74	18150000,00	0,03	0,05
Ilha das Flores	425020	756535,60	25695000,00	0,02	0,03
Indiaroba	708722	1261525,16	44722000,00	0,02	0,03
Itabaiana	3143638	5595675,64	423090000,00	0,01	0,01
Itabaianinha	2630871	4682950,38	118440000,00	0,02	0,04
Itabi	479385	853305,30	20660000,00	0,02	0,04
Itaporanga d' Ajuda	2387376	4249529,28	226228000,00	0,01	0,02
Japarutuba	1260467	2243631,26	253381000,00	0,00	0,01
Japoatã	1113435	1981914,30	83842000,00	0,01	0,02
Lagarto	8333620	14833843,60	402170000,00	0,02	0,04
Laranjeiras	1858933	3308900,74	596609000,00	0,00	0,01
Macambira	568876	1012599,28	20476000,00	0,03	0,05
Malhada dos Bois	178837	318329,86	16477000,00	0,01	0,02
Malhador	1112227	1979764,06	34723000,00	0,03	0,06
Maruim	1129964	2011335,92	81145000,00	0,01	0,02
Moita Bonita	894147	1591581,66	31677000,00	0,03	0,05
Monte Alegre de Sergipe	1318690	2347268,20	40349000,00	0,03	0,06
Muribeca	513224	913538,72	26514000,00	0,02	0,03
Neópolis	1511080	2689722,40	84806000,00	0,02	0,03
Nossa Senhora Aparecida	843389	1501232,42	24759000,00	0,03	0,06
Nossa Senhora da Glória	2503785	4456737,30	134606000,00	0,02	0,03
Nossa Senhora das Dores	1880944	3348080,32	81282000,00	0,02	0,04
Nossa Senhora de Lourdes	497740	885977,20	20466000,00	0,02	0,04
Nossa Senhora do Socorro	6767968	12046983,04	730242000,00	0,01	0,02
Pacatuba	1286776	2290461,28	74063000,00	0,02	0,03
Pedra Mole	332521	591887,38	9443000,00	0,04	0,06
Pedrinhas	531710	946443,80	25882000,00	0,02	0,04
Pinhão	358564	638243,92	17845000,00	0,02	0,04
Pirambu	670922	1194241,16	36211000,00	0,02	0,03
Poço Redondo	3803673	6770537,94	79968000,00	0,05	0,08
Poço Verde	2681816	4773632,48	66025000,00	0,04	0,07
Porto da Folha	3184762	5668876,36	89267000,00	0,04	0,06
Propria	2216647	3945631,66	171069000,00	0,01	0,02
Riachão do Dantas	1987939	3538531,42	62539000,00	0,03	0,06
Riachuelo	449309	799770,02	84350000,00	0,01	0,01

Ribeirópolis	1249864	2224757,92	63757000,00	0,02	0,03
Rosário do Catete	341215	607362,70	152015000,00	0,00	0,00
Salgado	1438939	2561311,42	63989000,00	0,02	0,04
Santa Luzia do Itanhy	768121	1367255,38	45088000,00	0,02	0,03
Santa Rosa de Lima	245612	437189,36	13429000,00	0,02	0,03
Santana do São Francisco	585752	1042638,56	19410000,00	0,03	0,05
Santo Amaro das Brotas	1018425	1812796,50	38477000,00	0,03	0,05
São Cristovão	3356927	5975330,06	275501000,00	0,01	0,02
São Domingos	835176	1486613,28	37156000,00	0,02	0,04
São Francisco	294701	524567,78	9831000,00	0,03	0,05
São Miguel do Aleixo	498708	887700,24	12706000,00	0,04	0,07
Simão Dias	3053092	5434503,76	133571000,00	0,02	0,04
Siriri	580909	1034018,02	69737000,00	0,01	0,01
Telha	303503	540235,34	10490000,00	0,03	0,05
Tobias Barreto	4639172	8257726,16	155700000,00	0,03	0,05
Tomar do Geru	1492945	2657442,10	36585000,00	0,04	0,07
Umbaúba	1742451	3101562,78	77071000,00	0,02	0,04

Fonte: Dados do Estudo (2015)

**Tabela 25 – Bolsa Família X PIB Com e Sem o Efeito Multiplicador – 2006**

MUNICIPIOS	2006				
	Valor do Repasse PBF	Valor do Repasse com efeito multiplicador	PIB	% do PIB	% do PIB c/ multiplicador
Amparo de São Francisco	275206,0	489866,7	10661377,00	0,03	0,05
Aquidabã	2108444,5	3753031,2	76335271,00	0,03	0,05
Aracaju	18537741,5	32997179,9	5633122095,00	0,00	0,01
Araúá	1207378,5	2149133,7	48261339,00	0,03	0,04
Areia Branca	1544008,5	2748335,1	70022515,00	0,02	0,04
Barra dos Coqueiros	1568143,0	2791294,5	215286725,00	0,01	0,01
Boquim	2177648,0	3876213,4	115118801,00	0,02	0,03
Brejo Grande	866995,0	1543251,1	34129986,00	0,03	0,05
Campo do Brito	1759286,0	3131529,1	60265023,00	0,03	0,05
Canhoba	449682,0	800434,0	16448248,00	0,03	0,05
Canindé de São Francisco	2082863,0	3707496,1	782140389,00	0,00	0,00
Capela	3200491,0	5696874,0	116687875,00	0,03	0,05
Carira	1789551,0	3185400,8	69489121,00	0,03	0,05
Carmópolis	655046,5	1165982,8	293479741,00	0,00	0,00
Cedro de São João	563293,0	1002661,5	20031324,00	0,03	0,05
Cristinápolis	1489614,0	2651512,9	57029294,00	0,03	0,05
Cumbe	470817,0	838054,3	15049935,00	0,03	0,06
Divina Pastora	325406,0	579222,7	126179205,00	0,00	0,00
Estancia	4384766,0	7804883,5	749289548,00	0,01	0,01
Feira Nova	578987,0	1030596,9	23842734,00	0,02	0,04
Frei Paulo	1150142,0	2047252,8	132486597,00	0,01	0,02
Gararu	1496510,0	2663787,8	44358745,00	0,03	0,06
General Maynard	183773,0	327115,9	11489242,00	0,02	0,03
Graccho Cardoso	611769,0	1088948,8	21836946,00	0,03	0,05

Ilha das Flores	703535,0	1252292,3	31248057,00	0,02	0,04
Indiaroba	1349377,0	2401891,1	56541639,00	0,02	0,04
Itabaiana	4740106,5	8437389,6	490714592,00	0,01	0,02
Itabaianinha	3681226,5	6552583,2	136363133,00	0,03	0,05
Itabi	558205,0	993604,9	24197823,00	0,02	0,04
Itaporanga d' Ajuda	2515527,0	4477638,1	279687170,00	0,01	0,02
Japaratuba	1399511,0	2491129,6	330066426,00	0,00	0,01
Japoatã	1394039,5	2481390,3	87903972,00	0,02	0,03
Lagarto	8623366,5	15349592,4	464242003,00	0,02	0,03
Laranjeiras	2220673,0	3952797,9	671694962,00	0,00	0,01
Macambira	674166,5	1200016,4	21055453,00	0,03	0,06
Malhada dos Bois	251998,0	448556,4	18199155,00	0,01	0,02
Malhador	1329771,0	2366992,4	39723352,00	0,03	0,06
Maruim	1443794,0	2569953,3	98097841,00	0,01	0,03
Moita Bonita	1033946,0	1840423,9	37026067,00	0,03	0,05
Monte Alegre de Sergipe	1473287,0	2622450,9	48333333,00	0,03	0,05
Muribeca	755685,0	1345119,3	30040070,00	0,03	0,04
Neópolis	1832542,0	3261924,8	95651065,00	0,02	0,03
Nossa Senhora Aparecida	896663,5	1596061,0	29127966,00	0,03	0,05
Nossa Senhora da Glória	2717699,5	4837505,1	157000906,00	0,02	0,03
Nossa Senhora das Dores	2443501,0	4349431,8	97441850,00	0,03	0,04
Nossa Senhora de Lourdes	685066,0	1219417,5	23423740,00	0,03	0,05
Nossa Senhora do Socorro	9449081,0	16819364,2	839129688,00	0,01	0,02
Pacatuba	1500114,0	2670202,9	97039930,00	0,02	0,03
Pedra Mole	297158,0	528941,2	10943258,00	0,03	0,05
Pedrinhas	837232,0	1490273,0	30407089,00	0,03	0,05
Pinhão	466087,0	829634,9	20120191,00	0,02	0,04
Pirambu	762518,0	1357282,0	39459603,00	0,02	0,03
Poço Redondo	3925596,0	6987560,9	97285542,00	0,04	0,07
Poço Verde	2755715,0	4905172,7	75441368,00	0,04	0,07
Porto da Folha	3370213,0	5998979,1	107960404,00	0,03	0,06
Propria	2713935,5	4830805,2	196260529,00	0,01	0,02
Riachão do Dantas	2287702,0	4072109,6	73165886,00	0,03	0,06
Riachuelo	679371,0	1209280,4	102717120,00	0,01	0,01
Ribeirópolis	1605515,0	2857816,7	73116171,00	0,02	0,04
Rosário do Catete	558310,0	993791,8	186706295,00	0,00	0,01
Salgado	1902241,0	3385989,0	72830317,00	0,03	0,05
Santa Luzia do Itanhy	1378497,5	2453725,6	54572831,00	0,03	0,04
Santa Rosa de Lima	417634,0	743388,5	15547467,00	0,03	0,05
Santana do São Francisco	719200,0	1280176,0	22858934,00	0,03	0,06
Santo Amaro das Brotas	1076120,0	1915493,6	47559290,00	0,02	0,04
São Cristovão	4273268,0	7606417,0	315919071,00	0,01	0,02
São Domingos	1070738,0	1905913,6	42607859,00	0,03	0,04
São Francisco	363111,0	646337,6	11550535,00	0,03	0,06
São Miguel do Aleixo	471379,0	839054,6	14179435,00	0,03	0,06
Simão Dias	4348982,5	7741188,9	157177363,00	0,03	0,05
Siriri	739356,0	1316053,7	88468155,00	0,01	0,01
Telha	322782,0	574552,0	12602384,00	0,03	0,05
Tobias Barreto	5012719,0	8922639,8	178145765,00	0,03	0,05
Tomar do Geru	1835614,0	3267392,9	44040307,00	0,04	0,07
Umbaúba	2265936,0	4033366,1	85633921,00	0,03	0,05

Fonte: Dados do Estudo (2015)

Tabela 26 – Bolsa Família X PIB Com e Sem o Efeito Multiplicador – 2007

MUNICIPIOS	2007				
	Valor do Repasse do PBF	Valor do Repasse com efeito multiplicador	PIB	% do PIB	% do PIB c/ multiplicador
Amparo de São Francisco	260465	463627,70	10907589,00	0,02	0,04
Aquidabã	2264295	4030445,10	86428341,00	0,03	0,05
Aracaju	19623396	34929644,88	6268971535,00	0,00	0,01
Araúá	1435104	2554485,12	49607708,00	0,03	0,05
Areia Branca	1650024	2937042,72	70982958,00	0,02	0,04
Barra dos Coqueiros	1747209	3110032,02	195631768,00	0,01	0,02
Boquim	2601678	4630986,84	121869659,00	0,02	0,04
Brejo Grande	1065337	1896299,86	36253270,00	0,03	0,05
Campo do Brito	2086556	3714069,68	65861880,00	0,03	0,06
Canhoba	470376	837269,28	16845323,00	0,03	0,05
Canindé de São Francisco	2253466	4011169,48	892020031,00	0,00	0,00
Capela	3460705	6160054,90	131936273,00	0,03	0,05
Carira	2077604	3698135,12	80751066,00	0,03	0,05
Carmópolis	741731	1320281,18	334435796,00	0,00	0,00
Cedro de São João	571491	1017253,98	22782176,00	0,03	0,04
Cristinápolis	1813055	3227237,90	60339760,00	0,03	0,05
Cumbe	469029	834871,62	16637309,00	0,03	0,05
Divina Pastora	369832	658300,96	110991943,00	0,00	0,01
Estancia	5171917	9206012,26	846863211,00	0,01	0,01
Feira Nova	671753	1195720,34	26769651,00	0,03	0,04
Frei Paulo	1360008	2420814,24	155437010,00	0,01	0,02
Gararu	1498589	2667488,42	47134739,00	0,03	0,06
General Maynard	204334	363714,52	12966724,00	0,02	0,03
Graccho Cardoso	740094	1317367,32	24308332,00	0,03	0,05
Ilha das Flores	974821	1735181,38	32931591,00	0,03	0,05
Indiaroba	1755876	3125459,28	63280964,00	0,03	0,05
Itabaiana	5804241	10331548,98	559582441,00	0,01	0,02
Itabaianinha	4371755	7781723,90	145984875,00	0,03	0,05
Itabi	640815	1140650,70	23788860,00	0,03	0,05
Itaporanga d' Ajuda	2590947	4611885,66	339552025,00	0,01	0,01
Japaratuba	1571814	2797828,92	313365080,00	0,01	0,01
Japoatã	1501923	2673422,94	80828000,00	0,02	0,03
Lagarto	9707519	17279383,82	527089228,00	0,02	0,03
Laranjeiras	2500510	4450907,80	856334656,00	0,00	0,01
Macambira	744954	1326018,12	23552019,00	0,03	0,06
Malhada dos Bois	328276	584331,28	22153873,00	0,01	0,03
Malhador	1451421	2583529,38	43062709,00	0,03	0,06
Maruim	1652187	2940892,86	120411651,00	0,01	0,02
Moita Bonita	1176132	2093514,96	39817511,00	0,03	0,05
Monte Alegre de Sergipe	1603647	2854491,66	52467541,00	0,03	0,05
Muribeca	864644	1539066,32	29646369,00	0,03	0,05
Neópolis	2085973	3713031,94	106797415,00	0,02	0,03
Nossa Senhora Aparecida	1048612	1866529,36	37862731,00	0,03	0,05
Nossa Senhora da Glória	3104265	5525591,70	191081298,00	0,02	0,03
Nossa Senhora das Dores	2772563	4935162,14	107034625,00	0,03	0,05
Nossa Senhora de Lourdes	759710	1352283,80	25895793,00	0,03	0,05

Nossa Senhora do Socorro	10733879	19106304,62	949277825,00	0,01	0,02
Pacatuba	1712190	3047698,20	94391981,00	0,02	0,03
Pedra Mole	288001	512641,78	12140689,00	0,02	0,04
Pedrinhas	1002758	1784909,24	31905710,00	0,03	0,06
Pinhão	537696	957098,88	22618799,00	0,02	0,04
Pirambu	802705	1428814,90	43966037,00	0,02	0,03
Poço Redondo	3961737	7051891,86	110211328,00	0,04	0,06
Poço Verde	2982754	5309302,12	84646161,00	0,04	0,06
Porto da Folha	3546610	6312965,80	116426977,00	0,03	0,05
Propria	2827138	5032305,64	219633858,00	0,01	0,02
Riachão do Dantas	2634645	4689668,10	72028437,00	0,04	0,07
Riachuelo	837893	1491449,54	103409566,00	0,01	0,01
Ribeirópolis	1742050	3100849,00	79474899,00	0,02	0,04
Rosário do Catete	675620	1202603,60	254935444,00	0,00	0,00
Salgado	2140024	3809242,72	72099995,00	0,03	0,05
Santa Luzia do Itanhy	1775082	3159645,96	56056059,00	0,03	0,06
Santa Rosa de Lima	504710	898383,80	17894531,00	0,03	0,05
Santana do São Francisco	820515	1460516,70	24637810,00	0,03	0,06
Santo Amaro das Brotas	1154606	2055198,68	54088545,00	0,02	0,04
São Cristovão	4905846	8732405,88	346180546,00	0,01	0,03
São Domingos	1240244	2207634,32	46794834,00	0,03	0,05
São Francisco	379617	675718,26	12348498,00	0,03	0,05
São Miguel do Aleixo	498545	887410,10	15929088,00	0,03	0,06
Simão Dias	4931538	8778137,64	183498436,00	0,03	0,05
Siriri	872219	1552549,82	90672247,00	0,01	0,02
Telha	330157	587679,46	12921208,00	0,03	0,05
Tobias Barreto	5365063	9549812,14	197186566,00	0,03	0,05
Tomar do Geru	2050918	3650634,04	45178946,00	0,05	0,08
Umbaúba	2426522	4319209,16	95880376,00	0,03	0,05

Fonte: Dados do Estudo (2015)

**Tabela 27 –Bolsa Família X PIB Com e Sem o Efeito Multiplicador – 2008**

MUNICIPIOS	2008				
	Valor do Repasse do PBF	Valor do Repasse com efeito multiplicador	PIB	% do PIB	% do PIB c/ multiplicador
Amparo de São Francisco	272514	485075	12402607,00	0,02	0,04
Aquidabã	2344621	4173425	99544594,00	0,02	0,04
Aracaju	22139799	39408842	6759419785,00	0,00	0,01
Araúá	1487152	2647131	56542142,00	0,03	0,05
Areia Branca	1767552	3146243	81976453,00	0,02	0,04
Barra dos Coqueiros	1864534	3318871	205945588,00	0,01	0,02
Boquim	2703696	4812579	132723930,00	0,02	0,04
Brejo Grande	1128082	2007986	41064335,00	0,03	0,05
Campo do Brito	2128021	3787877	75133751,00	0,03	0,05
Canhoba	522587	930205	19960310,00	0,03	0,05
Canindé de São Francisco	2553225	4544741	1126088869,00	0,00	0,00
Capela	3683634	6556869	379879282,00	0,01	0,02
Carira	2235766	3979663	152412585,00	0,01	0,03
Carmópolis	834351	1485145	398267701,00	0,00	0,00

Cedro de São João	616378	1097153	25499457,00	0,02	0,04
Cristinápolis	2014067	3585039	67550045,00	0,03	0,05
Cumbe	495897	882697	19795819,00	0,03	0,04
Divina Pastora	402630	716681	146016725,00	0,00	0,00
Estancia	5570681	9915812	820747495,00	0,01	0,01
Feira Nova	739561	1316419	30957252,00	0,02	0,04
Frei Paulo	1465838	2609192	162863308,00	0,01	0,02
Gararu	1681897	2993777	58656105,00	0,03	0,05
General Maynard	218032	388097	15037210,00	0,01	0,03
Graccho Cardoso	764785	1361317	29664637,00	0,03	0,05
Ilha das Flores	1105584	1967940	38400046,00	0,03	0,05
Indiaroba	1958118	3485450	75771665,00	0,03	0,05
Itabaiana	6343805	11291973	624526270,00	0,01	0,02
Itabaianinha	4719861	8401353	161435738,00	0,03	0,05
Itabi	712025	1267405	26294352,00	0,03	0,05
Itaporanga d' Ajuda	2791315	4968541	451561387,00	0,01	0,01
Japarutuba	1581449	2814979	383094466,00	0,00	0,01
Japoatã	1579946	2812304	90524037,00	0,02	0,03
Lagarto	10694685	19036539	575189080,00	0,02	0,03
Laranjeiras	2659781	4734410	905024030,00	0,00	0,01
Macambira	801800	1427204	27943516,00	0,03	0,05
Malhada dos Bois	376823	670745	24132133,00	0,02	0,03
Malhador	1547378	2754333	50980233,00	0,03	0,05
Maruim	1699662	3025398	171357258,00	0,01	0,02
Moita Bonita	1279413	2277355	48035463,00	0,03	0,05
Monte Alegre de Sergipe	1774357	3158355	61148346,00	0,03	0,05
Muribeca	886078	1577219	34037766,00	0,03	0,05
Neópolis	2293729	4082838	119233306,00	0,02	0,03
Nossa Senhora Aparecida	1106710	1969944	49570266,00	0,02	0,04
Nossa Senhora da Glória	3413664	6076322	223111964,00	0,02	0,03
Nossa Senhora das Dores	2888139	5140887	116739467,00	0,02	0,04
Nossa Senhora de Lourdes	825548	1469475	30172132,00	0,03	0,05
Nossa Senhora do Socorro	11322453	20153966	1287651693,00	0,01	0,02
Pacatuba	1851038	3294848	97621901,00	0,02	0,03
Pedra Mole	304032	541177	16917200,00	0,02	0,03
Pedrinhas	1101537	1960736	35051455,00	0,03	0,06
Pinhão	596265	1061352	31909981,00	0,02	0,03
Pirambu	892123	1587979	51200577,00	0,02	0,03
Poço Redondo	4212806	7498795	129018305,00	0,03	0,06
Poço Verde	3154597	5615183	93421524,00	0,03	0,06
Porto da Folha	3528918	6281474	135290440,00	0,03	0,05
Própria	2881709	5129442	225313953,00	0,01	0,02
Riachão do Dantas	2824895	5028313	84884161,00	0,03	0,06
Riachuelo	920768	1638967	109766047,00	0,01	0,01
Ribeirópolis	1897963	3378374	84609360,00	0,02	0,04
Rosário do Catete	720477	1282449	467600827,00	0,00	0,00
Salgado	2314464	4119746	78311172,00	0,03	0,05
Santa Luzia do Itanhy	1903016	3387368	74380836,00	0,03	0,05
Santa Rosa de Lima	518544	923008	20951742,00	0,02	0,04
Santana do São Francisco	842096	1498931	27296665,00	0,03	0,05
Santo Amaro das Brotas	1257579	2238491	60481479,00	0,02	0,04
São Cristóvão	5469520	9735746	407459093,00	0,01	0,02

São Domingos	1348683	2400656	51551922,00	0,03	0,05
São Francisco	393320	700110	14203527,00	0,03	0,05
São Miguel do Aleixo	534708	951780	22038348,00	0,02	0,04
Simão Dias	5231373	9311844	222629201,00	0,02	0,04
Siriri	935817	1665754	114220428,00	0,01	0,01
Telha	369310	657372	16044493,00	0,02	0,04
Tobias Barreto	5817345	10354874	224158557,00	0,03	0,05
Tomar do Geru	2141338	3811582	53391811,00	0,04	0,07
Umbaúba	2656728	4728976	107993007,00	0,02	0,04

Fonte: Dados do Estudo (2015)

**Tabela 28 – Bolsa Família X PIB Com e Sem o Efeito Multiplicador – 2009**

MUNICIPIOS	2009				
	Valor do Repasse do PBF	Valor do Repasse com efeito multiplicador	PIB	% do PIB	% do PIB c/ multiplicador
Amparo de São Francisco	321100	571558	12819012,00	0,03	0,04
Aquidabã	2777714	4944331	104242372,00	0,03	0,05
Aracaju	30915734	55030007	7104252294,00	0,00	0,01
Araúá	1719683	3061036	66834624,00	0,03	0,05
Areia Branca	2174307	3870266	88716270,00	0,02	0,04
Barra dos Coqueiros	2213222	3939535	168698984,00	0,01	0,02
Boquim	3448894	6139031	140938103,00	0,02	0,04
Brejo Grande	1316695	2343717	40003277,00	0,03	0,06
Campo do Brito	2420225	4308001	83450770,00	0,03	0,05
Canhoba	673008	1197954	21747805,00	0,03	0,06
Canindé de São Francisco	3476030	6187333	907921299,00	0,00	0,01
Capela	4090448	7280997	373383057,00	0,01	0,02
Carira	2891138	5146226	135069637,00	0,02	0,04
Carmópolis	1099094	1956387	283920298,00	0,00	0,01
Cedro de São João	718821	1279501	26544259,00	0,03	0,05
Cristinápolis	2527773	4499436	81685469,00	0,03	0,06
Cumbe	597108	1062852	21623293,00	0,03	0,05
Divina Pastora	512381	912038	86632650,00	0,01	0,01
Estancia	7463412	13284873	779691572,00	0,01	0,02
Feira Nova	894274	1591808	32212817,00	0,03	0,05
Frei Paulo	1773293	3156462	168474953,00	0,01	0,02
Gararu	2108803	3753669	63179172,00	0,03	0,06
General Maynard	266059	473585	13869287,00	0,02	0,03
Graccho Cardoso	896093	1595046	31641568,00	0,03	0,05
Ilha das Flores	1387382	2469540	38203444,00	0,04	0,06
Indiaroba	2522657	4490329	86215071,00	0,03	0,05
Itabaiana	8489660	15111595	665200187,00	0,01	0,02
Itabaianinha	5802879	10329125	181994655,00	0,03	0,06
Itabi	801392	1426478	29649993,00	0,03	0,05
Itaporanga d' Ajuda	3856438	6864460	413797849,00	0,01	0,02
Japarutuba	1897594	3377717	261846882,00	0,01	0,01
Japoatã	2025331	3605089	84750833,00	0,02	0,04

Lagarto	13001045	23141860	631591693,00	0,02	0,04
Laranjeiras	3255843	5795401	832574140,00	0,00	0,01
Macambira	916708	1631740	29842588,00	0,03	0,05
Malhada dos Bois	489052	870513	23507471,00	0,02	0,04
Malhador	1829351	3256245	54558915,00	0,03	0,06
Maruim	2040877	3632761	152485148,00	0,01	0,02
Moita Bonita	1559067	2775139	49540037,00	0,03	0,06
Monte Alegre de Sergipe	2220396	3952305	69830461,00	0,03	0,06
Muribeca	1020399	1816310	41947262,00	0,02	0,04
Neópolis	2787695	4962097	130084395,00	0,02	0,04
Nossa Senhora Aparecida	1391633	2477107	82951632,00	0,02	0,03
Nossa Senhora da Glória	4181046	7442262	247134483,00	0,02	0,03
Nossa Senhora das Dores	3506796	6242097	143085667,00	0,02	0,04
Nossa Senhora de Lourdes	1021146	1817640	32534330,00	0,03	0,06
Nossa Senhora do Socorro	16903079	30087481	1422688928,00	0,01	0,02
Pacatuba	2171872	3865932	118126390,00	0,02	0,03
Pedra Mole	379611	675708	17174515,00	0,02	0,04
Pedrinhas	1292663	2300940	37630235,00	0,03	0,06
Pinhão	727635	1295190	31911937,00	0,02	0,04
Pirambu	1117979	1990003	45453370,00	0,02	0,04
Poço Redondo	4834242	8604951	138850416,00	0,03	0,06
Poço Verde	3573216	6360324	98329085,00	0,04	0,06
Porto da Folha	4210750	7495135	145568416,00	0,03	0,05
Propria	3337654	5941024	239712688,00	0,01	0,02
Riachão do Dantas	3262506	5807261	96331860,00	0,03	0,06
Riachuelo	1151673	2049978	94907214,00	0,01	0,02
Ribeirópolis	2285350	4067923	110999209,00	0,02	0,04
Rosário do Catete	948882	1689010	481245495,00	0,00	0,00
Salgado	2741222	4879375	91080428,00	0,03	0,05
Santa Luzia do Itanhy	2330137	4147644	81073897,00	0,03	0,05
Santa Rosa de Lima	605015	1076927	22393252,00	0,03	0,05
Santana do São Francisco	997305	1775203	30786614,00	0,03	0,06
Santo Amaro das Brotas	1489021	2650457	69301357,00	0,02	0,04
São Cristóvão	7463584	13285180	428902616,00	0,02	0,03
São Domingos	1608048	2862325	49787021,00	0,03	0,06
São Francisco	453146	806600	16149280,00	0,03	0,05
São Miguel do Aleixo	637207	1134228	23818680,00	0,03	0,05
Simão Dias	6134418	10919264	237213925,00	0,03	0,05
Siriri	1111804	1979011	77059214,00	0,01	0,03
Telha	460486	819665	16069764,00	0,03	0,05
Tobias Barreto	6964974	12397654	242245803,00	0,03	0,05
Tomar do Geru	2444000	4350320	62605058,00	0,04	0,07
Umbaúba	3170151	5642869	118814287,00	0,03	0,05

Fonte: Dados do Estudo (2015)

**Tabela 29 – Bolsa Família X PIB Com e Sem o Efeito Multiplicador – 2010**

MUNICIPIOS	2010				
	Valor do Repasse do PBF	Valor do Repasse com efeito multiplicador	PIB	% PIB	% do PIB c/ multiplicador
Amparo de São Francisco	401466	714609	14878158,00	0,03	0,05
Aquidabã	3196713	5690149	115169069,00	0,03	0,05
Aracaju	35606829	63380156	8748078437,00	0,00	0,01
Araúá	1937752	3449199	59410464,00	0,03	0,06
Areia Branca	2817090	5014420	93358386,00	0,03	0,05
Barra dos Coqueiros	2969375	5285488	246278338,00	0,01	0,02
Boquim	4058032	7223297	167932662,00	0,02	0,04
Brejo Grande	1524646	2713870	45141317,00	0,03	0,06
Campo do Brito	2778088	4944997	100540918,00	0,03	0,05
Canhoba	755405	1344621	24067368,00	0,03	0,06
Canindé de São Francisco	4474428	7964482	1326837055,00	0,00	0,01
Capela	4551703	8102031	384232619,00	0,01	0,02
Carira	3846565	6846886	196470048,00	0,02	0,03
Carmópolis	1681456	2992992	399982856,00	0,00	0,01
Cedro de São João	878056	1562940	34310544,00	0,03	0,05
Cristinápolis	3105289	5527414	97034703,00	0,03	0,06
Cumbe	682819	1215418	24010163,00	0,03	0,05
Divina Pastora	698723	1243727	116849280,00	0,01	0,01
Estancia	8896592	15835934	1029710476,00	0,01	0,02
Feira Nova	1106532	1969627	35111473,00	0,03	0,06
Frei Paulo	2100698	3739242	219513426,00	0,01	0,02
Gararu	2489861	4431953	70932090,00	0,04	0,06
General Maynard	314885	560495	16590127,00	0,02	0,03
Graccho Cardoso	1027018	1828092	35163445,00	0,03	0,05
Ilha das Flores	1589597	2829483	41648242,00	0,04	0,07
Indiaroba	3224002	5738724	90773064,00	0,04	0,06
Itabaiana	10622012	18907181	824841978,00	0,01	0,02
Itabaianinha	7207871	12830010	209174338,00	0,03	0,06
Itabi	828057	1473941	31379328,00	0,03	0,05
Itaporanga d' Ajuda	4989856	8881944	447951528,00	0,01	0,02
Japaratuba	2364241	4208349	344262185,00	0,01	0,01
Japoatã	2628268	4678317	93949915,00	0,03	0,05
Lagarto	14717754	26197602	700176942,00	0,02	0,04
Laranjeiras	3846711	6847146	961068293,00	0,00	0,01
Macambira	1106150	1968947	34724892,00	0,03	0,06
Malhada dos Bois	549572	978238	21762913,00	0,03	0,04
Malhador	2121643	3776525	60988857,00	0,03	0,06
Maruim	2484497	4422405	168905879,00	0,01	0,03
Moita Bonita	1650663	2938180	56936344,00	0,03	0,05
Monte Alegre de Sergipe	2706916	4818310	80210502,00	0,03	0,06
Muribeca	1176286	2093789	50236332,00	0,02	0,04
Neópolis	3462042	6162435	144605851,00	0,02	0,04
Nossa Senhora Aparecida	1747694	3110895	60488504,00	0,03	0,05
Nossa Senhora da Glória	5098087	9074595	307915396,00	0,02	0,03
Nossa Senhora das Dores	4264644	7591066	155404248,00	0,03	0,05
Nossa Senhora de Lourdes	1211986	2157335	36318325,00	0,03	0,06

Nossa Senhora do Socorro	21329971	37967348	1805361349,00	0,01	0,02
Pacatuba	2649753	4716560	146248170,00	0,02	0,03
Pedra Mole	491370	874639	20094333,00	0,02	0,04
Pedrinhas	1500704	2671253	42945235,00	0,03	0,06
Pinhão	931708	1658440	39723422,00	0,02	0,04
Pirambu	1317654	2345424	51746639,00	0,03	0,05
Poço Redondo	5483048	9759825	158724439,00	0,03	0,06
Poço Verde	4063520	7233066	117484922,00	0,03	0,06
Porto da Folha	5240305	9327743	164417811,00	0,03	0,06
Propria	4007404	7133179	286694953,00	0,01	0,02
Riachão do Dantas	3545434	6310873	98038740,00	0,04	0,06
Riachuelo	1518445	2702832	113451784,00	0,01	0,02
Ribeirópolis	2627391	4676756	130229031,00	0,02	0,04
Rosário do Catete	1290685	2297419	408071987,00	0,00	0,01
Salgado	3279037	5836686	102303900,00	0,03	0,06
Santa Luzia do Itanhy	2830918	5039034	88874510,00	0,03	0,06
Santa Rosa de Lima	700752	1247339	23625855,00	0,03	0,05
Santana do São Francisco	1166362	2076124	35074412,00	0,03	0,06
Santo Amaro das Brotas	1705395	3035603	70727382,00	0,02	0,04
São Cristovão	9913080	17645282	500974948,00	0,02	0,04
São Domingos	1860480	3311654	57396839,00	0,03	0,06
São Francisco	564877	1005481	17883896,00	0,03	0,06
São Miguel do Aleixo	743926	1324188	26540994,00	0,03	0,05
Simão Dias	6523623	11612049	277737837,00	0,02	0,04
Siriri	1331894	2370771	100744378,00	0,01	0,02
Telha	571702	1017630	17556669,00	0,03	0,06
Tobias Barreto	7423044	13213018	289131795,00	0,03	0,05
Tomar do Geru	2718941	4839715	68027615,00	0,04	0,07
Umbaúba	3662351	6518985	146994205,00	0,02	0,04

Fonte: Dados do Estudo (2015)

**Tabela 30 – Bolsa Família X PIB Com e Sem o Efeito Multiplicador – 2011**

MUNICIPIOS	2011				
	Valor do Repasse do PBF	Valor do Repasse com efeito multiplicador	PIB	% DO PIB	% do PIB com multiplicador
Amparo de São Francisco	504838	898612	16740287,00	0,03	0,05
Aquidabã	3759861	6692553	124537049,00	0,03	0,05
Aracaju	42287215	75271243	9221546514,00	0,00	0,01
Araúá	2408605	4287317	70844922,00	0,03	0,06
Areia Branca	3420283	6088104	100844769,00	0,03	0,06
Barra dos Coqueiros	3731332	6641771	320395650,00	0,01	0,02
Boquim	5001660	8902955	178490992,00	0,03	0,05
Brejo Grande	1758151	3129509	53021726,00	0,03	0,06
Campo do Brito	3319979	5909563	105993409,00	0,03	0,06
Canhoba	884990	1575282	27824893,00	0,03	0,06
Canindé de São Francisco	5510387	9808489	1184115425,00	0,00	0,01
Capela	5466298	9730010	298506273,00	0,02	0,03
Carira	4567747	8130590	179785980,00	0,03	0,05

Carmópolis	2221144	3953636	543266033,00	0,00	0,01
Cedro de São João	1072346	1908776	32143744,00	0,03	0,06
Cristinápolis	3799517	6763140	94538956,00	0,04	0,07
Cumbe	798256	1420896	26310925,00	0,03	0,05
Divina Pastora	857561	1526459	171732920,00	0,00	0,01
Estancia	10382934	18481623	1132659498,00	0,01	0,02
Feira Nova	1318028	2346090	37333582,00	0,04	0,06
Frei Paulo	2558393	4553940	216382211,00	0,01	0,02
Gararu	3037182	5406184	74594116,00	0,04	0,07
General Maynard	449665	800404	18694620,00	0,02	0,04
Graccho Cardoso	1286002	2289084	37749542,00	0,03	0,06
Ilha das Flores	1904835	3390606	46682486,00	0,04	0,07
Indiaroba	3834387	6825209	93071672,00	0,04	0,07
Itabaiana	13295044	23665178	907006422,00	0,01	0,03
Itabaianinha	8588121	15286855	219219498,00	0,04	0,07
Itabi	990441	1762985	35869552,00	0,03	0,05
Itaporanga d' Ajuda	6135154	10920574	598453358,00	0,01	0,02
Japarutuba	2963595	5275199	492818704,00	0,01	0,01
Japoatã	3205591	5705952	100740455,00	0,03	0,06
Lagarto	17494525	31140255	767865074,00	0,02	0,04
Laranjeiras	4900397	8722707	1291360941,00	0,00	0,01
Macambira	1322572	2354178	40511048,00	0,03	0,06
Malhada dos Bois	722216	1285544	29375734,00	0,02	0,04
Malhador	2542038	4524828	67682679,00	0,04	0,07
Maruim	3008721	5355523	244087975,00	0,01	0,02
Moita Bonita	1813027	3227188	62169919,00	0,03	0,05
Monte Alegre de Sergipe	3228476	5746687	83699441,00	0,04	0,07
Muribeca	1411622	2512687	54238589,00	0,03	0,05
Neópolis	4143353	7375168	149041301,00	0,03	0,05
Nossa Senhora Aparecida	2022832	3600641	66681056,00	0,03	0,05
Nossa Senhora da Glória	5936355	10566712	340265635,00	0,02	0,03
Nossa Senhora das Dores	5047486	8984525	182095010,00	0,03	0,05
Nossa Senhora de Lourdes	1450122	2581217	38488894,00	0,04	0,07
Nossa Senhora do Socorro	25965835	46219186	2119977017,00	0,01	0,02
Pacatuba	3247527	5780598	136596955,00	0,02	0,04
Pedra Mole	577555	1028048	20857685,00	0,03	0,05
Pedrinhas	1829748	3256951	46953470,00	0,04	0,07
Pinhão	1144069	2036443	39908037,00	0,03	0,05
Pirambu	1582605	2817037	69289429,00	0,02	0,04
Poço Redondo	6875732	12238803	175949327,00	0,04	0,07
Poço Verde	4793624	8532651	121515234,00	0,04	0,07
Porto da Folha	6272637	11165294	173490874,00	0,04	0,06
Própria	4809298	8560550	304733375,00	0,02	0,03
Riachão do Dantas	4333659	7713913	102283282,00	0,04	0,08
Riachuelo	1884008	3353534	121408979,00	0,02	0,03
Ribeirópolis	3148096	5603611	145090873,00	0,02	0,04
Rosário do Catete	1594976	2839057	444077109,00	0,00	0,01
Salgado	3874295	6896245	107395568,00	0,04	0,06
Santa Luzia do Itanhy	3487237	6207282	86772883,00	0,04	0,07
Santa Rosa de Lima	859890	1530604	27721190,00	0,03	0,06
Santana do São Francisco	1475876	2627059	37606852,00	0,04	0,07
Santo Amaro das Brotas	2120451	3774403	84047177,00	0,03	0,04

São Cristovão	11815889	21032282	556938610,00	0,02	0,04
São Domingos	2227251	3964507	62184794,00	0,04	0,06
São Francisco	694437	1236098	23447799,00	0,03	0,05
São Miguel do Aleixo	888934	1582303	24529344,00	0,04	0,06
Simão Dias	7848111	13969638	313439243,00	0,03	0,04
Siriri	1647972	2933390	135561468,00	0,01	0,02
Telha	659215	1173403	19588645,00	0,03	0,06
Tobias Barreto	9182712	16345227	299273655,00	0,03	0,05
Tomar do Geru	3330181	5927722	68450332,00	0,05	0,09
Umbaúba	4493925	7999187	150339659,00	0,03	0,05

Fonte: Dados do Estudo (2015)